

ISABEL CRISTINA COUTO

**AÇÃO POLÍTICA EMPRESARIAL: O CASO DO GEC (GRUPO DE
EMPRESÁRIOS DE CURITIBA) – 1990 a 1998**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa História, Cultura e Poder, da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação do Prof. Dennison de Oliveira, como pré-requisito à obtenção do grau de Mestre.

**CURITIBA
1998**

ISABEL CRISTINA COUTO

**AÇÃO POLÍTICA EMPRESARIAL: O CASO DO GEC (GRUPO DE
EMPRESÁRIOS DE CURITIBA) – 1990 a 1998**

**CURITIBA
1998**

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que tornaram possível a realização desse trabalho, bem como aqueles que compartilharam comigo dessa tarefa.

Inicialmente a Capes, pelo financiamento durante o tempo em que permaneci realizando as pesquisas e elaborando o trabalho final.

Às Instituições que possibilitaram efetuar a minha longa pesquisa. Em primeiro lugar a JUCEPAR; à Biblioteca Pública Paranaense; à Biblioteca do IPARDES e a Biblioteca de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR.

Ao professor Dennison de Oliveira, meu orientador e responsável pelas interlocuções realizadas ao longo desse período. Agradeço as suas contribuições.

À Coordenação de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, à Professora Marionilde B Magalhães e os funcionários em geral.

Aos professores do Programa e aqueles que participaram de meu exame de qualificação, Professor Francisco B Magalhães e Renato M Perissinotto.

Aos amigos que estiveram presentes, em especial José Pedro, Aparecida, Solange e Gisele.

Agradeço ao incentivo e força dados pela professora Maria Tarcisa Silva Bega ao longo de toda a minha vida acadêmica.

E principalmente a Jefferson Moreira, companheiro permanente de todas as horas que sempre soube entender os difíceis momentos passados.

APRESENTAÇÃO

AÇÃO POLÍTICA EMPRESARIAL NO PARANÁ: O CASO DO GEC (GRUPO DE EMPRESÁRIOS DE CURITIBA) – 1990 a 1998

O objetivo central desse trabalho é o de examinar as ações políticas empresariais do Grupo de Empresários de Curitiba, no início dos anos 90. Ele congregava inúmeras lideranças empresariais do Paraná, cujos objetivos eram o de possivelmente influenciar as elites dirigentes em seu exercício de poder. Cabe lembrar aqui que, a pesquisa efetuada vem de encontro ao que se propõe a Linha de Pesquisa **Cultura e Poder** do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

A linha de pesquisa, pretende o “entendimento da relação entre as formas de organização material e simbólica e as manifestações do poder nas sociedades”. Entendemos que o poder pode ser verificado em nossa sociedade através dos diferentes meios (diretos e indiretos) e que, portanto, podemos percebê-lo através das diferentes ações. É o que examinamos em nossa pesquisa.

O trabalho foi dividido em dois momentos diferentes. Inicialmente resgatamos a conjuntura histórica do período em recorte, tanto no Brasil como do Paraná, para que possamos analisar o contexto o qual os empresários desenvolveram as suas ações. Num segundo momento passamos para as atuações específicas, fazendo então um resgate de suas trajetórias individuais, e analisando finalmente, quais foram às conseqüências mais relevantes que conseguimos obter.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	i
INTRODUÇÃO	1
1- A CONJUNTURA HISTÓRICA DOS ANOS 90	12
1.1- O BRASIL E OS ANOS 90.....	12
1.2- A CONJUNTURA HISTÓRICA DO PARANÁ ATÉ OS ANOS 90.....	16
1.2.1 - A Economia Paranaense e suas transformações.....	16
1.2.2 - A Política Paranaense: um breve panorama dos anos 50 aos 90	20
2- O GEC E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA	39
2.1 A FORMAÇÃO DA ELITE EMPRESARIAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	39
2.2 AS AÇÕES COLETIVAS DOS EMPRESÁRIOS ATRAVÉS DAS ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DE CLASSE: O CASO DA ACP.....	45
2.2.1 A gestão de Werner Schrappe e o Levanta Brasil (1990-1992).....	46
2.2.2 Maria Christina e as novas políticas da ACP (1992/1994).....	49
2.2.3 Frente Parlamentarista no Paraná e a Revisão Constitucional	53
2.2.4 Luto pelo Brasil, a retrospectiva da gestão de Maria Christina e a intervenção do GEC.....	57
2.3 AS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS DOS MEMBROS DO GEC.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

O GEC E A CONJUNTURA HISTÓRICA (1990/1998)

No início dos anos 90 a economia brasileira vivia um momento de profunda crise que se caracterizava por taxas inflacionárias altíssimas e estagnação econômica, ocasionando graves problemas sociais, como a violência, a miséria e o desemprego. Segundo alguns analistas, a causa fundamental desses problemas era o mal funcionamento do Estado que deixou de ser o principal agente indutor de crescimento econômico, transformando-se ao contrário, em obstáculo ao desenvolvimento (DINIZ, 1995). Tal avaliação era derivada, em grande parte, do fato do próprio governo ao longo do período 1979 a 1994, ter lançado uma série de planos de estabilização da economia. Ao final de todos eles, com o fracasso tornando-se recorrente, alguns analistas chegaram a algumas conclusões. "A explicação convencional afirma que os planos de estabilização fracassaram porque as equipes de economistas que se encarregaram dos planos de estabilização não contaram com o apoio político suficiente. (...) A explicação alternativa é a de que essas mesmas equipes demonstraram incapacidade em lidar com a inflação. (...) Na verdade essas hipóteses são complementares" (PEREIRA, 1998:183). Partindo-se do pressuposto então dessa incapacidade de gerir o desenvolvimento, iniciam-se a partir de 1990, uma série de medidas de combate à crise do Estado. Essas consistiam em amplas reformas que se embasavam nas seguintes pautas: reformas econômicas, a privatização de empresas estatais e a abertura comercial. Além disso tínhamos um novo direcionamento ideológico (perfeitamente detectável a partir da eleição de Fernando Collor de Mello) e político que levaram ao fim do modelo nacional-desenvolvimentista financiado pelo Estado (MARTINS, 1990). Em sua substituição apareceria o

neoliberalismo ou liberalismo econômico radical, que defendia a retirada súbita do Estado principalmente da área econômica (DINIZ, 1992).

Nesse período em meio a crise federativa vivida pelo Estado Brasileiro, iniciava-se um processo de descentralização da União. Essa passaria aos Estados a responsabilidade pelo encaminhamento da política de desenvolvimento (SILVA, 1995).

Esse contexto influenciava, e muito, as economias estaduais e consequentemente o Paraná. Em meio a essa nova roupagem dada ao Estado, apareceriam os empresários para defendê-la de todas as maneiras. O fim do Estado empresário hipertrofiado que só servia ao “empreguismo”, o incentivo às políticas de privatizações, um posicionamento mais firme dos políticos em geral, maiores ajustes fiscais para o benefício do empresariado e uma resolução à crise política que vivia a sociedade. Essas eram as reivindicações que um grupo de empresários do Paraná tomavam para si e que cobravam do governo federal. Grande parte desse grupo estava reunido numa das maiores associações de classe do Paraná, a Associação Comercial do Paraná (ACP) e através dela é que faziam ecoar as suas reivindicações. Por isso, em meio a essa conjuntura nacional, esses empresários lotados na ACP levaram adiante movimentos como o “Levanta Brasil”, “Luto pelo Brasil”, “Manifesto à Nação” e “Carta ACP”, movimentos que aspiravam a transformação da sociedade como um todo. No entanto, no Paraná, essas bandeiras levantadas foram características de apenas duas gestões da Associação Comercial do Paraná, a de Werner Schrappe de (1990 a 1992) e a de Maria Christina Andrade Vieira (1992 a 1994). Ao verificarmos essas duas gestões da ACP, foi possível identificarmos na vice-presidência e no conselho superior, diversos segmentos

empresariais considerados grandes lideranças em seus respectivos setores no Estado. Podemos destacar além do próprio Werner Schrappe (Impressora Paranaense), Atilano de Oms Sobrinho (Inepar), José Carlos Gomes de Carvalho (FIEP e Corujão), Karlos Rischbieter (Umuarama), Sérgio Prosdócimo (Umuarama), Maurício Schulmann (Bamerindus), José Eduardo Andrade Vieira (Bamerindus), Renato Alcides Trombini (Trombini), Saul Raiz (Umuarama), José Carlos Pisani (DIPAVE), Marcos Olsen (OLSEN), Keizo Assahida (Yok) e Luiz Antônio Fayet (Labra)¹.

Existem abundantes evidências de que esses empresários constituíram um grupo denominado GEC - Grupo de Empresários de Curitiba. A efetivação deste teria por objetivo principal influenciar políticas governamentais através dos financiamentos de campanhas políticas ou a partir das associações representativas de classe (ACP/FIEP/FACIAP/FAEP²). O GEC (Grupo de Empresários de Curitiba) era um grupo informal constituído em Curitiba, cuja trajetória pode ser restabelecida através de algumas manifestações e notícias de empresários como Renato Trombini, Sérgio Prosdócimo, Atilano Sobrinho e Keizo Assahida.

Alguns dados apontam que o grupo possuía grande sustentação política (na indicação de representantes classistas da ACP como foi o caso de Werner Schrappe), mas atualmente encontra-se desmantelado, afinal, poucos empresários ... "continuam liderança em seus respectivos setores"³. Sérgio Prosdócimo

¹ Principais componentes da diretoria da ACP, In: Folha do Comércio ACP, 1ª Quinz. Fev/92, p.2 e Folha do Comércio ACP, 1ª e 2ª Quinz. Mar/94, p.2.

² ACP - Associação Comercial do Paraná; FIEP - Federação das Indústrias do Estado do Paraná; FACIAP - Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agronômicas do Paraná; FAEP - Federação das Associações Empresariais do Paraná.

³ Tais informações foram obtidas a partir do depoimento de Keizo Assahida, em 25/08/97. Fornecido ao Prof. Dennison Oliveira - DEHIS - UFPR.

em entrevista à revista *Balanço Anual da Gazeta Mercantil - Especial Paraná*⁴, afirmou que participou desse grupo empresarial e que ele se destacou dentro e fora dos limites paranaenses. “O grupo é composto por alguns de seus melhores amigos: os ex-ministros Carlos Rischbieter e José Eduardo Vieira, o empresário Atilano Sobrinho, o economista Antônio Fayet, o ex-governador Jaime Canet Júnior e o presidente do Conselho de Administração do Bamerindus, Mauricio Schulmann, entre outros.” (MONTEIRO, 1995)

Portanto, o objetivo central desse trabalho é o de resgatar a ação política empresarial do GEC, no período correspondente 1990 até 1998. De 1990 até 1994 estudaremos as duas gestões da ACP cuja diretoria foi assumida por membros do grupo, e, de 1994 até 1997, descreveremos os novos direcionamentos dados à economia brasileira e paranaense como um todo a partir das eleições gerais de 1994, e, as estratégias de que o GEC lançou mão para influenciar esses processos. Nessas eleições em que Jaime Lerner se elegeu governador, encontramos grande parte dos empresários do GEC como financiadores da campanha. Desde o início de sua carreira até a eleição ao governo do Estado em 1994, o grupo político liderado por Jaime Lerner manteve ligações com a comunidade de negócios locais⁵, o que nos leva a intuir a hipótese de que as políticas do governador Lerner correspondem, pelo menos em parte, à projetos e propostas oriundas dos

⁴ A revista *Balanço Anual da Gazeta Mercantil* tem publicações específicas para cada Estado. Apresenta anualmente as maiores empresas do Paraná por setores e subsetores específicos.

⁵ Podemos destacar como exemplo a implantação do sistema de transporte integrado efetuado pelo prefeito Lerner, que contou com a associação da órgãos da Prefeitura e os empresários do transporte coletivo. Outro caso que podemos elencar é o que envolve os empresários do setor imobiliário que foram nitidamente beneficiados por ocasião da nova regulamentação da legislação de uso do solo urbano, após a instituição dos setores de zoneamento nas vias estruturais de Curitiba (OLIVEIRA, 1995).

interesses privados. Neste caso, caberia perguntar até que ponto o GEC foi responsável pela interação governo-empresários?

Levamos em conta o fato de que normalmente a classe empresarial pressiona o governo para esse atenda aos seus interesses mais pessoais. Para isso os empresários utilizam diversos meios que vão desde:

a) financiamentos de campanha (podemos comprovar grande parte através das listas de doações oficiais das campanhas a Presidente da República e Governador);

b) pressão por intermédio das associações de classe, nesse caso mais especificamente da ACP;

c) pelo estabelecimento de importantes alianças políticas com os principais líderes partidários estaduais;

d) através da execução de obras e campanhas de amplo apelo político e social.

e) a partir da utilização dos veículos de comunicação como rádio, jornais e televisão para pronunciamentos com relação a conjuntura vivida.

Todas essas práticas se mostraram capazes de direcionar as políticas governamentais e a sociedade como um todo, fazendo com que o governo em suas ações, sempre tivesse em mente a valorização dos projetos dos empresários. Como exemplo no Paraná, lembramos de casos em que a Inepar, uma das maiores doadoras na campanha eleitoral, exerceu pressão em favor de projetos governamentais que atendiam aos seus interesses. Logo no início da gestão de Jaime Lerner a Assembléia Legislativa aprovava um projeto de lei que praticamente acabava com o monopólio da geração e distribuição de energia elétrica efetuado pela COPEL (Cia Paranaense de Energia Elétrica).

Em seguida executava-se uma associação da COPEL (acionista minoritária) e a Inepar (acionista majoritária) para a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias. Outro caso a ser listado é o da possível construção de uma Termelétrica em Paranaguá, onde novamente à Inepar e à COPEL caberiam os mesmos papéis (OLIVEIRA, 1997). Lembramos também de um fato divulgado nos veículos de comunicação e que novamente envolvia a Inepar e o Governo do Estado. Relatava-se que uma das exigências da montadora francesa Renault, para a sua instalação na Região Metropolitana de Curitiba, era a construção de uma subestação própria de energia. Tal contrato foi fornecido sem concorrência para a Inepar⁶.

Quando falamos em Grupo de Empresários temos um agrupamento extremamente heterogêneo, onde cada um representa e atua em segmentos diferenciados. No ramo de vendas de automóveis que é um dos mais concentrados encontramos José Carlos Gomes de Carvalho (Corujão - Volkswagen), José Carlos Pisani (Dipave - Chevrolet), Marcos José Olsen (Olsen - Ford), Nelson Pizzani e Luiz Ary Radunz (Civema - Mercedes Benz) e Maria Ondina Slavieiro (Slavieiro - Ford). O ramo da madeira e derivados é representado por Renato Alcides Trombini (Trombini). No ramo químico temos a Carbomafra (Atilano Sobrinho e Luiz Ary Radunz). Nas embalagens a Impressora Paranaense (Werner Schrappe) e Brasholanda (Sérgio Marcos Prosdócimo). No ramo mecânico a YOK (Keizo Assahida). No Eletroeletrônico

⁶ Assim que se iniciaram as obras para a construção da subestação de energia pela Inepar, um grupo de deputados estaduais de oposição ao governo estadual, em verificação ao processo de contratação da empresa, obtiveram a informação de que ela havia sido contratada sem concorrência. Pressionado, o Governador Jaime Lerner voltou atrás e encerrou o contrato, alegando publicamente nos veículos de comunicação que tal fato geraria um atraso nas obras, mas que a concorrência seria realizada. In: Folha de Londrina, 02/04/97, www.folhadelondrina.com.br

a Inepar (Atilano Sobrinho), Refripar e Oberdorfer (Sérgio Marcos Prosdócimo, Karlos Rischbieter e Saul Raiz). Na hotelaria Hotéis Deville (Jaime Canet Júnior). No financeiro Bamerindus (José Eduardo Andrade Vieira, Maurício Schulmann e João Elísio Ferraz de Campos). No ramo das construções destacamos Cecílio do Rego Almeida (CR Almeida); e pertencente apenas à política destacamos José Richa e o Governador Jaime Lerner. Alguns desses empresários associam-se economicamente porque atuam em mais de um setor, vide o caso de José Carlos Gomes de Carvalho, Atilano Sobrinho, Sérgio Marcos Prosdócimo e Luiz Ary Radunz.

Estes personagens participam de vários órgãos e associações de classe e atuam nos sindicatos relacionados as suas áreas, conforme poderemos perceber a partir das narrativas de suas trajetórias individuais, fato que discutiremos ao longo do trabalho. Para isso reconstituiremos a história de suas empresas desde a fundação, verificando os arquivos da Junta Comercial do Paraná, até o seu posicionamento no ranking nacional efetuado através do Balanço feito anualmente pela Revista Gazeta Mercantil. Também descrevemos as suas atuações por meio de análises curriculares assim como as suas relações entre os diferentes meios, detectados através das fontes de imprensa.

Para entender e reconstituir o conteúdo das suas práticas, tornou-se necessário descrever as suas ações tentando perceber o seu sentido. Por exemplo, chegamos a conclusão de que os partidos políticos não eram a principal via de participação empresarial. Os sindicatos eram específicos para cada área e poucos chegaram a cruzar suas trajetórias através deles. O local

verificado e que congregava grande parte deles era a ACP, por isso, essa foi a associação escolhida para se analisar as atividades em conjunto.

Ao estudar a ACP, a primeira gestão escolhida foi a de Werner Egon Schrappe que presidiu a Associação de 1990 a 1992⁷. Foi considerada importante para essa pesquisa por alguns motivos. Em primeiro lugar porque se vivenciava nesse período o auge da influência política do GEC (a própria colocação de Schrappe foi uma imposição do Grupo de Empresários), numa tentativa de reorganizar produtivamente a sociedade. Em meio a conjuntura nacional recessiva e em crise provocada pelas políticas adotadas pelo governo federal (Presidente Fernando Collor) se pregava no Paraná especificamente através de alguns movimentos, um retorno a produtividade através de ações “articuladas” entre empresariado e trabalhadores e uma revitalização das políticas sociais como saúde e educação. A principal bandeira foi o movimento “Levanta Brasil”⁸ que pretendia vincular as discussões sobre diversos temas nacionais e locais às ações efetivas do empresariado local.

Schrappe exercia a função integrada de presidente da ACP e da FACIP⁹ o que lhe dava grande respaldo com relação à classe empresarial. Concomitantemente estava à frente da presidência do Conselho Administrativo da Imprensa Paranaense, uma das maiores empresas brasileiras na área de impressão de embalagens. Na gestão de Schrappe faziam parte da Diretoria

⁷ A pesquisa na ACP foi efetuada a partir do periódico Folha do Comércio ACP, abrangendo o período em questão. “A Folha” é publicação oficial da Associação Comercial do Paraná.

⁸ A primeira ação dos empresários que participaram do “Levanta Brasil” foi a de intervenção no Hospital Evangélico que acumulava uma grande dívida com o Ministério da Saúde e fechava as suas portas em virtude dessa situação. O encontro dessas lideranças empresariais com o governo federal resolveu parcialmente o problema, pois graças a essa atuação, o Hospital obteve um prazo maior para o pagamento de suas dívidas, podendo continuar a atender a população, principalmente a mais carente. In: Folha do Comércio ACP, 1ª Quinz. Fev/92. p.2.

da ACP Karlos Rischbieter, Maria Christina Andrade Vieira (irmã de José Eduardo Andrade Vieira) e Keizo Assahida. Como conselheiros (Conselho Superior) encontramos Atilano de Oms Sobrinho, José Carlos Gomes de Carvalho, José Carlos Pisani, Marcos José Olsen, Renato Alcides Trombini e Sérgio Prosdócimo. Ou seja, em parte os mesmos empresários que compunham o Grupo de Empresários de Curitiba.

A liderança desse grupo pode ser observada não apenas no trato de questões econômicas de seu interesse mais próximo, mas também através de ações em outros setores. Em 1989 o grupo interviu especificamente para resolver o problema financeiro da área de transplantes de medula óssea do Hospital de Clínicas da UFPR¹⁰. Esta campanha foi encaminhada pela ACP através de Werner Schrappe e contou com a participação efetiva de grandes empresários como Sérgio Prosdócimo.

A segunda gestão a ser pesquisada foi a de Maria Christina Andrade Vieira de 1992 à 1994. Foi a “continuadora” do trabalho de Schrappe levando à frente as políticas de integração entre o empresariado, os trabalhadores e a sociedade em geral. Maria Christina era a 2^a vice-presidente da última gestão, sendo indicada candidata única à presidência da ACP¹¹. Durante o seu trabalho além de valorizar essa integração do empresariado através do “Levanta Brasil”, lançou ainda outros movimentos que tinham basicamente as

⁹ FACIP - Federação das Associações Comerciais e Industriais do Paraná. Após 1993 passa a ser chamada de FACIAP Federação das Associações Comerciais Industriais e Agrícolas do Paraná.

¹⁰ Foi do GEC a iniciativa de se criar a Associação Alirio Pfiffer, em 1989, para escorar a existência do Serviço de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas. (MONTEIRO, 1995).

¹¹ Houve uma pequena polêmica no que se refere a indicação de Maria Christina para a presidência da ACP, afinal, muitos viam nela apenas a irmã do banqueiro José Eduardo Andrade Vieira e não uma empresária que pudesse levar adiante as idéias levantadas na gestão anterior. In: Folha do Comércio ACP, 1^a quinz. Mai/92. p.3.

mesmas premissas, como o “Luto pelo Brasil” onde manifestava-se indignação e revolta perante os problemas que atingiam a sociedade em geral. O Luto pelo Brasil foi levado à Brasília por representantes da ACP e de outras entidades em forma de manifesto, e trazia em suas premissas a idéia de desenvolvimento econômico sem a interferência estatal (uma das principais idéias defendidas). Quando se elegeu presidente da ACP levantou entre outras bandeiras, a do “renascimento” do Brasil e da sociedade paranaense através do combate à miséria e ao desemprego. Conclamava as entidades de classe para que todas questionassem tais problemas e enfim pressionassem diretamente o governo, estadual e federal. Em sua gestão, faziam parte do Conselho Superior, Atilano de Oms Sobrinho, Jaime Canet Júnior, João Elísio Ferraz de Campos, José Carlos Gomes de Carvalho, Karlos Rischbieter, Keizo Assahida, Renato Alcides Trombini, Saul Raiz e Sérgio Marcos Prosdócimo.

Podemos dizer que essas bandeiras de lutas levantadas pelo Grupo de Empresários, refletiam as questões que eram colocadas ao setor produtivo naquela conjuntura histórica. Até 1994 não vivíamos plenamente as políticas mais identificadas com a ideologia neoliberal e talvez em função das crises do Estado as novas mudanças ainda não haviam sido percebidas.

A partir do governo Fernando Henrique Cardoso a reforma do Estado ganhou novamente destaque, mas com uma roupagem diferenciada. Ao Estado caberia a regulamentação de leis, a segurança e fiscalização. Todos os demais serviços seriam repassados à iniciativa privada. Com relação à economia, a política de privatizações continuaria abrindo espaços para a chegada de novas empresas multinacionais (SAEZ, 1996).

No Paraná essas mudanças influenciaram as políticas locais, valorizando a implantação de empresas estrangeiras com facilidades fiscais em detrimento de algumas empresas paranaenses, acarretando nos últimos anos uma derrocada das grandes empresas e dos empresários locais que não se prepararam para essa nova realidade.

Para entender esse contexto, faremos inicialmente uma breve exposição sobre a conjuntura histórica nacional no período em questão, 1990 a 1998. A seguir, trataremos a respeito do Paraná, sua economia e política, para contextualizarmos o cenário onde se desenvolveram as atuações específicas do empresariado na ACP. Finalmente seguiremos com as narrativas das trajetórias individuais dos empresários, objetivando perceber em qual momento as suas ações individuais se tornaram comuns e coletivas.

1. A CONJUNTURA HISTÓRICA DOS ANOS 90

1.1 O BRASIL E OS ANOS 90

Para entender a trajetória histórica do GEC, é fundamental delinear os fatos mais importantes da conjuntura vivenciada pelo país nos últimos anos. Após um longo período de crescimento vivido principalmente nos anos 70, assistimos no país, na década de 80, uma profunda crise, marcada pela estagnação econômica, por altas taxas inflacionárias, recessão, desemprego e forte crescimento da dívida externa (BACHA/MALAN, 1988). Alguns autores desenvolvem o argumento de que tal fato foi devido a uma crise do Estado que perdeu a capacidade de continuar a exercer o papel de principal agente indutor de crescimento econômico (PEREIRA, 1998).

Mas não era apenas o Estado que se encontrava em crise nos anos 80, mas o modelo político também. O novo contexto advindo com a “abertura democrática” de 1979 não possibilitava o desenvolvimento de áreas até então estagnadas e a fase denominada de “Nova República” não conseguiu, com seus 8 programas de governo, resolver os problemas encontrados, piorando cada vez mais a credibilidade da população nas instituições governamentais.

Propunha-se para normalizar esse quadro uma série de reformas administrativas e sociais, que resultaria na Promulgação de uma Nova Carta Constitucional em 1988 (SILVA, 1995). Essa estabeleceria mudanças no que se referia a todos os setores, sendo criticada em alguns aspectos porque alargou os obstáculos jurídico-institucionais para a implantação de uma reforma do Estado. No entanto, proporcionou algumas conquistas sociais como por exemplo, o direito às eleições diretas para a presidência da República

(SOLA,1994). Após a promulgação constitucional em 1988, os problemas sociais que afetavam a população como a inflação, miséria e violência continuaram evidentes.

Em 1989 foi eleito no Brasil o primeiro presidente escolhido diretamente após o término do período militar. Fernando Collor trazia em seus discursos o fim dos problemas sociais e a retomada do crescimento, realizando para isso reformas estruturais no aparelho estatal. Na prática, suas políticas sociais foram tão perversas que os problemas sociais e econômicos que já existiam aumentaram sensivelmente (VIDAL, 1995).

Assim que assumiu o poder, a sua equipe de governo levou adiante as primeiras reformas com a instituição do Plano Collor. Dentro dele pretendia-se uma série de cortes nos gastos públicos, o confisco monetário e a eliminação do déficit público. Com relação à reforma do Estado iniciou um processo de completo desmonte das empresas públicas e da intervenção estatal, liberalizando a economia rompendo com todas as barreiras administrativas para a importação de produtos (MARTINS, 1990).

Em tese propagada oficialmente, a abertura da economia seria extremamente beneficiária ao Brasil. " A abertura comercial seria a melhor política industrial para o país - uma política que iria compelir as empresas brasileiras (inclusive as multinacionais aqui instaladas, também beneficiárias do mercado fechado) a aumentar a produtividade e a competir com as empresas estrangeiras" (PEREIRA, 1998:190). No entanto, a consequência dessa política foi a falência de pequenos, médios e até mesmo de grandes grupos empresariais. Os programas de privatização ganharam força e o principal alvo foram as maiores empresas que estavam

sob o controle do Estado. Essas em grande parte, foram compradas por empresas multinacionais. No início dos anos 90, uma série de processos de privatização foi levado adiante e um grande número de empresas públicas foram vendidas¹, como a Usina Siderúrgica Nacional, Cosipa e Usiminas (Pereira, 1998).

As conseqüências dessas políticas foram o desmonte oficial do aparelho estatal, onde esse deixaria de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, e tornar-se-ia apenas promotor e regulador de políticas de atendimento ao indivíduo. O seu novo papel consistiria apenas em promover os serviços sociais e de infra-estrutura.

Após 1992 quando Collor abandonou o governo federal acusado de corrupção, assumiu a presidência Itamar Franco, que levou adiante políticas de reformas do Estado com ênfase na abertura de mercado, privatização e reforma administrativa, num discurso que assumia formalmente que o modelo estatista e protecionista estava ao fim. A economia brasileira passaria a ser definida a partir da sua capacidade de competição internacional (MARTINS, 1990).

Em 1994 ganha a eleição à presidência da República Fernando Henrique Cardoso e esse continua a seguir as mesmas linhas anteriores através de seu programa de modernização da economia e do Estado no Brasil (SAEZ, 1996).

¹ O primeiro filão de empresas estatais cobiçado pela iniciativa privada foram as empresas do ramo da siderurgia. Logo após viriam as empresas de energia elétrica e as de telecomunicações.

Oficialmente o seu governo vem definindo um novo modelo de Estado, ... “que chamamos de Estado Social-Liberal. Social porque, ao contrário do que pretendem os grupos neoliberais (liberais radicais), o Estado continuará e aprofundará seu trabalho nas áreas de educação, da saúde e da proteção social; liberal, porque o fará ao mesmo tempo que dará mais espaço para o mercado, seja na produção de bens e serviços pelas empresas privadas, seja na produção de serviços sociais essenciais”(PEREIRA, 1998:212). No entanto, observamos que a intervenção do Estado, mesmo nas áreas em que ele deveria atuar, foi cada vez mais reduzida ao longo dos últimos tempos, chegando a ser eliminado por completo em alguns setores.

Com relação à política de privatizações, essa têm procurado nos últimos tempos atingir os setores da telecomunicações e da energia. Algumas das maiores empresas já foram privatizadas e passaram para as mãos de empresas estrangeiras².

O que se conseguiu com relação à essas políticas federais, foi uma grande internacionalização da economia que gerou profundas crises econômicas e sociais, influenciando muitos estados da União, dentre eles o Paraná. E essas políticas poderão interferir no destino econômico do Estado, atingindo drasticamente alguns empresários paranaenses, alterando, e muito, o quadro político estadual.

² É possível verificarmos que quando se iniciaram os processos de privatizações, os consórcios que se encaminharam para as concorrências, tinham, muitas vezes, empresas multinacionais que tornar-se-iam as acionistas majoritárias. Temos como exemplo, o caso da Vale do Rio Doce que foi privatizada no ano de 1997.

1.2 CONJUNTURA HISTÓRICA DO PARANÁ ATÉ OS ANOS 90

O objeto de estudo dessa pesquisa é o Grupo de Empresários de Curitiba e sua atuação. São esses indivíduos que, ao agir coletivamente, vão tentar influenciar a história econômica e política do Paraná. O período que traçamos para o desenvolvimento dessa pesquisa foram os anos de 1990 a 1998. No entanto, para entendermos o desempenho político desses empresários, foi necessária uma análise sobre a conjuntura histórica do período no Paraná. Assim remetemo-nos a uma análise histórica sobre a economia do Paraná, abrangendo desde o início da exploração econômica do seu território¹, até a atualidade.

1.2.1 A Economia Paranaense e suas Transformações

O Paraná começou a ser explorado economicamente por volta do final da primeira metade do século XVI. As primeiras atividades econômicas foram as bandeiras que capturavam índios (principal artigo de exportação), seguidas do extrativismo primitivo das riquezas minerais, como o ouro de aluvião do rio Nhundiaquara.

A extração do ouro foi responsável pela chegada de colonizadores que povoaram desde o litoral até o planalto de Curitiba. No entanto, o extrativismo não ocupou mais do que algumas décadas, levando os ocupantes

¹ Apenas lembramos que não é o objetivo maior desse trabalho retratar detalhadamente a história do Paraná ou mesmo de sua economia, mesmo porque, tal feito já foi demonstrado de maneira brilhante por inúmeros autores. Utilizamos aqui as análises realizadas por Pedro Padis e vários trabalhos publicados pelo IPARDES. Destacamos entre os autores utilizados Francisco Magalhães, Igor Zanoni Leão, entre outros.

do território a descobrirem novas atividades econômicas. Se no Paraná o ouro e suas atividades subseqüentes foram liquidadas, em outros lugares do Brasil apresentavam-se como uma das maiores fontes de geração de renda da colônia. Era necessário abastecer a região aurífera (Minas Gerais) de animais que pudessem efetuar o transporte do ouro que seria escoado pelo Rio de Janeiro. Os rebanhos de animais encontravam-se na região dos pampas no extremo Sul e para que pudessem chegar até a região desejada deveriam cruzar toda a região sul do país. O Paraná como um dos pontos de passagem aproveitou-se dessa situação para estabelecer a sua nova atividade econômica, o tropeirismo. Ao final do século XVIII e início do XIX, o tropeirismo sofreu as conseqüências diretas do declínio da extração do ouro de Minas Gerais e da expansão da economia cafeeira. No entanto, essa atividade foi logo rechaçada em virtude do desenvolvimento das ferrovias ao longo da região Centro-Sul do país.

O declínio do tropeirismo proporcionou ao Paraná o desenvolvimento de uma nova atividade lucrativa, a exportação da erva mate, que se dava principalmente para países platinos. Isso se passava por volta de 1854.

A atividade ervateira era tão lucrativa que o primeiro Presidente da Província do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcelos, afirmava com suas palavras que não era possível acumular dinheiro sem possuir um engenho de socar mate. Em 1855 ele determina a construção da “Estrada da Graciosa” (Pereira, 1990), principal via de ligação de Curitiba até o litoral, o que facilitava o escoamento da erva-mate para Paranaguá. Por isso grande parte dos engenhos beneficiadores que estavam localizados no litoral, transferiram-se

gradativamente para perto dos principais pontos de coleta da erva (PADIS, 1970).

A exportação da erva-mate constituiu-se na atividade condutora da economia paranaense e promoveu a constituição de novos personagens na história paranaense do século XIX, a chegada da burguesia industrial do mate. A esta coube o reordenamento econômico desta nova sociedade.

Cabe ressaltar que a economia paranaense possuía ainda outra atividade, a extração de madeira. Após seu desenvolvimento passou a atrair capital estrangeiro proporcionando a proliferação das estradas de ferro que serviriam para o escoamento da produção. Ao final do século XIX a exportação da erva-mate e da madeira serviram como base de um tímido processo de industrialização que se consolidaria no início o século XX. A fração da burguesia paranaense que se dedicava ao comércio exterior promoveu um processo auto-sustentado e relativamente autônomo de técnicação do beneficiamento da erva-mate, que se aproximava do modelo paradigmático da industrialização européia.

Ao final da terceira década deste século inicia-se uma derrocada nas exportações da erva-mate. Como conseqüência tem-se uma das mais violentas crises do Estado do Paraná, com um alto índice de desemprego e com salários cada vez mais baixos para a população empregada. Nem mesmo a criação de um "Instituto do Mate" paranaense - que instituiria certas condições de monopólio - foi capaz de deter a queda do produto. Na verdade, a partir de 1931, começava no Paraná a liquidação da economia ervateira.

No entanto, o que a exportação do mate e da madeira proporcionaram foi a afirmação de que havia uma classe dominante no Paraná, que foi chamada de burguesia industrial. Segundo Magalhães(1996:7), ...é óbvio que essa burguesia industrial não era uma reprodução idêntica das burguesias industriais européias ou norte-americanas, nem era idêntica à burguesia industrial que se desenvolveu no Brasil em função do processo de industrialização por substituição de importações. Mas nem por isso, era menos burguesia industrial”.

Apesar de se constituir durante oito décadas na atividade mais importante do Estado, o mate perdeu gradativamente essa posição. A exportação da madeira continuou em expansão, mas a partir da década de 30 privilegiou-se no Paraná uma participação cada vez maior do café.

Para o ciclo econômico capitalista, era obrigatória uma estrutura física, técnica e financeira que a economia ervateira não proporcionava. Até o fim da terceira década deste século, o Paraná não passava de uma economia periférica no sistema econômico brasileiro, especialmente de São Paulo. E, além de periférica, de situação bastante precária. No entanto, a partir da década de trinta, uma verdadeira revolução iria ocorrer na economia do Estado e transformar-lhe-ia a fisionomia (PADIS, 1970:82).

A transformação da fisionomia do Paraná ocorrida principalmente entre 1930 e 1960, teve como principal responsável a cultura do café. A expansão cafeeira no Paraná foi financiada por capitais estrangeiros (ingleses), objetivando a instalação de um surto de progresso, através da criação da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná. “A partir de 1945, e em pouco mais de uma década, os cafezais se estenderam por toda a região norte do Paraná, garantindo-lhe o primeiro lugar entre os Estados produtores” (PADIS, 1970:213).

Durante o ápice da atividade econômica cafeeira, o Estado apresentou-se cada vez mais dependente com relação ao mercado externo e com relação a São Paulo. Pois, enquanto o Paraná exportava o seu café, concentrando capital e força de trabalho numa atividade primária, São Paulo desenvolvia o seu setor industrial continuamente.

1.2.2 - A Política Paranaense: Um breve panorama dos anos 50 aos 90

A conjuntura política dos anos 50, desencadeou novos direcionamentos à política estadual. A eleição que culminou na vitória de Ney Braga proporcionou as bases de desenvolvimento e industrialização do Paraná nos anos 70. Por isso foi importante resgatar os acontecimentos históricos dos anos 50 até a atualidade.

Nos anos 50 vivia-se o auge das políticas desenvolvimentistas onde ... “o objetivo primordial era melhorar o nível de vida da população paranaense, através do aumento e (da retenção) da renda gerada” (AUGUSTO, 1978:54). Ainda tínhamos uma economia primária que dependia basicamente dos estímulos gerados pelo café. A infra-estrutura e mão de obra especializada quase não eram encontrados o que obstaculizava o desenvolvimento industrial do Estado.

Os governos dos anos 50 - que viveram o auge da conclamação nacional à industrialização - não apresentaram mudanças políticas significativas, dentre as suas maiores preocupações achava-se o povoamento do estado². As práticas políticas e administrativas adotadas pelos governantes

² Os governos deste período - Bento Munhoz da Rocha (1951/1955) e Moysés Lupion de Troya (1955/1960) (Pinheiro Machado, 1969) preocuparam-se em povoar o Paraná, afinal, havia um

do Paraná até o período, estavam consolidadas em premissas agro-exportadoras.

No início dos anos 60, o Paraná poderia ser dividido economicamente em norte cafeeiro e demais regiões do Estado. Portanto, o Paraná tinha a sua economia caracterizada pela transferência de sua produção agrícola para São Paulo, enquanto em troca obtinha desse Estado produtos manufaturados. A explicação para tais fatos decorre da dificuldade de industrialização do Estado como um todo. O norte cafeeiro estava muito ligado à economia paulista, por isso não poderia habilitar-se ao desenvolvimento de um pólo industrial, já as demais regiões do Estado apresentavam uma agricultura pouco dinâmica e pouco integrado ao mercado exportador decorrente mesmo devido à pequena infra-estrutura que o Paraná possuía. O potencial industrial dos anos 60 estava extremamente vinculado a uma produção primária sucedendo ao beneficiamento de madeira e café.

Politicamente os governadores do período, Ney Aminthas de Barros Braga (1961-1965) e Paulo Cruz Pimentel (1966-1971), tentam superar essa situação de fragilidade econômica. Para isso tinham permeado em suas falas e ações, o tema da modernização do Estado. Ney Braga iniciou o que mais tarde foi denominado de Modelo Paranaense de Desenvolvimento, que pode ser interpretado também como uma tentativa de se buscar através da industrialização do Estado uma espécie de identidade paranaense (paranismo) (MAGALHÃES, 1989).

déficit de mão-de-obra no estado, tornando necessário o favorecimento à imigração. (...) No governo Bento, a divisão de imigração da Secretaria de Agricultura firma convênios

A década de 60 no Paraná foi marcada principalmente pela ascensão do político Ney Braga. As eleições de 1960 estavam polarizadas entre os partidos mais representativos, o PSD e o PTB. A UDN que havia sofrido derrotas sucessivas em 1955 e 1958, retirou-se da disputa. Quem apareceu disposto a ganhar a eleição através de um pequeno partido - o PDC (Partido Democrata Cristão), foi Ney Braga³. Este havia rompido com Bento Munhoz, colocando como tema de campanha a justiça social, a moralização do serviço público e o anticomunismo. Três meses antes da eleição, o candidato favorito do PTB, que tinha a preferência popular, faleceu. Ney aproveitou-se desta situação e articulou a sua campanha à campanha nacional de Jânio Quadros, personificando-a, através do jingle, "Quem é Ney é Jânio, quem é Jânio é Ney". Tal fato expressou uma força no partido que ele mesmo não possuía, vindo a nascer um político que inovaria toda a política paranaense (IPARDES, 1987).

Ao assumir o governo, o primeiro dos seus atos foi aumentar a sua bancada na Assembléia Legislativa, ganhando correligionários de outros partidos adversos. Atenta-se ao caso do PRP (Partido de Representação Popular), um partido que tinha inspirações integralistas e contava com um grande eleitorado em Curitiba, mas não o suficiente para consolidá-lo como partido em si, tendo então os seus membros sido deslocados para outras legendas. Após a eleição Ney constatou que recebera o governo do Estado

imigratórios em diversos países, atraindo braços para a lavoura e para a indústria (...) (IPARDES, 1987:49).

³ Ney Braga fora prefeito de Curitiba na década de 50. Como prefeito executou o primeiro Plano de Urbanização que a cidade teve, o Plano Agache. Tal fato demonstrou que Braga

com um grande rombo financeiro o que não impediu de colocar logo em prática as suas medidas administrativas de superação do subdesenvolvimento. Essas teses foram incorporadas ao seu discurso político, dando início a uma nova fase na política paranaense, mais tarde chamada de **Neysmo**.

Em todo o tempo de governo, seus atos foram acompanhados por uma excelente projeção pública, sempre reverenciando a sua grande capacidade empreendedora, porque associava a racionalidade econômica ao espírito de solidariedade cristã. Destacou-se ainda o seu lado pessoal (e portanto confiável), mostrando-se um político responsável, um verdadeiro “pai de família” (IPARDES, 1989).

Enquanto governador, fizeram parte das propostas de seu governo levar à população paranaense vários serviços, entre eles:

a) serviços de saúde: todos os municípios paranaenses foram dotados de unidades sanitárias próprias;

b) educação: o discurso e as práticas relativas à educação visavam a erradicação do analfabetismo. Para Braga, havia uma estreita relação entre o analfabetismo e a marginalidade. Foi criada uma campanha denominada “Mobilização Estadual contra o Analfabetismo - MECA. ”Para ela estamos convocando o nosso povo, no afã de recuperação dos brasileiros analfabetos que vivem em nosso estado, a fim de que, alfabetizados e melhor preparados para a vida, possam, nas zonas rurais ou nos centros urbanos, alcançar níveis de vida compatíveis com a dignidade da pessoa humana (NEY BRAGA apud IPARDES, 1989 : 54).

possuía uma capacidade de planejamento e um aspecto inovador no que tangia a administração pública.

c)segurança pública: instaurou nesse período vários postos da polícia militar, os quais procuraram cobrir boa parte do território paranaense. ... "a organização estrutural para melhoria do padrão técnico profissional da Polícia dentro de um programa de modernização e renovação de seus quadros foi a primeira providência do governo no importante setor da Segurança Pública, procurando reintegrar aquele órgão no conceito da população" (NEY BRAGA apud IPARDES, 1989 : 83)

Houve uma grande ênfase quanto à questão do desenvolvimento. Enquanto os governos de Bento e Lupion investiram basicamente numa política de colonização e estímulo à agricultura, a partir de Ney Braga foram lançadas as bases da industrialização.

Mas para que essa acontecesse foi necessário racionalizar a máquina administrativa, implantando mecanismos eficientes que pudessem "dar conta" desse novo processo. Durante a gestão de Ney Braga ainda predominava no país a concepção de desenvolvimento nacionalista, resquícios da ideologia nacional desenvolvimentista.

Além dos serviços já mencionados no seu governo surgiram um grande número de agências mistas,

"houve aqui [governo Ney Braga] a criação de um número razoável de sociedades mistas, com funções de alguma forma paralelas às exercidas por organismos que já faziam parte da estrutura administrativa estadual. Foram criadas: Companhia de Desenvolvimento do Estado do Paraná - CODEPAR; Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná - CAFÉ DO PARANÁ - em agosto de 1961, paralela à Secretaria de Agricultura; Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR - em julho de 1962, paralela à Secretaria de Educação; Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - em janeiro de 1963, paralela ao Departamento de Águas e Esgotos; Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR - em março de 1963; Centro Eletrônico de Processamento de Dados - CELEPAR - em outubro de 1964; Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR - em maio de 1965" (AUGUSTO, 1978:29).

Tais agências trouxeram ao Estado um desenvolvimento parcial se transformando na base fundamental de apoio governamental de Ney Braga.

As empresas criadas por ele nos anos 60 serviram como “viveiros” onde se gerou boa parte da burocracia estadual, pois foi entre os técnicos que iniciavam as suas carreiras no Estado que saíram aqueles que assumiram cargos de confiança nas empresas mistas recém criadas pelo governo. No período em análise, esses técnicos eram de tamanha competência que, estando eles em empresas estatais, conseguiam atrair investimentos incrementando a economia paranaense. O mesmo passou a ocorrer no plano municipal, destacando-se aqui os maciços investimentos em planejamento urbano da cidade de Curitiba que vieram da CODEPAR (em 1965) e que contava com *Karlos Rischbieter como o seu presidente (IUPERJ, 1974)*.

Mas, se ao Estado paranaense coube o papel de propulsor do desenvolvimento, quando ele realizou tal tarefa estava atendendo a interesses privados. São os “acordos” (BOSCHI, 1979) que se davam entre a iniciativa privada e o Estado. Um reconhecimento de que um não poderia crescer sem a presença do outro.

As agências estatais que se formaram tanto no Paraná como em Curitiba⁴, abrigaram *profissionais extremamente capacitados recém chegados da Europa, em especial da França⁵*. Vieram cheios de novidades e tecnologias a serem implementadas. Contavam com amplos recursos financeiros para a execução de obras gestadas em seus gabinetes particulares de trabalho e transitavam livremente pelas agências de Estado, fossem elas municipais,

⁴ A partir da década de 60 tem-se a criação de agências estatais que proporcionassem respaldo ao planejamento urbano de Curitiba. Destaca-se entre elas a URBS (Companhia de Urbanização e Saneamento), a COHAB (Companhia de Habitação de Curitiba) e principalmente o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba).

estaduais ou federais. Sabiam como racionalizar os projetos de acordo com suas formações próprias, já que possuíam as melhores formações acadêmicas e dominavam as “regras do jogo” político.

No Paraná, as transformações econômicas sofridas (no que se referia ao seu desenvolvimento) ao longo das últimas décadas, só puderam ser possíveis porque houve uma presença forte e marcante do aparelho do Estado dando suporte financeiro, servindo também como orientador (planejador) de políticas de desenvolvimento.

A partir da década de 60, mais precisamente em 1964 quando ocorreu o golpe militar, foi possível identificar que mesmo estando sob um regime autoritário e centralizado o empresariado continuava a ter grande participação na institucionalização e expansão da indústria no Brasil, bem como no Paraná e em Curitiba. Aqui destacamos a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), com uma efetiva participação do empresariado e personalidades políticas. Podemos comprovar tais fatos, através de um discurso proferido por Jaime Lerner em 1980, a respeito da instalação da CIC.

“Para mim é duplamente significativa esta homenagem. Primeiro porque quem a recebeu antes de mim foi o ministro Karlos Rischbieter, a quem o Paraná deve muito do que hoje pode mostrar em termos de industrialização e a quem a História deste país há de fazer justiça como um dos mais lúcidos e corajosos homens públicos que tivemos. Certamente ainda poderemos contar - seja no setor privado, seja no setor público - com a contribuição de sua inteligência. (...) Esta homenagem também quero dividir com Maurício Schulmann, que quando Secretário da Fazenda teve papel preponderante nos primeiros passos da CIC, e certamente com Cássio Taniguchi, que na URBS viabilizou este empreendimento. (...) O que parecia ser um ideal de visionários, quando a CIC foi lançada, é hoje uma certeza inquestionável e irreversível. (...) Quando lançamos a Cidade Industrial de Curitiba, naturalmente apresentamos aos empresários fatos, dados e números que deram o que pensar; mas também os convidamos a sentir o que significava integrar a sua indústria à vida de uma cidade como Curitiba, que vivia então a alegria de descobrir-se a si mesma”. (LERNER, 1991:7)

⁵ Como foi o caso de Jaime Lerner e de seu grupo que compuseram o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), órgão que implementou o planejamento da cidade.

Na ocasião (abril de 1980), Lerner era prefeito pela segunda vez, e recebia da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba - AECIC, o título de "Personalidade AECIC". Notamos a ênfase dada à importância do empresariado em geral, mas principalmente do relacionamento dele (Lerner) com Karlos Rischbieter, Maurício Schulmann e Saul Raiz, pessoas importantes que transitavam entre as instituições públicas e privadas.

Se a indústria paranaense da década de 60 e 70 mostrou-se mais dinâmica se comparada às décadas anteriores, seu crescimento e diversificação estavam vinculados à produção agrícola. Ressaltamos que nesse período a agro-indústria deixa de ser a grande responsável pelo desenvolvimento industrial do Estado, ou seja, ela ainda existe mas mantém-se ao lado de várias ramificações.

As atividades primárias deram lugar às mais elaboradas. Por exemplo, no ramo da Madeira as serrarias perderam lugar para as indústrias que trabalhavam com a fabricação de madeira compensada, laminada e aglomerada. Os beneficiadores de café deram lugar ao fabricantes de café solúvel, laticínios, rações, frigoríficos. A pequena indústria química deu lugar à refinaria de petróleo. Podemos observar tais fatos a partir das tabelas 1 e 2.

TABELA 1 - Classificação anual das Empresas Paranaenses no ranking nacional por Setores e subsetores.

ano	Empresa	Setor	Subsetor	Colocação
1977	Cacique de Café	Alimentos	Café solúvel	1
1977	Placas do Paraná	Madeira	Laminados	6
1977	Imaribo	Madeira	Laminados	14
1977	F. Slavieiro e Filhos	Madeira	Laminados	18
1977	Eidai do Brasil	Madeira	Laminados	19
1977	Bresolin Madeiras	Madeira	Laminados	24
1977	Móveis Kastrup	Material e serviços de	Móveis	9
1977	Klabin do Paraná	Papel e celulose	Fabricantes	2

Fonte: Balanço Anual da Gazeta Mercantil/1977.

TABELA 2 - Classificação anual das Empresas Paranaenses no ranking nacional por Setores e subsetores.

ano	Empresa	Setor	Subsetor	Colocação
1981	Mate	Alimentos	Moinhos	20
1981	Imcopa	Alimentos	Óleos vegetais	7
1981	Olivepar	Alimentos	Óleos vegetais	17
1981	Irpasa	Alimentos	Óleos vegetais	35
1981	Germani	Alimentos	Óleos vegetais	36
1981	Emilio Romani	Alimentos	Torrefações	1
1981	Cotam	Alimentos	Torrefações	4
1981	Café Alvorada	Alimentos	Torrefações	18
1981	Todeschini	Alimentos	Massas	4
1981	Nutrimental	Alimentos	Diversos	17
1981	Matte Leão	Alimentos	Diversos	20
1981	R. Coimbra	Comércio	Atacadistas	82
1981	Impressora	Editorial e gráfica	Serviços Gráficos	4
1981	Refrifar	Eletroeletrônica	Eletrodomésticos	10
1981	Britânia	Eletroeletrônica	Eletrodomésticos	18
1981	Inepar	Eletroeletrônica	Diversos	9
1981	Imaribo	Madeira e móveis	Madeira - laminados	2
1981	J. J. Zattar	Madeira e móveis	Madeira - laminados	3
1981	Selectas	Madeira e móveis	Madeira - laminados	10
1981	Slaviero	Madeira e móveis	Madeira - laminados	11
1981	Irmãos Fernandes	Madeira e móveis	Madeira - laminados	16
1981	Madeira do Paraná	Madeira e móveis	Madeira - laminados	21
1981	Madeira Dal Pai	Madeira e móveis	Madeira - laminados	22
1981	Varaschim	Madeira e móveis	Madeira - laminados	25
1981	Compensados Mapin	Madeira e móveis	Madeira - laminados	26
1981	J. Bettega	Madeira e móveis	Madeira - laminados	32
1981	Placas do Paraná	Madeira e móveis	Madeira -	3
1981	Miguel Forte	Madeira e móveis	Madeira -	11
1981	Ricassolo	Química	Fertilizantes/Adubos	21
1981	Britanite	Química	Pólvora/fósforos/mu	4
1981	Irati Fósforos	Química	Pólvora/fósforos/mu	7
1981	Carbomafra	Química	Diversos	78

1981	Estearina	Química	Diversos	96
1981	Cipari	Química	Produtos	68
1981	Providência	Química	Transformadores de	13
1981	Malas Ika	Química	Transformadores de	37
1981	Tortuga	Química	Artefatos de	6

Fonte: Balanço Anual da Gazeta Mercantil/1981.

No entanto, com todas essas diversificações, ao final dos anos 80 o Paraná ainda era o Estado menos industrializado do sul do país (IPARDES, 1994). Podemos verificar a partir da tabela abaixo,

Tabela 3 - Emprego Total, Emprego Industrial e Emprego nos Demais Setores, nos Estados Sulinos e na Região Sul - 1989.

Tipo de Emprego	Região Sul	Paraná	Sta Catar	R G do Sul
Emprego Total	4.165.822	1.375.561	910.724	1.879.537
Emprego Industrial	1.231.889	294.819	354.635	582.435
Emp. Demais Set.	2.933.933	1.080.742	556.089	1.297.102

Fonte: Anuário RAIS - Ministério do Trabalho

As novas indústrias decorrente dessa forma de organização, fazem constituir no Paraná uma estrutura industrial completamente oligopolizada. Um pequeno grupo de empresários passou a dominar completamente os diversos setores. Destacamos alguns grupos onde inexistem pequenas e médias empresas. Colocamos como exemplos alguns sub-setores do ramo alimentício ou mesmo dos ramos de cimento. Podemos verificar tal fato a partir da tabela 4.

TABELA 4 - Classificação anual das Empresas Paranaenses no ranking nacional por Setores e subsetores.

Ano	Empresa	Setor	Subsetor	Colocação nacional
1986	Cacique	Alimentos	Café solúvel	1
1986	Iguaçu	Alimentos	Café solúvel	2
1986	Cimento Rio Branco	Não Metálicos	Cimento e cal	4
1986	Itaú	Não Metálicos	Cimento e cal	21
1986	Incepa	Não Metálicos	Cerâmica	1
1986	Porcelana Schmidt	Não Metálicos	Cerâmica	5
1986	Polovi	Não Metálicos	Cerâmica	33

Fonte: Balanço Anual da Gazeta Mercantil/1986.

Os anos 80 foram para o Paraná um período em que poucos segmentos demonstraram crescimento.

“Nesse contexto, a economia paranaense apresentou um desempenho bem mais favorável até que o nacional. (...) Observa-se forte dinamismo em gêneros como material elétrico e de comunicações (...), mecânica (...), papel e papelão, química e material de transporte (em função da produção da Volvo. (...)) Setorialmente desenvolveram-se novos produtos (...) são mais relevantes os segmentos de carne, café solúvel, óleos vegetais, laticínios e fiação” (LEAO, 1991:18/19).

Concluimos então que o quadro industrial do Paraná ao longo dos anos 80 diversificou-se, tendo grande credibilidade os ramos da agro-indústria, do papel e papelão, metal-mecânico e minerais não-metálicos. Pequenos grupos de grandes empresários comandavam tais segmentos e assim o fizeram durante boa parte dos anos 80 conforme podemos observar pela tabela 5 (vide anexo).

Podemos verificar com relação às transformações ocorridas na indústria, que a situação social do Estado também foi alterada. Houve um agravamento nas condições de vida da população em geral, no que se refere ao trabalho, moradia, saúde e educação.

Destacamos aqui os aspectos relacionados ao trabalho e moradia. A produção agrícola estadual era baseada no trabalho familiar. A partir dos anos 60 com a introdução de novas tecnologias, muitos pequenos produtores deixaram de produzir e nos anos 70, o tipo de mão-de-obra alterou-se profundamente.

Mesmo com a população permanecendo no campo, houve um aumento de trabalho assalariado. O campo passou a ser apenas um local de trabalho e não mais de trabalho e moradia. Em função de inovações tecnológicas, a

população essencialmente rural acabou se transformando em urbana o que alterou todas as estruturas vigentes.

Houve também um crescimento da população nas cidades o que gerou maior demanda sobre os serviços públicos e sobre o mercado de trabalho. "As taxas superiores de crescimento populacional paranaense indicam o sobre-esforço necessário dos setores público e privado para atender ao processo mais acelerado ou de demanda adicional, particularmente de emprego, resultante do crescimento urbano acelerado" (IPARDES, 1994:53). Portanto, se a população se desloca para os centros urbanos, grande parte dela precisa entrar no mercado formal de trabalho. Para isso é necessário que o Estado possua uma política adequada de empregos e que lhe assegure estabilidade no que tange à sua formação e educação.

Ao final dos anos 70 e início dos 80, as transformações com relação ao trabalho e emprego apresentaram-se da seguinte maneira: uma grande oferta de mão-de-obra em vista da pouca demanda por empregos. No Paraná nos anos 80 houve uma evolução do crescimento de empregos formais por setores de atividades.

Mas, se nos anos 80 a concentração das indústrias estava nas mãos de poucos grupos de empresários paranaenses, nos anos 90 tal quadro tende a se alterar. Os grandes grupos paranaenses estão desaparecendo, enquanto empresas estrangeiras vem se instalando no Estado. Percebemos também que há um grande incentivo do governo em financiar a chegada dessas empresas em detrimento da manutenção de grupos que eram consolidados na economia paranaense. Para entendermos como se passam esses acordos políticos no

Paraná, precisamos entender o Paraná sob os seus aspectos políticos, desde os anos 80 até os 90.

Politicamente, os anos 80 foram marcados como o período em que os “*políticos profissionais*” entraram em cena. A principal característica desse período foram as políticas descentralizadoras de Estado, com o discurso democrático perpassando as discussões sobre política em geral⁶. Os técnicos que predominaram durante a ditadura foram deixados de lado, e homens com fortes vínculos com a política partidária como Roberto Requião, (advindos de partidos políticos de oposição) ganharam destaque. Em Curitiba, o PMDB conseguiu estar à frente da prefeitura durante 2 gestões consecutivas, uma indicada em 1983 e outro via eleições diretas em 1985. No Estado, o governo dos anos 80 também esteve nas mãos do PMDB. Lerner que havia sido prefeito indicado de Curitiba por duas gestões, concorreu em 1985 com Roberto Requião e perdeu para esse as eleições. Em 1986 entrou como candidato a vice-governador de José Alencar Furtado pelos partidos PDT/PFL/PMB/PJ, perdendo para Álvaro Fernandes Dias do PMDB/PN e ao final desse período eleitoral, trocou seu domicílio eleitoral para o Rio de Janeiro onde passou a trabalhar para a prefeitura daquela cidade, sob a sigla do PDT (PAZ, 1990).

As iniciativas do governo federal com relação às políticas econômicas levaram os eleitores de alguns Estados brasileiros a um completo descrédito com relação aos políticos em geral. Tal fato foi evidenciado no Paraná, mais

⁶ Sobre este tema, verificar SOUZA, Machado do Carmo Campelo de. (1988) “A nova república brasileira: sob a espada de Dâmocles”. In: STEPAN, Alfred (Org). (1988) Democratizando o Brasil. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

especificamente em Curitiba, o que tornou possível a derrota do candidato do PMDB à Prefeitura da cidade.

Como dissemos, a crítica aos políticos em geral não foi uma exclusividade do Paraná ou de Curitiba. No Brasil cresciam o número de manifestações da população em desaprovação aos políticos dirigentes. No Rio de Janeiro os eleitores apostaram no macaco Tião, em Olinda na cadela Amarelinha, e em Vitória no papagaio Xereta. Em Curitiba o enfrentamento aos políticos não se deu assim, ironicamente, mas diretamente nas urnas onde ficou demonstrado a disposição da população em assumir um novo governante que não havia sido “político profissional”.

Sob este contexto, “reapareceu” na Prefeitura de Curitiba Jaime Lerner, que havia conseguido transferir o seu domicílio para a cidade a tempo ainda de disputar as eleições. Foi realizada uma frente ampla de oposição ao governo do PMDB. Os demais candidatos renunciaram, inclusive o candidato do PDT - Algaci Túlio - e Lerner desenvolveu a sua campanha em apenas 12 dias, conquistando uma vitória arrasadora. Iniciou aqui as suas bases eleitorais, afirmando-se definitivamente como político (PAZ: 1990). Conseguiu também desmontar as bases em que se apoiava o PMDB, ou seja, Lerner não ganhou votos apenas das classes altas e médias, mas também, das classes subalternas da população, e talvez por isso tenha nesta gestão dado uma ênfase muito grande ao social. Tais acontecimentos evidenciam uma união entre as elites dirigentes e as elites empresariais de Curitiba, que é o objeto de nosso trabalho.

Segundo alguns observadores (IPARDES, 1994), nos anos 90, a economia paranaense dependia não só da economia brasileira como um todo, mas também das determinações políticas que derivavam do governo federal (Governos Collor e Itamar Franco). Os planos econômicos decretados com o objetivo de reverter a estagnação econômica, causaram desajustes em toda a sociedade e por conseqüência também, nas políticas estaduais de desenvolvimento (VIDAL, 1995). Os programas de estabilização lançados, mais as políticas de privatizações, favoreceram a abertura da economia à empresas estrangeiras.

Tal situação exigia um redirecionamento quanto ao papel do Estado, pois nessa nova política econômica,

...”o papel do estado seria drasticamente reduzido, seja como regulador da economia ou seja como empresário. A desregulamentação econômica e a restauração do mercado como mecanismo organizador da economia supõe a eliminação do déficit público, centrado no corte de gastos, bem como no avanço das privatizações, a liberação das relações capital-trabalho e a do comércio exterior” (Leão, 1994:5).

Ou seja, ao Estado restaria a sua permanência em setores estratégicos, mas acabar-se-ia com o seu “caráter privado-corporativista”, reformulando suas funções públicas para que as principais reformas políticas e econômicas pudessem acontecer.

Os governos que permaneceram no Paraná durante a década de 80 e início dos anos 90 (que eram do PMDB), não atuavam em completa consonância com as determinações do governo federal.

Em 1994 a eleição ao governo do Paraná trouxe à tona uma nova realidade ao Paraná. Jaime Lerner elegeu-se governador e levou ao poder todo o grupo de assessoramento que o acompanhava desde a elaboração do

Plano Preliminar de Urbanismo em 1965. No entanto, o político Lerner foi financiado por empresários que pertenciam à determinados grupos de interesse e que presume-se, após a eleição tenham ganho influência junto ao Palácio Iguazu.

Em suas ações como governador, Lerner deixou explícito que haveria mudanças no caráter e na aparência do Estado do Paraná em geral. Em suas falas deixou claro que pretendia trabalhar com o apoio de todos os empresários, todas as entidades e a população. "Cada projeto se transforma em um exercício de co-responsabilidade entre governo e sociedade" (TARDIVO, 1995).

O seu objetivo era implementar pólos de desenvolvimento em determinados pontos estratégicos no Estado, somando diversas áreas de atuação. Quanto ao Estado caberia a tarefa de implantação de infra-estrutura necessária. "São formas de induzir, estimular e organizar a expansão industrial, sempre em obediência à estratégia geral de fomentar e distribuir riquezas dentro do Estado" (TARDIVO, 1995).

Em meio a política de internacionalização da economia adotadas pelo governo federal, novas empresas estrangeiras começaram a chegar ao Paraná. Um número grande de Estados brasileiros iniciaram a chamada "guerra fiscal" para a atração de novos investimentos. Lerner saiu na frente principalmente quando a tentativa foi atrair a francesa Renault, uma das maiores montadoras de veículos. Além dela o governo estadual conseguiu, através dos atrativos financeiros, que novas empresas se instalassem no Paraná.

Para justificar tais investimentos grandiosos, que, segundo alguns, onera o Estado, o governador reafirmou que era necessário dar ênfase à industrialização. O número de empresas que começaram a se instalar ou apenas assinaram protocolos de intenção com o Estado foi muito extensa. Havia um número muito grande no setor automotivo (montadoras de veículos) como a Renault (São José dos Pinhais); Chrysler (Ponta Grossa); Volkswagen/Audi (São José dos Pinhais); Detroit Diesel Corporation (Curitiba); Chrysler/BMW (Campo Largo); Siemens Automotive (Irati); Bertrand Faure (Quatro Barras); e Dana Indústrias Ltda (Campo Largo).

“A febre das montadoras está transformando a Região Metropolitana de Curitiba, conhecida como a capital das araucárias, no mais novo pólo automobilístico do país. (...) Quando todas as montadoras estiverem funcionando, daqui a quatro anos, o Estado deverá estar produzindo cerca de 300 mil veículos por ano. O Paraná continua longe do ABC paulista, principal pólo automobilístico do país, mas está cada vez mais perto da rabeira de Minas Gerais, que já tem a FIAT e terá uma fábrica de carros Mercedes Benz em Juiz de Fora.(...) Lerner presenteou as montadoras com terrenos, abriu mão de impostos e prometeu melhorias na área de infra-estrutura, como a modernização do Porto de Paranaguá ou a construção de estradas para ligar as novas fábricas às principais rodovias do Estado. No caso da Renault, o governo se comprometeu a participar com 30% do 1 Bilhão de dólares que a fábrica vai custar”⁷.

A partir de 1995, foram dadas as bases para a incorporação de novas indústrias também em outros setores, como madeira (o grupo Tafisa de Portugal pretende instalar a sua fábrica no município de Piên; Casa Blanca Forest é uma empresa do Rio Grande do Sul e instalar-se-á na Lapa), no setor de papel (Ibéria que abre mais uma filial em Guarapuava), tecidos (Acetatos S/A vem da Argentina para Prudentópolis - Malharia Iracema S/A também em Prudentópolis), alimentos (DaGranja em União da Vitória - Grupo Meneguette que controla a Usina Santa Teresinha pretende instalar-se em Maringá,

⁷ Revista Veja, 18/12/96. Ed. 1475, p. 131-132.

Paranacity, Tapejara e Ivaté - Sadia/Frigobrás em Ponta Grossa), bebidas (Kaiser que já instalou-se em Ponta Grossa - Pepsi que está se instalando em Londrina - e a Spaipa que pretende chegar a Francisco Beltrão, Curitiba, Maringá e Cascavel), refrigeradores (Electrolux na Fazenda Rio Grande), entre outras⁸.

Nesta nova conjuntura histórica cabe perguntar: o que passou a acontecer com os próprios empresários paranaenses? Muitos deles considerados tradicionais no Paraná não conseguiram se manter.

Anteriormente, o empresariado contava com fundos de investimentos vindos do próprio governo do Estado através do BADEP. Nos últimos governos o Banco foi extinto e em seu lugar não houve a implantação de outro e de nenhum fundo que o substituísse⁹. Os incentivos fiscais dados as empresas multinacionais, não são oferecidos às empresas estaduais e em meio a essas transformações gerais, muitos empresários não conseguiram se sustentar e acabaram sendo levados à falência. Conforme vai nos falar LINDBLON (1981), os empresários necessitam do Estado e a recíproca é verdadeira, portanto, é preciso estar mais atento aos direcionamentos adotados por ambas as partes. Os primeiros precisam dos incentivos ao desenvolvimento e o segundo da arrecadação de fundos através do recolhimento de impostos. Se, por um lado, Lerner enfatiza que o seu projeto político tem como base a dinamização do

⁸ Jornal O Estado do Paraná, 31/08/97, p.21.

⁹ Apenas recentemente Lerner planejava o lançamento do IPD - Instituto Paranaense de Desenvolvimento. Um fundo coletado a partir da iniciativa privada e que deveria ser por ela mesma utilizada. Rischbieter seria o seu presidente, mas parece que o órgão não foi levado adiante. Revista Paraná e Cia, Curitiba, abril de 98, nº 36, p. 14 a 20.

setor industrial para a superação do subdesenvolvimento, por outro, adota medidas que beneficiam principalmente empresas estrangeiras.

Nem mesmo os empresários que o apoiaram financeiramente em sua campanha foram poupados. Podemos citar como exemplo, o Bamerindus de José Eduardo Andrade Vieira, a Impressora Paranaense de Werner Schrappe, a Refripar de Sérgio Marcos Prosdócimo. Nem mesmo eles conseguiram se manter em meio a implementação de uma política desnacionalizante. Se destacaram então nesse novo contexto Atilano Sobrinho presidente da Inepar, José Carlos Gomes de Carvalho presidente do grupo Corujão e Cecílio do Rego Almeida da CR Almeida. Tratam-se de empresários que sempre tiveram em suas relações diárias de trabalho, contato e investimentos associados a grupos estrangeiros.

Tal é o contraste que pode ser estabelecido entre aqueles que parecem ser, as duas mais importantes fases de intervenção do Governo do Estado no fomento à industrialização. Nos anos 60, Ney Braga provocou uma verdadeira revolução no Paraná, oferecendo infra-estrutura em estradas, energia elétrica e telecomunicações. Utilizava o Fundo de Desenvolvimento Econômico para o desenvolvimento de empresas mistas e estatais proporcionando a intervenção do Governo do Estado do Paraná, um caráter inovador. Nos anos 90 Lerner vem tentando promover o Paraná, aplicando recursos disponíveis na iniciativa privada beneficiando o capital estrangeiro. Tal política parece ser perfeitamente compatível com as tendências mais importantes do novo modelo econômico que se implanta no país nos anos 90.

2.0 GEC E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA

2.1 - A FORMAÇÃO DA ELITE EMPRESARIAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Ao analisarmos o Grupo de Empresários de Curitiba, remetemo-nos certamente a expressão “elite empresarial” e a entendemos como um determinado e restrito segmento de empresários. Iniciaremos então a designação do que entendemos por elite.

Podemos entender elites como uma minoria que se utiliza de meios dentro da sociedade para se tornar a detentora do poder ideológico, econômico e político, em detrimento de uma maioria que está dele alijada. De acordo com os grandes pensadores da Teoria das Elites¹ podemos considerar várias linhas de interpretação. Essas definições sobre o que são elites e como elas interagem não são acatadas igualmente por todas as correntes de pensadores. De acordo com o pensamento conservador, podemos definir que em todas as sociedades, desde as menos desenvolvidas até as mais complexas e sofisticadas, existirá sempre uma minoria que monopolizará o poder e gozará de todas as vantagens que tal poder lhe trazer. Tal fato decorrerá principalmente da habilidade de articulação de políticas que o grupo considerado elite puder demonstrar e efetuar. Há também autores ligados a uma tradição mais crítica de pensamento, que acentuam que existem vários grupos que podem ser denominados de elites, ou seja, não há um bloco

¹ Teoria que nasceu e se desenvolveu para que se pudesse estudar as elites políticas. O primeiro a formulá-la foi Gaetano Mosca, vindo mais tarde Pareto e logo após Michels. Apesar de serem considerados fundadores dessa, inúmeros pensadores a desenvolveram principalmente os cientistas políticos americanos e mais tarde, outros pensadores desenvolveram teses explicativas sobre a sua denominação (BOBBIO et alli, 1983).

monolítico no poder, e que eles o “disputam” através de métodos elaborados previamente e são característicos das sociedades consideradas pluralistas. É a partir dessa segunda vertente que seguiremos nossa pesquisa, ou seja, partiremos do pressuposto de que uma sociedade possui vários grupos que podem ser considerados elite.

Para TIRADO (1996) o termo elite não esconde nenhum problema conceitual mais grave. A origem dessa palavra é latina e significa “seleção”. Há elites em todas as áreas da vida (nos esportes, nas artes) mas no sentido político fazem parte da elite aqueles indivíduos que podem viabilizar ou impedir determinadas decisões importantes.

Também incorporaremos aqui as contribuições de Lindblon (1981), que destaca em seu trabalho a existência na sociedade de determinados grupos de interesse, ou seja, pequenos grupos corporativos formados que visam o atendimento apenas de suas demandas.

A elite representa ainda ...”as idéias de seleção ou de indivíduos eleitos, o que acaba sendo quase a mesma coisa. Mas sempre foi pouco claro e, conseqüentemente, objeto de discórdia como esse círculo de eleitos se constituiu e quem pertence a essa seleção. Até hoje nada mudou no tocante a isso”(MIEGEL, 1994:302). Miegel apresenta 3 esferas de aplicação do conceito de elite. A primeira é a elite de origem (grupo que está separado dos demais componentes da sociedade por um acontecimento que ele não pode mudar), a segunda é a elite de posição (esfera dos que ocupam posição de destaque na sociedade), e a terceira é a elite do trabalho (esfera dos que produzem trabalho). O fato de um indivíduo pertencem a uma elite não o restringe a que ele participe de outra. Em nosso trabalho podemos perceber

a presença marcante do conceito relacionado principalmente à elite de posição.

As elites de posição se definem a partir da posição que o indivíduo ocupa na sociedade. A posição ocupada é sempre muito mais relevante do que a pessoa em si mesma, ou seja, o fato de uma pessoa ser presidente de uma empresa torna-a muito mais importante do que ela pode ser naturalmente. O indivíduo será percebido apenas por sua posição e não mais pelas suas atitudes com relação aos cargos que possa vir a ocupar. Elite de posição pressupõe necessariamente organizações, empresas, associações de classe ou cargos de destaque no Estado. "Onde quer que haja uma posição a ser ocupada, um dos critérios mais importantes e por vezes, o mais importante critério da "eleição" de um candidato é a sua concordância com a organização"(Miegel, 1994:304).

Grande parte de nossos pesquisados fazem parte do que denominamos de elite de posição. Pertenceram as maiores entidades de classe ACP e FIEP, assim como fizeram parte de associações específicas como IBEF - Associação Brasileira dos Executivos Financeiros; CPLI - Conselho Paranaense de Livre Iniciativa; ILP - Instituto Liberal do Paraná; ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing. Além dos sindicatos específicos que cada empresário presidiu dentro do seu setor.

Esse pequeno grupo que exerce uma dominação foi definido nesse trabalho como elite empresarial², já que a maior parte dos seus componentes são empresários.

² Utilizamos aqui o conceito de Angela M. de C. Gomes que confirma a existência de grupos que se constituem verdadeiras lideranças empresariais. "Essa elite é composta por um universo delimitado de nomes (...) e mantém-se no controle dos mais importantes cargos em entidades de classe" (GOMES, 1979:123).

No Brasil, as atitudes do empresariado têm suscitado vários debates e reflexões. No processo de redemocratização vivido pelo país nos anos 80, os empresários e seus órgãos de representação corporativista foram desafiados a enfrentarem novas realidades. Desse período em diante, tiveram que passar a atuar de forma mais direta e sistemática nos círculos de comunicação em geral (grande imprensa) relatando em público quais os seus posicionamentos, frente aos negócios em geral ou em relação à política.

Passaram a ingressar em partidos políticos e grupos de interesse, participando de outros mecanismos eleitorais, onde exercem uma grande influência. Assim desenvolvem um poder de persuasão, tendendo a remover do debate político, temas que lhes são desfavoráveis. Como nos lembra Lindblon, (1981:72) ...”os homens de negócio não limitam seus esforços eleitorais a declarações públicas, atos de propaganda e de relações públicas (...) se empenham em toda a gama de atividades políticas”.

Essas elites mantêm um relacionamento com o Estado, cujas implicações são objeto de reflexão. Quais serão os relacionamentos entre um grupo de empresários perante o Estado? O debate político que enfrentamos frequentemente nos leva a pensar que a pauta em questão é sempre o desenvolvimento econômico e que são eles, a elite empresarial que deve ser a responsável por tais atitudes. Para isso, torna-se necessário que o Estado forneça condições para que esse crescimento possa ser efetuado. Alguns autores nos afirmam,

...”numa sociedade cujo debate político é dominado pelo tema do crescimento econômico, podemos concluir que todo o grupo político que seja conduzido ao poder terá interesse em criar e manter condições que incentivem a continuidade do investimento privado. Assim, passa a ser do interesse do governo que a iniciativa privada tenha êxito e prosperidade. Somente assim se logrará a abundância de bens

e mercadorias e o pleno emprego, de que tanto dependem o sucesso de todos os governos nas sucessivas disputas eleitorais que caracterizam as democracias”(OLIVEIRA, 1997:14).

Se o crescimento econômico for satisfatório, automaticamente os empresários terão maior lucro e conseqüentemente maior arrecadação de impostos, o que equivale ao Estado também obter maiores receitas. O empresariado depende do Estado porque precisa de infra-estrutura para seus investimentos e o contrário também acontece. Na esteira desses debates sobre a participação dos grupos de interesse e o atendimento de demandas, podemos verificar o que vários autores denominam como a Dependência Estrutural do Estado face ao capital (Lindblon, 1981 e Przeworski, 1988).

Para que essa realmente se constitua o empresariado deve buscar outras formas de atuação. A teoria de Lindblon (1981) reafirma o que Minella (1994) ao estudar o empresariado financeiro confirmou, ou seja, que os empresários que formam Grupos de Interesse necessitam frequentar também as arenas decisórias para influenciar ainda mais as políticas a serem aprovadas. Frequentam os partidos políticos e utilizam seus recursos para financiar campanhas políticas, por exemplo.

Utilizam também outras formas de viabilizar seus interesses, como os meios de comunicação ou mesmo as suas próprias empresas, transformadas em verdadeiras organizações políticas já equipadas com inúmeros recursos necessários.

De acordo com Oliveira (1997:16), na sociedade capitalista ...“se levamos em conta todas essas vantagens (a transmutação de seus interesses particulares em demandas de interesse geral, acesso privilegiado às arenas decisórias, recursos e

organizações que sustentam a luta política) só podemos concluir que o jogo democrático numa sociedade capitalista está estruturalmente enviesado de forma a favorecer os interesses dos empresários”.

A nossa argumentação a partir de agora visa esclarecer como e quais os empresários podem utilizar-se dessas formas de atuação no Paraná dos anos 90. Claro que não será o conjunto dos empresários como um todo que irá lograr essa participação. Destacam-se nesse processo um pequeno segmento que pela sua capacidade organizacional, pela experiência adquirida no trato com os poderes públicos, pelos recursos que podem mobilizar e, pelos cargos que ocupam nas entidades representativas do empresariado, constituem-se certamente, numa elite empresarial.

2.2 AS AÇÕES COLETIVAS DOS EMPRESÁRIOS ATRAVÉS DAS ASSOCIAÇÕES REPRESENTATIVAS DE CLASSE: O CASO DA ACP.

Conforme discorreremos ao longo do trabalho para que os objetivos do grupo de empresários pudessem ser atendidos, utilizaram como práticas corriqueiras a sua inserção nas associações representativas de classe, nos partidos políticos ou através de cargos de confiança no próprio governo, enquanto outros optaram por financiamentos de campanha. Alguns empresários exerceram em seu cotidiano todas estas práticas ao mesmo tempo, já outros, ativeram-se a apenas uma delas.

Nesse capítulo abordaremos principalmente as ações realizadas por intermédio de uma entidade classista, o que não impediu que as suas atuações pudessem estar relacionadas também a partidos políticos ou ao governo em geral. Uma das maiores entidades de representação da classe empresarial paranaense é a Associação Comercial do Paraná - ACP. As práticas adotadas por seus presidentes, vice-presidentes e conselheiros tiveram inúmeros objetivos, destacando-se entre eles a transformação das estruturas produtivas do Estado que visavam mudanças em seu caráter e essência.

2.2.1 A gestão de Werner Schrappe e o Levanta Brasil (1990-1992)

Werner Schrappe chegou à presidência da ACP, graças a uma articulação política comandada pelo GEC. Assim as políticas levadas a cabo pela ACP procurava estabelecer grandes entendimentos entre a classe empresarial e a sociedade em geral, preconizando que os empresários deveriam dar mais atenção aos problemas nacionais. Durante a gestão de Werner Egon Schrappe (1990-1992), a Associação Comercial foi marcada por intensas movimentações. Schrappe contava em sua diretoria e conselhos com grande parte dos empresários do GEC como Atilano de Oms Sobrinho, José Carlos Gomes de Carvalho, José Carlos Pisani, Marcos José Olsen, Renato Alcides Trombini, Sérgio Marcos Prosdócimo, Karlos Rischbieter, Maria Cristina A. Vieira e Keizo Assahida.

Nesse período ganhou destaque o movimento **“Levanta Brasil”**. Este ganhou apoio do governo estadual (através do Governador Roberto Requião de Mello e Silva), de outras entidades de classe e de alguns sindicatos de trabalhadores. A Associação Comercial do Paraná encabeçaria o movimento que contaria com o apoio de outras associações como FACIP, FIEP e FAEP mais a central sindical de trabalhadores Força Sindical.

O movimento foi lançado em 2 de novembro de 1991 e pretendia resolver problemas isolados, mas pertinentes à realidade da cidade de Curitiba. Foi atuante na área da saúde, com a abertura do ambulatório do Hospital Evangélico em Curitiba, encaminhando em dezembro de 1991 a “Carta de Curitiba”, um documento elaborado pelos empresários e que oferecia

medidas que favoreciam a retomada do desenvolvimento nacional. Percebemos nas falas a questão de que os problemas só seriam resolvidos com a integração empresário - governo - trabalhador e que estas discussões deveriam ultrapassar o nível municipal e estadual, devendo ter uma abrangência nacional. Com a normalização do atendimento do hospital, o movimento foi direcionado para a questão do menor de rua em Curitiba numa ação conjunta com a prefeitura da cidade.

A partir daí, as idéias do movimento Levanta Brasil foram levadas a São Paulo para serem discutidas através da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e da Central Sindical Força Sindical. Os rumos dos trabalhos foram direcionados mais especificamente a questões de entendimento nacional, como o alto nível de inflação. Tal movimento tinha como objetivo controlar a inflação e afastar os danos da recessão.¹ “O Brasil precisa pensar diferente. Temos de reduzir a inflação a um nível aceitável já”². Era esse o viés principal que direcionavam as falas dos membros da ACP. O trabalho de Schrappe enquanto presidente da entidade e dos membros que compunham a sua diretoria, era o de congregar os vários setores produtivos em torno de ações relacionadas à saúde, educação, entre outras. Ele mesmo refletia o que pretendia com esse gesto. “No atual estágio estamos mais preocupados com as ações concretas, a exemplo da mobilização pela reabertura do Hospital Evangélico e a parceria nos programas sociais voltados para menores de rua com a Prefeitura de Curitiba”³. Ao longo do

¹ Folha do Comércio ACP. 1ª quinz. maio/92, Encarte FACIP p.2

² Folha do Comércio ACP. 2º quinz. fev/92 p.1

³ Jornal Folha do Comércio ACP. 2º quinz. mar/92 Encarte FACIP p.3

período o movimento ganhou apoio de algumas instituições. Apareceram o jornal "Indústria e Comércio", a OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná) e a Federação dos Bancários do Paraná. De acordo com Schrappe, o ponto central do movimento era buscar unir as forças produtivas em torno de uma única idéia. "Temos objetivos muitas vezes conflitantes, mas neste momento lutamos pela manutenção dos empregos e pela retomada da produção"⁴.

Em nome deste movimento, as entidades paranaenses de representação empresarial saíram de uma discussão pontual e localizada, para uma discussão mais ampla que abrangia toda a sociedade brasileira em geral, ou seja, a desestabilização econômica brasileira. Sob um lema específico pretendiam propor um programa mínimo de estabilização econômica com as parcerias entre os empresários, trabalhadores, os governos e os políticos. "Vamos cobrir o Congresso Nacional com cartazes do movimento Levanta Brasil. Assim definiu o vice-presidente da Associação Comercial do Paraná, Odone Fortes Martins, a estratégia de ação para conscientizar os senadores e deputados sobre a importância de se buscar o entendimento nacional. (...) Só vamos baixar a inflação, realmente com preços, tarifas públicas e salários negociados. Se ninguém tomar a iniciativa desse diálogo, dificilmente o país caminhará em direção ao progresso"⁵.

Assim, ao final de gestão de Schrappe, aumentaram-se os debates acerca das estratégias adotadas pelas entidades para a resolução de problemas mais específicos, mas de grande alcance social. As discussões passariam agora para a questão da manutenção do nível de emprego, sobre política nacional fiscal e monetária e questões tributárias, mantendo o sistema

⁴ Idem p.48

de parceria entre empresários e trabalhadores. Os membros da ACP reuniam-se periodicamente para as avaliações acerca do movimento. Tais reuniões ocorriam dentro da Associação ou às vezes nas sedes das empresas que pertenciam aos membros do conselho. Frequentemente a Inepar oferecia as suas instalações para o recebimento dos envolvidos nos projetos de desenvolvimento.

Em maio de 1992 os membros da diretoria e dos conselhos, ratificaram a chapa que sucederia Schrappe. Estava à frente do novo grupo Maria Christina Andrade Vieira, irmã de José Eduardo Andrade Vieira um dos fundadores do GEC. Sendo ela irmã de Vieira, chegou-se a indagar o fato de que a sua candidatura à presidência da entidade havia sido imposta pelo irmão, conforme uma publicação no suplemento paranaense da revista "Veja". Os comentários gerados foram desfeitos com uma outra publicação no Jornal da instituição a "Folha do Comércio", onde os empresários sócios da ACP, davam a ela total credibilidade devido a sua competência em administrar, e portanto, seria ela legítima sucessora de Schrappe. Questionamos tal fato, afinal, José Eduardo era um político de grande credibilidade no período, não sendo nada estranho se ele usasse a sua influência para pressionar a classe empresarial a colocar sua irmã em posição tão privilegiada. Além do que, Maria Cristina era a 2ª vice-presidente estando à sua frente Karlos Rischbieter, que segundo a "Folha do Comércio", recusou-se a disputar a eleição.

2.2.2 Maria Christina e as novas políticas da ACP (1992/1994)

⁵ Idem p.48

Contando com o apoio de grande parte de empresários que estiveram na ACP na gestão anterior, assume em agosto de 1992 a nova diretoria com Maria Christina Andrade Vieira, que levou adiante as idéias difundidas por Werner Schrappe. Em essência teriam o mesmo discurso, afinal, pertenciam ao mesmo grupo político.

Dentre os empresários que participaram se destacaram como conselheiros: Jaime Canet Júnior, João Elísio Ferraz de Campos, Saul Raiz, Atilano de Oms Sobrinho, Karlos Heinz Rischbieter, Keizo Assahida, Renato Alcides Trombini e Sérgio Marcos Prosdócimo.

Na gestão de Maria Cristina, o discurso que a ACP designou a ela foi o de participação ativa da mulher empresária e a *continuação do trabalho de Schrappe, como o debate sobre as políticas de governo através da participação da população e da classe política. Ainda estava em pauta o movimento "Levanta Brasil".* No entanto, Maria Christina colocaria em ação novas medidas para a continuação desse "questionamento" através de vários pontos distintos.

O primeiro movimento da associação na gestão de Maria Cristina foi a **Carta ACP**. Lançada em 19 de janeiro de 1993 o texto demonstrava qual era o objetivo da nova diretoria, o que ela esperava para o futuro e como interviria nas articulações que a classe empresarial deveria fazer, demonstrando assim o posicionamento em relação à realidade brasileira. Segundo a própria carta declarava ..."estamos convencidos de que o problema brasileiro é mais de vontade política,

exigindo definições firmes e inteligentes sobre os caminhos a serem adotados na busca do fortalecimento econômico e desenvolvimento sócio-cultural⁶. Questionavam-se pontos polêmicos como:

a) o posicionamento dos políticos que muitas vezes atendiam apenas às pressões corporativistas. “Os recursos naturais e a mão de obra são mal aproveitados. Impera o individualismo e a desorganização. Onde o âmbito associativo tem se mostrado forte, há sempre um motivo mais corporativo do que solidário”⁷.

b) qual a verdadeira função do Estado? Deveria o Estado deixar de ser um empresário e retomar as suas “obrigações” de apenas “assistente” da população, incentivando a política de privatizações, abrindo o mercado brasileiro aos investimentos estrangeiros. “ O Estado brasileiro tem servido ao empreguismo e a ineficácia na realização de suas funções, e tem se submetido a pressões para a liberação de recursos fora das prioridades técnicas recomendáveis. O enfrentamento a tais pressões é necessário em benefício dos interesses maiores do país”⁸.

c) maiores ajustes fiscais e tributários e melhor tratamento dos bancos ao empresariado.

d) resolução da imensa crise política à qual vivia toda a sociedade brasileira, através de uma revisão constitucional e também do regime a qual vivia o povo brasileiro. “Fundamental e prioritário é o exercício democrático mediante representação que se realiza através de organismos coletivos. Conselhos e parlamentos? A forma de representação tem provocado inúmeras discussões. Afinal, o que deve ser

⁶ Folha do Comércio ACP. 1ª e 2ª quinz. jan./93. p. 6/7

⁷ Idem p. 51

⁸ Idem p. 51

representado: unidades federadas ou regiões, parcelas da população, ou as idéias e o povo como um todo?⁹.

Finalizando, a Carta propunha como solução para os problemas da classe empresarial, da população trabalhadora em geral e do Estado:

“a) a manutenção de uma política de livre mercado, de modernidade e de abertura e integração ao mercado mundial, e de estímulo à livre iniciativa, à competitividade e à busca de novas tecnologias, com o que alcançaremos maiores índices de produtividade;

b) que o Estado reduza drasticamente a sua interferência normativa no campo econômico, restringindo-se aos setores monopolizados ou cartelizados, e ao controle de moeda, do orçamento público, do câmbio e da política externa. (...)

c) que a participação direta de investimentos governamentais somente ocorra em setores estratégicos do desenvolvimento econômico ou social, onde a iniciativa privada não tenha, ou não possa direcionar a sua ação produtiva, ou ainda não haja estabelecido a competição;

d) colocar fim à recessão, com a baixa dos juros e um eficaz controle do processo inflacionário, o que ocorrerá com a diminuição de demanda oficial por recursos financeiros (...) devendo o Governo valer-se, também, de uma política mais agressiva de privatização. (...)

A governabilidade passa por tais providências, possibilitando dessa forma a retomada dos investimentos que oferecem: à Sociedade, o emprego e a renda; ao Estado (...) realizar a segurança e a justiça, normatizar as relações conflituosas e suprir carências sociais, especialmente nas áreas de saúde, moradia e ensino¹⁰.

Dentre todas as pautas que foram discutidas dentro do documento, priorizavam-se os assuntos referentes à não- intervenção do Estado, principalmente ao nível econômico. Este deveria deixar de ser empresário cabendo tal papel à iniciativa privada. Ao Estado caberia apenas a função de servir aos benefícios do indivíduo, isto é, ...“realizar a segurança e a justiça, normatizar as relações conflituosas e suprir carências sociais, especialmente nas áreas de saúde, moradia e ensino¹¹. Cabe aqui enfatizarmos que tais transformações no papel do Estado deveriam ser efetuadas a partir das movimentações do próprio empresariado e que eles teriam uma chance que não poderiam deixar

⁹ Folha do Comércio ACP. 1ª e 2ª quinz. jan./93. p. 6/7

¹⁰ Idem p.52

¹¹ Folha do Comércio ACP. 1ª e 2ª quinz. jan./93. p. 6/7

escapar. Tratava-se do Plebiscito sobre a troca do regime de governo e da Revisão Constitucional de 1993. A Carta deixava bem claro que esta era uma oportunidade que não deveria ser em hipótese alguma desperdiçada e que elas deveriam iniciar-se em breve, ou seja, já no início do ano.

2.2.3 Frente Parlamentarista no Paraná e a Revisão Constitucional.

Tendo essas idéias como base, numa das reuniões realizadas pelo empresariado em janeiro de 1993, na sede da Inepar S/A, a pauta em discussão oficial era a previdência privada. O principal convidado a debater o assunto era o ex-deputado Afif Domingos, que estava em campanha ativa pela troca do regime Presidencialista pelo Parlamentarista. A partir daí realizaram-se com os principais empresários da ACP, discussões a respeito do Parlamentarismo e de uma possível Frente Parlamentarista no Paraná. A mesa coordenadora foi composta por Atilano Sobrinho (presidente da Inepar), Werner Schrappe (presidente da FACIAP), Feliciano Moreira (presidente da Força Sindical no Paraná) e o ex-deputado Afif Domingos¹². Como pano de fundo havia as discussões a respeito do tema "A Previdência Privada", mas discutiu-se também a implantação do regime Parlamentarista. Afif defendia o ideal parlamentarista e afirmava que "...o ano de 1993 é o ano da oportunidade para a sociedade civil influir no processo político do país - por ser o ano da revisão constitucional e pelo fato do Congresso se mostrar sensível à mobilização popular desde o processo de impeachment do ex-presidente Collor. Este é um movimento que a sociedade brasileira deve colocar em sua frente o conjunto de reformas que a nação necessita. Daí a importância do

entendimento entre trabalhadores e empregadores¹³. Os empresários entendiam que as reformas políticas que eles preconizavam estava fundamentalmente ligadas ao regime de governo (presidencialista ou parlamentarista). No regime presidencialista os setores dinâmicos da sociedade não estavam completamente representados.

Mais tarde o movimento pró-parlamentarismo foi defendido por Werner Schrappe. Ele se destacou por ser no Paraná o presidente da **Frente Parlamentarista Ulisses Guimarães**. Em fevereiro de 1993 dentro da ACP, a discussão sobre o parlamentarismo foi levada adiante por diferentes grupos de atuação, dentre eles destacamos o Conselho da Mulher Executiva da ACP. O debate promovido tinha em sua pauta a idéia da implantação do parlamentarismo, estando à frente Werner Schrappe. Este, detalhou como dar-se-ia o encaminhamento sobre determinadas polêmicas a respeito do regime, como por exemplo, o que significava voto distrital puro e misto, esclarecendo qual o papel, o poder e a responsabilidade da Câmara e do Congresso no sistema parlamentarista. Para Schrappe a Frente Parlamentarista deveria encaminhar amplos esclarecimentos à sociedade de todos esses assuntos.

O Plebiscito aconteceu e o regime parlamentarista foi derrotado. Se as discussões que permeavam os principais direcionamentos da ACP eram a implantação de um novo regime, deveria-se agora voltar todas as atenções para a segunda pauta mais importante, a Revisão Constitucional. Em abril de 1993 José Carlos Gomes de Carvalho então como vice-prefeito, defendeu em

¹² Folha do Comércio ACP. 1ª e 2ª quin. jan./93. p. 10/11. Encarte FACIP

palestra na ACP a adoção da reforma constitucional. Para ele, deveria existir uma integração maior dos empresários e a política. "Enquanto nós ficamos acomodados em nossos escritórios, são eles [os políticos] que fazem as leis que nós temos que cumprir"¹⁴.

Ainda em 1993 o então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso lançou o Plano de Ação Imediata que entre outras ações pretendia a reforma da Constituição. A ACP foi uma das entidades (a única do Paraná) convidadas a ir a Brasília para o lançamento do Plano. A reforma constitucional já estava sendo debatido na ACP em três níveis: através do Conselho Político, do Conselho Paranaense da Livre Iniciativa e do Fórum de Parceria¹⁵. Pretendia-se com a reestruturação da constituição acabar principalmente com a interferência do Estado. Apesar das tentativas dos empresários, boa parte das emendas propostas foi rejeitada pelos parlamentares que tinham em vista os seus próprios interesses.

O que percebemos foi que ao longo da gestão de Maria Christina, a ACP teve um direcionamento político muito mais acentuado, principalmente se comparado com seu antecessor Werner Schrappe. Isso pode ter ocorrido talvez pela própria influência de José Eduardo que estava à frente do Bamerindus e pelos próprios conselheiros, pessoas que tinham e ainda têm livre acesso a postos na iniciativa privada e vários órgãos institucionais. Por este motivo a ACP tenha demonstrado uma nova atuação muito mais política.

¹³ Idem p.53

¹⁴ Folha do Comércio ACP. 2ª quin. abril/93 p. 12

¹⁵ O Fórum de Parceria fazia parte do programa de integração entre trabalhadores e empresários. Congregava mais de 65 entidades.

O discurso de Maria Cristina foi muito mais voltado a uma atuação dinâmica, onde todos os pólos da sociedade são considerados em igual importância, e principalmente onde a classe empresarial demonstraria mais firmeza e agilidade, sem a presença onipotente do Estado sobre todas as ações. "Apesar do Governo, a classe empresarial está aprendendo a excluir o manto protetor do Estado, decidindo de forma hábil e independente e canalizando as suas forças para o crescimento dos seus negócios, e conseqüentemente do próprio país"¹⁶.

As reclamações dos empresários que compunham a ACP também estavam relacionadas ao déficit público e à inflação. Para controlar o déficit, o governo aumentava os impostos que eram incorporados as várias contribuições obrigatórias que o empresariado tinha que pagar. Questionavam o governo quanto a corrupção, à política de juros altos, e preconizavam, portanto, a realização de reformas capazes de transformar o país, com a incorporação de milhões de pessoas, que estavam à margem do processo produtivo, ou seja, do mercado de trabalho. ... "Um desses caminhos para começar a inverter esse quadro é a revisão constitucional, principalmente no que se refere às reformas fiscal e tributária. (...) Este é o anseio de todos, empresários, trabalhadores, profissionais liberais, que querem contribuir para o desenvolvimento do país"¹⁷. Por isso a ACP encaminhou o **Dia do Protesto**, que ...'num ato público, uniria trabalhadores e empresários. Segundo Maria Cristina "o Dia do protesto, foi uma ação conjunta de entidades de trabalhadores e empresários do Paraná, mobilizou a população curitibana e alcançou repercussão nacional pelo conteúdo de suas reivindicações, que sem dúvida traduz a angústia

¹⁶ Folha do Comércio ACP. 1ª e 2ª quinz jan/93 p.2

¹⁷ Folha do Comércio ACP. 1 e 2ª quinz. fev./94 p.2

e os anseios de toda a sociedade brasileira”¹⁸. O ato público ocorrido em Curitiba no dia 24.03.1994, trouxe a Curitiba representantes das Associações Comerciais de São Paulo, Rio de Janeiro e de Minas Gerais.

2.2.4 Luto pelo Brasil, a retrospectiva da gestão de Maria Christina e a intervenção do GEC

O Dia do Protesto resultou num movimento denominado “**Luto pelo Brasil**”. Já não se falava mais no movimento lançado à época de Schrappe, o “**Levanta Brasil**”. No entanto, as reivindicações de ambos pareciam ser basicamente as mesmas, ou seja, apregoavam a retomada do processo produtivo com a sucessiva baixa de impostos (ênfase na Reforma Tributária), que resultaria no fim do desemprego e da inflação, mais a “parceria” entre trabalhadores e empregadores. A única diferença é que a partir daqui já não se falava mais em troca do regime de governo e reformas constitucionais.

“Os empresários e os trabalhadores, além de necessitarem de um ambiente político estabilizado, precisam também de balizamentos traduzidos por políticas e planos de desenvolvimento econômico e social para o país, e que deveram ser fruto do debate com a sociedade brasileira e assumidos pelo Poder Executivo que pouco tem feito neste sentido. (...) Entenda Vossa Excelência [fora encaminhado à parlamentares no Congresso Nacional] que este dia de “Luto pelo Brasil” e o manifesto subscrito por tantos brasileiros, foi acima de tudo em dia de cidadania e um alerta do cidadão, que enquanto não vislumbrar um Brasil melhor continuará a sua luta não apenas com o poder de voto.”¹⁹

O movimento “**Luto pelo Brasil**”, redigiu então um documento chamado de “**Manifesto à Nação**”, onde 20 itens foram elencados. Ao final, o chamaram de “**Ação Conjunta de Trabalhadores e Empresários do**

¹⁸idem p.56

¹⁹Folha do Comércio 1 e 2ª quinz. de mar/94 p.2

Paraná". Este documento foi enviado à Presidência da República e demonstrava a atuação em conjunto das diversas categorias sociais.

"Temos a satisfação de passar às mãos de Vossa Excelência o "Manifesto à Nação" que inúmeras entidades de trabalhadores e empresários, promotoras do "Dia do Protesto - Luto pelo Brasil", realizado em Curitiba. (...) Durante o evento foram muitas as manifestações realizadas da "Tribuna Livre" que erguemos em praça pública, inclusive pronunciamentos por populares que a ela assumiram, todas revelando a indignação em relação a tantos problemas que vêm obstaculizando o desenvolvimento nacional. (...) O trabalhador e o empresário em seus orçamentos e gastos procuraram obedecer a uma lógica limitada pelos seus recursos. É necessário e urgente que a estrutura estatal sofra uma reforma que torne politicamente mais factível a realização de suas despesas de acordo com suas receitas"²⁰.

Várias entidades de classe apoiaram o movimento:

a) Associações Comerciais de outros estados (Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte) assim como de outras cidades paranaenses ou não (Cascavel, Campo Mourão, Guaíra, Mal Cândido Rondon);

b) outras entidades como a AECIC (Associação Empresários da CIC), APRAS (Associação Paranaense de Supermercados), CIEE (Centro de Integração Empresa Escola); CACIASPAR (Coordenadoria das Associações Comerciais do Paraná), FACIAP (Federação das Associações Industriais e Agrícolas do Paraná), FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Força Sindical, Instituto Liberal do Paraná, OCEPAR (Organização das Cooperativas do Estado do Paraná), SESC (Serviço Social do Comércio), SENAC-PR (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial);

c) inúmeros sindicatos como: (Indústria e Construção do Paraná, da Construção Civil no Paraná, Das Empresas de Asseio e Conservação no

Estado do Paraná, das Indústrias Gráficas, das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná, entre outros).

No decorrer de sua gestão, Maria Christina preocupou-se em discutir questões relacionadas à política paranaense. Antes do término de seu mandato, efetivou reuniões com o Governador do Estado (que estava representado pelo vice-governador Mário Pereira, pois Requião afastara-se para disputar eleições), discutindo o desenvolvimento paranaense e a participação empresarial neste processo. De acordo com ela, o governo deveria prestar mais atenção aos apelos do empresariado, que havia somado esforços junto aos trabalhadores e as demais entidades representativas em prol das políticas governamentais que visavam a atração de grandes investimentos externos.

Reforçando este objetivo, o vice-prefeito de Curitiba, José Carlos Gomes de Carvalho, enfatizava em seu discurso que, para que o empresariado acompanhasse a dinâmica da conjuntura atual seria necessário à sua integração aos acontecimentos em geral. Segundo ele, o empresariado apresentava uma posição apática com relação à política, preocupando-se apenas com seus lucros pessoais. Deveria inteirar-se das situações em geral, preocupando-se com o Congresso que fazia as leis que os obrigavam a cumprir, necessitando urgentemente de uma reforma tributária²¹.

A posição defendida por Carvalho de que o empresariado deveria interferir mais no cenário político, foi um reflexo do posicionamento e da ação

²⁰ Idem p.57

de uma nova classe empresarial, caracterizado pelo fato de que se promovem com a política partidária como é o seu caso, e que possui um enorme poder de barganha e o utiliza no apoio à atual política de atração de investimentos industriais, vide o grande número de montadoras que serão instaladas aqui no Paraná futuramente²².

O Luto pelo Brasil não divergiu muito do movimento anterior lançado na gestão de Schrappe, o "Levanta Brasil". Tal como o seu antecessor, pretendia ter os mesmos objetivos e a mesma união entre classes e órgãos representativos. Levaram os seus resultados à Brasília cobrando de parlamentares uma postura mais correta e mais coerente diante dos problemas que mais afligiam a população brasileira e a classe empresarial em geral.

Ao final de sua gestão, Maria Cristina conseguiu marcar-se por apresentar um discurso de mudança e interação entre as diversas classes representativas. E mais, conseguiu demonstrar que foi uma legítima sucessora das propostas levadas a cabo por Werner Schrappe.

Quando foi eleita a presidente da ACP exercia a presidência da Fundação Cultural Bamerindus e ao contrário de seu irmão, nunca concorreu a cargos políticos. Nas suas falas demonstrava grande preocupação com a questão social, mas as suas atuações beneficiavam apenas o empresariado como um todo. Num dos seus discursos proferidos enfatizava:

²¹ Folha do Comércio 1 e 2ª quin. de mar/94 p.2

²² Uma das montadoras que se instalarão aqui no Paraná é a AUDI. Esta vem em parceria com a Volkswagen. Como Carvalho é o maior revendedor da marca alemã, já incorporou em suas empresas a exclusividade da revenda de automóveis de passeio em sua empresa a Corujão, passando a mesma a designar-se Corujão/Audi.

"Todos querem uma reforma política, que propicie uma maior responsabilidade e maior comprometimento do político com suas propostas e com seus eleitores; uma reforma tributária, que reduza o peso excessivo da carga de tributos, simplifique sua administração e amplie a faixa de contribuintes, através de uma incidência mais justa; uma reforma fiscal, que possibilite o equilíbrio dos gastos públicos, através da definição clara dos encargos da União, estados e municípios; uma reforma do Estado, reduzindo o seu tamanho com a retirada de atividades econômicas que não são próprias do setor público, para que possa cumprir suas finalidades básicas, principalmente no que se refere à saúde, educação e segurança; uma reforma da previdência, capaz de assegurar condições de vida digna aos milhões de aposentados e pensionistas, mas também de dar capacidade ao Estado para isso"²³.

Ratificamos ao longo da pesquisa na ACP que os nomes relacionados diretamente ao GEC pouco apareceram. Apesar do grupo pertencer à Diretoria, ao Conselho Superior e mesmo serem filiados à ACP, até o final das duas gestões apareceram eventualmente apenas José Carlos Gomes de Carvalho e Atilano Sobrinho. Os demais apoiavam todas as ações comandadas pela diretoria, mas não tomavam posicionamento em público.

Percebemos que as duas gestões estudadas em seus diversos movimentos, utilizavam-se dos mesmos argumentos e centravam-se em pontos principais: a integração do empresariado com os trabalhadores e governo e a defesa da quebra do Estado empresário. Tais pontos expressavam um sentimento cada vez mais evidenciado entre as elites empresariais brasileiras, ou seja, o pensamento de que o livre mercado deve prevalecer. Para o empresariado o Estado não deve mais agir como o grande indutor de desenvolvimento, cabendo a ele apenas o papel de supridor das carências sociais.

Há uma necessidade por parte do empresariado de reestruturação do setor público, racionalizando administrativamente o Estado, terminando com o

²³ Folha do Comércio ACP. 1 e 2ª quinz. mar/94 p.2

“empreguismo” (redução drástica do número de funcionários) e deslocando as suas ações principais para a iniciativa privada. Em parte essa visão do Estado compartilhada pelo empresariado que compunha a Diretoria da ACP poderia estar correta, já que as ações empreendidas pelo Estado no Brasil o expandiram de forma exagerada, segundo alguns observadores. No entanto, é preciso estar atento a esse novo direcionamento proposto, muito influenciado pela conjuntura econômica internacional, e que ainda não apresenta um amadurecimento suficiente para atender as demandas da sociedade em geral.

Esses discursos e ações dos empresários, estão intimamente ligados ao tipo de desenvolvimento adotado no Brasil. As políticas brasileiras implementadas valorizavam o nacional desenvolvimentismo. Tal política foi levada adiante e continuou a prevalecer até meados dos anos 80, só que ela fora sempre matizada de acordo com a conjuntura do momento. Ao final dessa década e início dos anos 90, as transformações políticas vividas pelo Brasil acentuaram a transformação no que tange ao papel do Estado e dos empresários, levando ambos a uma redefinição de seus papéis na sociedade em geral.

Conforme argumenta MARTINS (1990:32), ...”há indicações de que está esgotado o que se convencionou chamar de modelo desenvolvimentista. Entendendo-se aqui, e sumariamente, por essa expressão, uma certa estratégia de industrialização que articulava o processo de substituição de importações e seus requisitos (...) com investimentos nacionais e estrangeiros sob a égide do Estado e no contexto de um projeto de construção da Nação”. AS explicações para o esgotamento do modelo nacional desenvolvimentista eram

embasadas em argumentações que anunciavam que o Estado Brasileiro estava em crise. Havia uma crise fiscal intensa e a necessidade de acabar com a burocracia que emperravam as novas atitudes a serem tomadas. Na década de 80 essas transformações já haviam sido iniciadas, e novas estratégias (mais drásticas) foram adotadas a partir dos anos 90 com a eleição de Fernando Collor de Mello à Presidência da República.

A partir de agora um novo modelo de desenvolvimento deveria ser retomado, provavelmente com o Estado exercendo um novo papel. Devemos lembrar no entanto, que até meados de 1994 pregava-se a derrubada do que se denominava de Estado empresário. A sua permanência seria em apenas alguns setores considerados básicos, como a saúde e educação. A partir daí (1994 em diante) os novos direcionamentos tomados pelos governantes priorizaram outra tática desenvolvimentista, ou seja, passaram a promover a supremacia do internacional sobre o nacional. Inserindo-se nesse contexto também encontramos o Paraná com as políticas industrializantes de Jaime Lerner, que concede benefícios a montadoras estrangeiras e silencia diante da falência das empresas paranaenses.

Ainda no contexto anterior a 1994, onde se pretendia a “demolição” do Estado empresário, inúmeras campanhas foram levadas adiante. No Paraná os responsáveis por elas foram os empresários do GEC que estavam à frente da ACP. Ao realizarem as campanhas “Levanta Brasil” na gestão de Werner Schrappe, e “Luto pelo Brasil” na gestão de Maria Christina Andrade Vieira, encampavam as suas próprias aspirações enquanto empresários. Realizaram

essas campanhas antes que outros setores produtivos da sociedade o fizessem. No entanto, a partir de 1994 com promoção de desenvolvimento que o governo de Fernando Henrique Cardoso adotou, esses mesmos empresários que possuíam em suas empresas apenas capital nacional foram desaparecendo, enquanto conseguiram se manter aqueles que se aliaram aos investimentos estrangeiros e que possuíam, já há algum tempo, uma inserção bem sucedida no mercado mundial.

2.3 AS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS DOS MEMBROS DO GEC

No item anterior, arrolamos as ações do Grupo de Empresários de Curitiba na ACP. Quer dizer, foi nessa associação de classe que os membros do grupo encontraram-se e juntos puderam pressionar o governo, pretendendo profundas transformações institucionais.

Efetuaremos agora as narrativas das trajetórias individuais de cada membro do GEC, na tentativa de entender como e quais os caminhos que levaram os empresários a se encontrarem.

Como já colocamos anteriormente, os empresários aqui elencados, aparecem como lideranças em seus setores, o que podemos confirmar através dos dados levantados pelo "Balanço Anual da Gazeta Mercantil".

Cada empresa e seu representante formam o que Porter (1986) designa de indústria, ou seja, um grupo de empresas que trabalham com o mesmo produto ou que têm produtos semelhantes e aproximados entre si. Cada indústria possui interesses e demandas diferenciadas, e quanto maior o seu grau de organização, maior o poder de barganha com o poder público.

Podemos trabalhar com o conceito de Porter (1986) e analisar os grupos que se formaram aqui: Atilano Sobrinho no setor energético atua praticamente sozinho (aparece como acionista na Lar Administração e Participações), mas a sua grande fatia de mercado é mesmo a energia. O setor de revendedores de automóveis de passeio é um dos que apresenta maior quantidade de representantes - 5 (cinco). Destes, José Carlos Gomes de

Carvalho que é o presidente do Grupo Corujão, detém o controle de pelo menos mais 6 empresas revendedoras; além de atuar no ramo da energia e no papelero. José Carlos Pisani atua nos setores de revenda de automotores, no papelero e no imobiliário.

Ao descrevermos essas trajetórias, levamos em conta as suas atividades mais destacadas e para isso os separamos em 3 subgrupos distintos. Num primeiro momento trabalharemos com aqueles que se enquadram na categoria empresários; num segundo momento com aqueles que se destacaram politicamente e por último os que podemos incluir na categoria tecno-empresários.

Iniciaremos com as trajetórias dos empresários¹, embora alguns deles tenham se destacado também politicamente, como José Carlos Gomes de Carvalho e José Eduardo Andrade Vieira. Foram enquadrados nessa categoria porque suas atividades empresariais foram mais importantes e duradouras do que as outras.

O primeiro que destacamos aqui é **José Carlos Gomes de Carvalho**, essencialmente empresário e político. Como empresário atua como Diretor-Presidente do Grupo Empresarial Corujão, empresa que mantém o controle acionário de inúmeras outras empresas, como: Corujão Comércio de Automóveis (Distribuidor Volkswagen); DISAVEL - Distribuidora Santo Antônio de Veículos (Distribuidor Mercedes-Benz); Reuno Administração de Consórcios; Corujonda - Comércio de Veículos; Unionda - Comércio de

Automotores; PROSERC - Processamento de Dados, Serviços e Representações Comerciais; Liquidez Seguros (Empresa de Seguros); Liquidez Factoring (Empresa de Financiamentos); TemaLivre Comunicações (Empresa de Propaganda); Reflorestadora Rodeio Velho; Reflorestadora Vale do Palmital; Reuno Mercantil de Automotores; Horizonte - Assessoria de Vendas e Serviços; Água Mineral Platina; Corujão Empreendimentos S/A; Rocar Empreendimentos S/A. Foi membro do Conselho de Administração do Grupo Bamerindus e da Inpapel (Indústria de Papel Arapoti S/A) além de ser sócio fundador da Mega Energia Participações S/A, empresa que reúne Atilano de Oms Sobrinho e que pertence ao Grupo Inepar. O seu principal ramo de atuação é a revenda de veículos automotores de passeio, seguido da madeira e energia. Exerce influência em três setores diferenciados mas extremamente importantes para a economia paranaense. Esteve à frente de inúmeras Associações de Classe. Foi presidente da ALADDA (Associação Latino Americana de Distribuidores de Automotores), da FENABRAVE (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores SP-SP) e do CITPAR (Centro de Integração e Tecnologia do Paraná); presidente da ASSOAUDI (Associação Brasileira dos Distribuidores AUDI - SP-SP); membro do CAP (Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina - Pr); e do CNI (Confederação Nacional da Indústria) e do COAL (Conselho Permanente de Assuntos Legislativos - Brasília-DF); membro do Conselho Deliberativo da ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas no Brasil - Pr),

¹ Entendemos por empresário aquele indivíduo inovador (proprietário dos meios de produção), que consegue administrar racionalmente as suas empresas. Ver mais sobre o assunto em

ALADDA, FENABRAVE e da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose - SP; membro do Conselho Superior da ACP (Associação Comercial do Paraná), FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e da ACSP (Associação Comercial do estado de São Paulo); vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose - SP; presidente do SINPACEL (Sindicato de Papel e Celulose e Derivados do Estado do Paraná) e da Comissão de Administração dos Conselhos Nacionais do SESI e SENAI; membro do Conselho de Administração do IBPQ (Instituto Brasileiro de Produtividade e Qualidade no Paraná); presidente da Comissão de Centralização em Brasília de todas as Entidades do Sistema CNI; presidente do Conselho Deliberativo do IEL (Instituto Euvaldo Lodi do Paraná) e do SENAI-PR; diretor regional do SESI-PR; Presidente da FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná) onde está atualmente e do CIEP (Centro das Indústrias do Estado do Paraná). Foi presidente do Conselho de Administração da Mineropar - Minerais do Paraná S/A, do COIND - Conselho Consultivo da Política Industrial e Comercial do Paraná e do Conselho de Administração do BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná. Ingressou novamente na ADVB em 1997 até 1999 ocupando o cargo de Diretor. Recebeu prêmios nacionalmente como líder de destaque nacional por suas atuações à frente da FIEP e da Corujão.

Exerceu também atividades políticas, tais como a presidência do Conselho Deliberativo da CIC; presidente de honra do PTB do Paraná; vice-

presidente Nacional do PTB do Paraná. Durante a gestão de Álvaro Dias (PMDB) como governador, foi Secretário de Estado da Indústria e Comércio do Paraná (1987-1989); presidente do Conselho de Administração da Estrada de Ferro Paraná-Oeste S/A; foi suplente de Senador da República Federativa do Brasil (1987-1995) e vice-prefeito Municipal de Curitiba na gestão de Rafael Greca (1993-1997). Atualmente é o Presidente Regional do PFL (Partido da Frente Liberal).

As suas ações nas associações de classe em suas empresas e na política, sempre foram relacionadas entre si. Enquanto exercia o mandato de suplente de senador na década de 90, tomou parte no conselho deliberativo da ACP durante as gestões de Werner Schrappe e Maria Cristina Andrade Vieira, atuando nas políticas de interação entre empresários, trabalhadores e governo. Sempre foi um político-empresário preocupado com as ações dos “políticos” em geral, atribuindo ao empresariado a função de confrontar as leis propostas e as aprovadas pela Câmara Federal, observando o que era de maior interesse para essa categoria. Levando à frente estas concepções direciona os seus investimentos e atuações como presidente da FIEP. Apóia a política industrializante do governo do Paraná que beneficia o capital estrangeiro em detrimento dos empresários paranaenses. Enquanto as grandes montadoras recebem incentivos às empresas do Paraná ficam excluídas deste processo, ocasionando falência em muitos casos. Ao mesmo tempo ampliou suas vendas de veículos que se encontram entre as maiores do país.

Dentro da FIEP, Carvalho promoveu vários cursos de especialização de mão-de-obra tendo em vista a chegada das montadoras de automóveis. Dentro do SENAI, um dos centros de formação pertencentes à FIEP, tem formado força de trabalho especializada diretamente para as novas fábricas que estão aportando no Estado. Evidências demonstram que uma das empresas que ganharão os funcionários é a Audi, empresa que Carvalho é o revendedor exclusivo dela no Paraná².

Destacamos agora **José Eduardo A. Vieira**, ex-ministro da agricultura, ex-presidente do Banco Bamerindus e atual senador pelo PTB. Destacou-se como banqueiro que herdou o espólio do pai Avelino Antônio. Dentro do banco assumiu funções de direção administrativa desde o antigo Banco Mercantil e Industrial do Paraná S/A. Quando esse se transformou em Banco Bamerindus do Brasil, em 1971, assumiu o cargo de Diretor Administrativo e logo após o de Diretor Vice-Presidente. Em 1978 assumiu a Bamerindus Companhia de Seguros, e em 1981 a presidência do Banco Bamerindus do Brasil S/A³. Permaneceu no cargo de Diretor-Presidente destas instituições até o início dos anos 90, quando se elegeu Senador.

Ao contrário dos irmãos que jamais se aventuraram a concorrer a cargos políticos, Andrade Vieira não só apoiou o candidato à presidência da

²Folha de Londrina, 14/05/98, www.folhadelondrina.com.br

³Após o falecimento do pai Avelino Antônio em 1974, assumiram os negócios da família os irmãos Thomaz Edison Andrade Vieira (Diretor-Presidente) e Luiz Antônio Andrade Vieira (Direção-Executiva). A partir de 1977 Cláudio Enoch Andrade Vieira assume também os negócios ocupando o cargo de conselheiro administrativo. Em 1980 Luiz Antônio falece e Cláudio Enoch ocupa o seu lugar como Vice-Presidente ao lado de Thomas Edison Presidente. No entanto, em 1981, os dois irmãos sofrem um acidente de avião, e só a partir daí é que José Eduardo assumiu a presidência do grupo Bamerindus. Até então ocupou funções menos

República Fernando Collor de Mello em 1989, como em 1990 lançou sua candidatura ao Senado e foi eleito, elegendo como lema de campanha a simplicidade do “Zé do Chapéu”. Deixando de lado a aparência de banqueiro e assumindo a de “caipira”⁴, elegeu-se senador com 1.035.876 votos pelo PTB, assumindo o cargo em fevereiro de 1991. Em 1992 foi eleito o líder do PTB junto ao Senado e neste mesmo ano foi designado Ministro da Indústria, Comércio e Turismo. Assumiu, logo após, a pasta referente ao Ministério da Agricultura. Enquanto esteve à frente desse Ministério recebeu inúmeras críticas, pois tinha em suas mãos uma pasta extremamente importante e estratégica. Segundo alguns observadores, a Agricultura não deveria estar nas mãos de um banqueiro que também era latifundiário⁵.

Demonstrou estar entrosado com a política nacional e com o então candidato à Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, o que foi suficiente para que este o mantivesse à frente do Ministério da Agricultura quando assumiu a Presidência. Foi um dos primeiros banqueiros a aderir à campanha política e um dos suportes financeiros nas eleições gerais de 1994. Podemos conferir essas informações nos relatórios de financiamento de campanha obtidos através do DIAP⁶.

importantes se comparada com as dos demais irmãos cuidando também do patrimônio rural familiar (Arquivo JUCEPAR).

⁴ Assumia nas campanhas políticas os trejeitos e sotaque de caipira do interior, dizendo-se que era uma pessoa simples assim como a população que pretendia conquistar.

⁵ Revista Veja. “O Banqueiro passa o chapéu em Brasília”. 24.07.96 p.20-24

⁶ Conforme consta nos dados do DIAP. www.diap.org.br

Relatório dos doadores de campanha política à Presidência da
República do candidato Fernando Henrique Cardoso - PSDB em 1994.

DOADOR	VALOR URV/REAL
BANCO BRADESCO S/A	1.821.842,50
BANCO ITAU S/A	1.688.648,19
REFINARIA PIEDADE S/A	1.000.000,00
CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ S/A	965.500,00
CONSTRUÇOES COM CAMARGO CORREA S/A	800.000,00
CONSTRUTORA COWAN LTDA	600.000,00
MENDES JUNIOR ENGENHARIA S/A	560.000,00
BANCO NACIONAL DE INVESTIMENTOS S/A	529.900,00
UNIBANCO S/A	501.300,00
TUBOS E CONEXOES TIGRE LTDA	500.000,00
FOSFERTIL S/A	450.000,00
GOLDEN CROSS SEGURADORA S/A	450.000,00
ULTRAFERTIL S/A	450.000,00
S/A INDUSTRIAS VOTORANTIM	447.000,00
CONSTRUTORA OAS LTDA	445.000,00
CIA DE CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO	444.000,00
ALCATEL TELECOMUNICACOES S/A	425.000,00
CIA BRAS PROJ E OBRAS CBPO	386.500,00
CIA BRASILEIRA DE ALUMINIOS	350.000,00
INDS QUIM FARM SCHERING-PLOUGH S/A	350.000,00
BANCO ITAMARATI S/A	345.000,00
CIA CIMENTO PORTLAND RIO BRANCO	325.000,00
BANCO BOA VISTA S/A	300.000,00
BANCO RURAL S/A	300.000,00
CIA BRASILEIRA DE PETROLEO IPIRANGA	300.000,00
COPEL-CIA PETROQUIMICA DO SUL	300.000,00
ERICSSON TELECOMUNICACOES S/A	300.000,00
NÁPART PARTICIPACOES LTDA	300.000,00
BANCO DE CREDITO NACIONAL S/A	292.300,00

CONSTRUTORA NOBERTO ODEBRECHT S/A	73 276.500,00
BAMERINDUS DIST TIT E VAL MOB LTDA	276.000,00
BANCO ICATU S/A	268.846,95
RODOBENS ADMN E PROM LTDA	260.100,00
NEC DO BRASIL S/A	250.000,00
ABRIL S/A	242.105,20
ACO MINAS GERAIS S/A - ACOMINAS	236.000,00
CONSTRUTEL PROJ E CONSTRUcoes LTDA	230.000,00
ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A	225.330,00
BANCO REAL DE INVESTIMENTO S/A	218.100,00
COMPANHIA DE SIDERURGIA NACIONAL	200.000,00
WALDUCK WANDERLEY	200.000,00
BBA TRADING S/A	193.400,00
INPACEL IND DE PAPEL ARAPOTI S/A	193.008,68
PAO DE ACUCAR S/A IND. COM.	190.088,44
KVAERNER PULPING TEC P/CELUL LTDA	186.210,00
KLABIN FABR DE PAPEL E CELULOSE S/A	180.076,02
COPENE PETROQUIMICA DO NORDESTE S/A	170.000,00
SANTANA PART. E EMPR. S/A	152.300,00
FURUKAWA INDUSTRIAL S/A PROD ELETR	151.666,97
FICAP S/A	151.000,00
CIA CACIQUE DE CAFE SOLUVEL	150.000,00
RBR RESTAURANTES DO BRASIL LTDA	150.000,00
RICHCO COM E EXP LTDA	150.000,00
SPL CONSTRUTORA E PAVIMENT LTDA	150.000,00
SPLICE DO BRASIL TELECOM ELETR LTDA	150.000,00
BANCO ECONOMICO S/A	149.500,00

Fonte: DIAP - www.diap.org.br - 1998

Financiou através do Bamerindus e da Inpacel, a campanha política de Fernando Henrique Cardoso. Em 1995 a INPACEL - Indústria de Papel Arapoti S/A, enfrentou uma grave crise financeira, mas recebeu ajuda do governo do Estado do Paraná para que pudesse reverter sua situação. Em 1996 foi a vez do Bamerindus apresentar problemas financeiros. Andrade Vieira movimentou-se em direção a Brasília para convencer o Governo Federal a dar-lhe ajuda financeira para sanear as dívidas do banco. Para isso o governo (através da Caixa Econômica Federal) utilizaria o dinheiro do Proer, um financiamento do Banco Central que auxilia bancos em crise. Os fundos do Proer saneariam o banco até que outra instituição mais estabilizada o comprasse sem dívidas. Se esta ajuda realmente fosse aprovada, Vieira se afastaria de todas as suas atividades como banqueiro e deixaria a instituição sob responsabilidade de uma comissão eleita pelo Banco Central, até que a venda fosse efetivada. O empréstimo foi concedido e houve a fusão do Bamerindus com o Hong Kong and Shanghai Banking Corporation (HSBC) foi realizada. Interessante notar que Vieira obteve considerável apoio político à sua pretensão de receber os recursos do PROER sem que precisasse se afastar da direção do banco, vide a campanha da Assembléia Legislativa para que o controle do banco permanecesse no Paraná. Vieira desligou-se "oficialmente" das atividades de banqueiro, e voltou a dedicar-se mais a política exercendo oficialmente apenas a função de senador. As articulações com o governo federal e as suas atividades como ministro o deixaram mais próximo da política nacional do que da política local e do PTB.

Os direcionamentos políticos tomados por ele enquanto exercia o cargo de Ministro da Agricultura, o transformaram em alvo de críticas por não possuir respaldo político nem mesmo dentro do seu reduto eleitoral. Preocupava-se mais com o futuro do seu banco e menos com o desenrolar da política local⁷.

As atuações à frente do Bamerindus renderam-lhe amplo destaque no setor financeiro. Através dos balanços realizados anualmente pela Gazeta Mercantil (os maiores e melhores empresários), Andrade Vieira aparecia freqüentemente como destaque. A última indicação que recebeu foi em 1996 quando foi escolhido líder empresarial estadual graças ao Bamerindus.

Recentemente em 1997 iniciou uma série de articulações que visavam principalmente as eleições do próximo ano. Assim que o governador Jaime Lerner filiou-se ao PFL, em cerimônia oficial, Vieira como o líder nacional de seu partido convocou o fechamento de uma aliança que visava integrar o seu PTB com o PFL para reeleger Jaime Lerner, numa tentativa de fortalecer o próprio PTB⁸.

Outro componente do grupo é **Werner Schrappe** o representante da Imprensa Paranaense, empresa constituída por sua família em 14.12.1940 em Curitiba. Desde a década de 80 a Imprensa figurava entre as maiores empresas brasileiras no ramo editorial e gráfico, permanecendo entre as maiores nos anos 90.

⁷ Revista Veja. "O Banqueiro passa o chapéu em Brasília". 24.07.96 p. 20-24.

⁸ Folha de Londrina, 18.03.98 www.folhadelondrina.com.br

Tabela 6 - Colocação setorial por ano da Imprensa Paranaense no ranking nacional. Setor Editorial e Gráfico Sub-setor Serviços Gráficos

ANO	COLOCAÇÃO
1983	4
1985	6
1988	6
1990	5
1991	2
1992	*
1993	*
1995	1

Fonte: Revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil

* - Não aparece entre as maiores

Apesar de manter-se nessas colocações, a Imprensa Paranaense passava por dificuldades econômicas dentro de um contexto de muito crescimento. O setor de embalagens no Brasil tinha um excelente faturamento anual⁹ para empresas mais estabilizadas, o que tornava a Imprensa um alvo fácil para que pudesse ser comprada. Ao final de 1996 veio a público a participação acionária da multinacional Dixie Toga na composição acionária da Imprensa Paranaense, empresa responsável pela impressão de embalagens para outras multinacionais como Gessy Lever e Nestlé. No entanto, de simples participação acionária a Dixie Toga a comprou oficialmente no início de 1997, passando a Imprensa definitivamente da família Schrappe para o controle da multinacional. Segundo declaração do próprio presidente da Toga, "...agora

⁹ Só em 1996 esse setor faturou mais de R\$ 10 bilhões. Fonte Revista Gazeta Mercantil (1997).

somos a maior firma de embalagens da América do Sul e estamos em todos os processos⁷⁷¹⁰.

Essa compra garantiu espaço para a impressão de todos os tipos de embalagens, trabalhando principalmente nos setores de limpeza e alimentação.

Werner Schrappe, era um empresário extremamente atuante. Exercia inúmeras atividades ligadas não só ao empresariado, mas em suas falas valorizava a integração empresário, trabalhador e governo. Foi Diretor de Recursos Humanos da Imprensa Paranaense, exerceu a Presidência da ABIGRAF (Associação Brasileira de Indústria Gráfica Regional), a Vice-Presidência do CIEP (Centro das Indústrias do Estado do Paraná que é um órgão da FIEP), a Presidência do CIEE (Centro de Integração Empresa Escola do Paraná), e a Presidência da ACP (Associação Comercial do Paraná) de 1990 a 1992 (o qual trataremos mais tarde); logo após assumiu a Vice-Presidência de Desenvolvimento da Imprensa Paranaense, a Presidência da CACIASPAR (Coordenadoria das Associações Comerciais Industriais e Agrícolas do Sudoeste do Paraná), a Vice-Presidência do Conselho de Administração da Imprensa Paranaense e a Vice-Presidência do SIGEP (Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Paraná).

Após retirar-se da Presidência da ACP em 1992, Schrappe assumiu a Presidência da FACIAP que já acumulava ao final de sua gestão na ACP. Atualmente atua como Presidente do Conselho Deliberativo desta instituição, trabalhando também com Assessoria Empresarial, através de um escritório por ele criado. Foi acionista da Imprensa Paranaense até a sua venda para a

¹⁰ Folha de Londrina, 9.03.97. www.folhadelondrina.com.br

Dixie Toga. Em 1997 fez parte da chapa que assumiu o cargo de Diretor Vice-Presidente da ADVB - Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Paraná, em gestão mandatária até 1999. Portanto, suas atividades sempre foram de grande relevância para o empresariado em geral, atuando sempre em benefício dos mesmos.

Outra empresa importante no grupo é a Construtora C.R. Almeida - Engenharia e Construções, pertencente a **Cecílio do Rego Almeida** um dos maiores e mais poderosos empreiteiros do Brasil. Sua empresa a CR Almeida tinha inicialmente a sua sede aqui em Curitiba, mas ao final dos anos 80 transferiu-a para a cidade do Rio de Janeiro. Em sua composição inicial os acionistas eram apenas os membros da família Almeida, sendo Cecílio o principal acionista e executivo da empresa ocupando a posição de Presidente. Atualmente a composição da diretoria e dos acionistas é extremamente diversificada, destacando-se que Almeida continua à frente do grupo e no mais alto cargo¹¹. A CR Almeida sempre foi uma empresa marcada por fechar negócios grandiosos nos Estados ou no Brasil.

Almeida já era um dos maiores empreiteiros do país quando na década de 70, foi o "responsável" pela saída do Governador Haroldo Leon Perez. O empreiteiro acusava o então governador de ter exigido dele um depósito de 1 milhão de dólares no exterior para que o governo liberasse o pagamento de 60 milhões de cruzeiros devidos pela construção de uma estrada de ferro (HELLER, 1988). Essa denúncia, mais outras relacionadas a corrupção,

¹¹ Ata da 204ª reunião de Diretoria de 25.07.1995 homologada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, com cópia na Jucepar.

obrigaram Perez a renunciar ao cargo de governador, antes que Almeida divulgasse as fitas gravadas para o público, e antes que fosse deposto via Voz do Brasil¹².

Foi muito beneficiado durante o regime militar, conseguindo a CR Almeida deter investimentos grandiosos. Após o final do período autoritário e início da abertura política, Cecílio confrontou-se com outros governantes do Paraná. Defrontou-se com o governo de Álvaro Dias em 1989, quando este afastou a CR Almeida das obras da construção da Usina Hidrelétrica de Segredo no Paraná, acusando a empresa de fraude através de órgãos de imprensa. A empresa respondeu oficialmente e na Ata da 141ª reunião de Diretoria onde o Presidente da CR Almeida, Cecílio do Rego Almeida, mais o Vice-Presidente Henrique do Rego Almeida, e os Diretores específicos em conjuntos com os advogados decidiram:

“Deve ser tomada uma atitude com relação às ofensas proferidas por Álvaro Fernandes Dias (Governador do Estado do Paraná) na revista Veja ed. 1076 ano 22 n. 16 de 19.04.1989 (p.8) e Francisco Luiz Sibute Gomide (Diretor Presidente da Copel) na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados (11.04.1989) e Jornal O Estado de São Paulo de 23.04.1989 (p.9) contra esta Companhia. A diretoria deliberou por unanimidade determinar a abertura de processo pela prática de crime de difamação, diretamente e através da imprensa.¹³”

Depois de estar desaparecido da vida política nos últimos anos, Almeida reapareceu em cena recentemente (1997) e de forma grandiosa. Venceu a licitação que pretendia a exploração da telefonia celular no interior de São Paulo (associou-se a dois grupos, a empresa paulista Eriline e a estatal sueca Telia para formar o consórcio Tess). Arrebatou o leilão do

¹² “O Furacão Leon Perez. Artigo que tratava da exposição dos fatos que culminaram na deposição de Haroldo Leon Perez. In: HELLER, Milton Ivan (1988)Resistência Democrática: a Repressão no Paraná. Rio de Janeiro : Paz e Terra.

governo federal oferecendo R\$ 1,3 bilhão, com um ágio de 120% sobre o preço mínimo fixado pelo Ministério das Telecomunicações, de R\$ 600 milhões¹⁴. Poucos dias depois arrebatou também a licitação para explorar o trecho da BR-277 que liga Curitiba, do interior do Estado, ao Porto de Paranaguá e todo o litoral. Ao ganhar a concorrência, a construtora de Cecílio do Rego Almeida ganhou o direito de explorar o “filet mignon” das rodovias paranaenses por 24 anos¹⁵. Outro projeto grandioso que Almeida associou-se foi a produção farmacológica. Após adquirir 30 mil quilômetros quadrados de terras que foram incorporados a mais 60 mil no Pará, Almeida em parceria com os governos da China e da Índia pretende instalar ...”o maior centro de farmacologia do mundo” (...) estou comprando a terceira “Bélgica” no Pará e vou transformar aquilo lá num centro avançado de farmacologia”¹⁶.

Outro membro do grupo é **Marcos José Olsen** principal acionista e Diretor Presidente da Olsen Veículos. A Olsen foi constituída em novembro de 1981 tendo como sócio majoritário a Importadora Comercial Olsen, do próprio Marcos Olsen que desempenha também a função de Diretor. É uma empresa que atua no setor de revenda de automóveis de passeio desde a sua constituição. Nos anos 90 começa a figurar entre os grandes grupos brasileiros.

¹³ Transcrição literal da Ata arquivada na Jucepar (06.06.89).

¹⁴ Jornal o Estado do Paraná. Curitiba, 13.08.97. p.3

¹⁵ Jornal o Estado do Paraná. Curitiba, 13.08.97 p.3

¹⁶ Folha de Londrina, 18.12.97. www.folhadelondrina.com.br

**Tabela 7 - Colocação setorial por ano da Olsen Veículos no ranking nacional.
Setor: Comércio Subsetor: Revendedores de Autoveículos**

ANO	COLOCAÇÃO
1983	*
1985	*
1988	*
1990	*
1991	19
1992	26
1993	29
1995	40

Fonte: Revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil

* - não aparece entre os maiores

Em 1991 quando ocupa o 19º lugar, está à frente de empresas já consolidadas como Dipave, Civema e Corujão. Com a 26ª posição em 1992, perdia apenas para a Corujão. A partir de 1993 perdeu espaço para a Corujão de José Carlos Gomes de Carvalho e a Dipave da família Pizzani.

Destacando-se como membro mais ou menos permanente do GEC temos **Renato Alcides Trombini**, acionista e Diretor Presidente da Trombini S.A Administração e Participação e da Trombini Papel e Embalagens S/A. Empresa que atua no ramo de papel e celulose fundada no início da década de 1970¹⁷ e que sempre esteve nas mãos da família que detinha também o controle acionário de várias outras empresas que trabalhavam com embalagens e reflorestamento, formando o grupo Trombini. Ao final dos anos 70 o grupo figurava entre os 300 maiores do país, posição que, apesar da

¹⁷A sua ata de homologação na Jucepar data de 20.01.1971.

conjuntura econômica mais favorável ao capital estrangeiro do que nacional, conseguiu manter na década de 90. Podemos perceber através da tabela a seguir,

Tabela 8 - Colocação setorial por ano do grupo Trombini no ranking nacional.

ANO	COLOCAÇÃO
1985	126
1990	119
1991	67
1992	71
1995	94

Fonte: Revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil

Renato Alcides Trombini ingressou nas atividades da empresa em 1965 como acionista¹⁸ assim como demais membros da família. Ao longo de sua carreira empresarial exerceu funções administrativas e coadunou atividades em entidades representativas de classe como FIEP (vice-presidente de 1983-1985), ACP (participou do Conselho Deliberativo de 1976-1985 e Vice-Presidente nos anos de 1986-1988 e 1990-1992). Membro Efetivo do Conselho Superior de Economia da FIEP, fundador e vice-presidente da ABRASP (Associação Brasileira de Fabricantes de Sacos de Papel de 1975-1978), participou do IBEF (Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros).

Outro empresário que podemos destacar com grande atuação no GEC é **Sérgio Marcos Prosdócimo**, Presidente do Grupo Refripar¹⁹. As empresas que participavam do grupo eram a Umuarama Administração de Bens e

¹⁸ Respondia também pela empresa Mercantil Sul-América Cia de Celulose e Papel Ltda.

Participação S/A, Sanyo do Brasil, Consórcio Nacional Prosdócimo⁸³,²⁰, Oberdorfer Equipamentos Industriais S/A.

Sérgio Marcos Prosdócimo foi o principal acionista da Refripar S/A, exercendo a função de Diretor Presidente da mesma. Durante a década de 80 a Refripar se destacou entre os 300 maiores grupos empresariais do país, permanecendo assim nos anos 90. Conforme podemos perceber pela tabela a seguir,

Tabela 9 - Colocação setorial por ano do grupo Refripar no ranking nacional.

ANO	COLOCAÇÃO
1985	165
1990	139
1991	101
1992	99
1995	96**

Fonte: Revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil

** - A partir daqui o grupo já denomina-se Umuarama

As transformações conjunturais ocorridas recentemente atingiram as maiores empresas paranaenses e proporcionaram alterações no comando delas. A Refripar foi definitivamente comprada pela multinacional sueca - Electrolux A.B.

Das demais empresas que compunham o grupo encontramos a Sanyo - Indústria Eletrônica Sanyo do Brasil Ltda., filial de uma empresa japonesa e a

¹⁹ O grupo de Sérgio Marcos Prosdócimo denominava-se Refripar. Após a venda da empresa Refripar que era a mais importante do grupo, esse passa a ser denominado Umuarama.

²⁰ Durante a pesquisa na Jucepar, não foi possível encontrar a documentação referente à Refripar e a Indústria Eletrônica Sanyo do Brasil Ltda. Quanto ao Consórcio Nacional Prosdócimo, este passa a ser incorporado à Umuarama Administração de Bens e Participações S/A.

Oberdorfer Equipamentos Industriais Ltda., empresa onde Prosdócimo era acionista e Diretor Vice Presidente (permaneceu nesse cargo até julho de 1996). A Umuarama foi uma empresa constituída por familiares²¹ mais especificamente pelo pai de Sérgio Marcos Prosdócimo. Nos anos 90 conta com ele, mais Karlos Rischbieter, Maurício Schulmann e Saul Raiz como acionistas e membros do Conselho Administrativo²².

Ao final de 1997 noticiavam os meios de comunicação que a empresa Sanyo (que possuía acionistas japoneses) iria definitivamente para as mãos dos mesmos²³. Segundo Prosdócimo, o negócio fechado com os japoneses "foi uma troca. Eu saí da Sanyo e eles da Umuarama".²⁴

No início de sua carreira empresarial, Sérgio Prosdócimo se destacou por exercer o cargo de Diretor-Presidente da Refrigeração Paraná S/A, de 1971 até 1995. Participou de várias entidades de representação classista como o IBEF - Instituto Brasileiro dos Executivos Financeiros; ACP - Associação Comercial do Paraná, ILP - Instituto Liberal do Paraná e CPLI - Conselho Paranaense da Livre Iniciativa. Foi possivelmente um dos gestores da idéia de se criar em Curitiba um grupo de empresários que rapidamente materializou-se como GEC. Recebeu vários prêmios estaduais incluindo uma indicação da Gazeta Mercantil em 1996 como líder empresarial de destaque.

²¹ Quando foi pesquisada na Jucepar, foi encontrado 3 cadastros diferentes sobre a mesma empresa. O 1º cuja constituição dar-se-á em 1961, apresenta o número de sócios, a quantidade e o valor de cada cota. O 3º foi homologado em 26.05.1991 e os acionistas vão além dos membros da família. Não aparecem quantidade ou valor de cada cota.

²² Ata de reunião do Conselho Administrativo de 01.06.1994. Ata de AGO e AGE de 16.04.1995 e também ata de reunião do Conselho Administrativo de 11.01.1996.

²³ Folha de Londrina, 12.04.98. www.folhadelondrina.com.br

²⁴ Fala de Sérgio Marcos Prosdócimo para a Folha de Londrina, 12.05.98
www.folhadelondrina.com.br

Atualmente além de controlar a Umuarama, Prosdócimo detém 31% das cotas da Brasholanda Equipamentos Industriais, empresa que trabalha com equipamentos industriais e pertence à família Bruinje e Busato. Segundo declaravam ... "com a mudança de empreendimentos, Sérgio Prosdócimo assume o cargo de diretor geral da Brasholanda, sediada em São José dos Pinhais, na região metropolitana de Curitiba. Sua meta é reorganizar alguns setores da empresa." ²⁵.

Atuando em setores completamente diferenciados, temos **José Carlos Pisani**, responsável pelas empresas Iguaçu Celulose e Papel S.A. e Dipave. Pisani é o principal acionista, Diretor Geral e Presidente efetivo do Conselho Administrativo da Iguaçu Celulose²⁶, uma empresa de capital aberto, onde grande parte dos acionistas são familiares. A Iguaçu tem como principal atividade a produção e comercialização de papel, celulose e papelão, pasta mecânica, embalagens e produtos correlatos, trabalhando com importação e exportação, ou seja, um grande filão industrial paranaense. Possui outras empresas nesse setor (também é Diretor Presidente da Imaribo S/A Indústria e Comércio - empresa especializada na comercialização de madeira). Quanto à revenda de veículos, Pisani também é acionista da Dipave - Distribuidora Paranaense de Veículos e atua na Direção Geral da Nórdica Veículos S/A, revendedor com assistência técnica autorizada exclusivo da Volvo - PR. Assim como os demais empresários, esteve também à frente do SINPACEL (Sindicato das Indústrias de Papel e Pasta de Madeira para Papel e Artefatos de Papel e Papelão do Estado do Paraná); SINPESC (Sindicato das Indústrias

²⁵ Folha de Londrina, 12.05.98. www.folhadelondrina.com.br

Celulose e Papel de Santa Catarina); e da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose. Concluimos então que ele também aparece controlando as empresas e as devidas associações sindicais.

Encontramos também como acionistas da Dipave, outros representantes de revendas de carros no Paraná, como a família Casagrande. Glaucio José Geara vice-presidente da ACP nas gestões Werner Schrappe e Maria Cristina Vieira, aparece aqui como acionista.

Pertencente ainda à família Pizzani temos a Civema Veículos - Companhia de Veículos Marumbi S/A. Os principais acionistas e membros de diretoria são Luiz Ary Radunz, Paulo Afonso de Souza e uma empresa designada Faxinal S/A Indústria e Comércio que é representada por Nilda Nair Radunz²⁷. Concomitantemente aparece a Lar S/A Empreendimentos e Participações constituída ao final dos anos 80²⁸ onde os sócios acionistas que aparecem são da família Radunz, mais o mesmo Paulo Afonso de Souza e Atilano de Oms Sobrinho, o presidente da Inepar²⁹.

Podemos verificar pela tabela abaixo, o posicionamento da Civema e da Dipave no ranking nacional.

²⁶ Ata da 62ª reunião de Diretoria de 13.12.1994 e ata da 1ª reunião do Conselho Administrativo de 28.04.1995, homologada pela Jucepar.

²⁷ Ata da 26ª AGO de 29.04.1996 homologada pela Jucepar

²⁸ Ata de constituição homologada pela Jucepar em 31.07.1989.

²⁹ Ata da 5ª AGO de 26.04.1994.

**Tabela 10 - Colocação setorial por ano da Civema Veículos no ranking nacional.
Setor: Comércio Subsetor: Revendedores de Autoveículos**

ANO	COLOCAÇÃO
1983	99
1985	60
1988	38
1990	70
1991	26***
1992	24***
1993	30***
1995	33***

Fonte: Revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil

*** - A partir de 1991 é classificada como revendedora de veículos pesados

**Tabela 11 - Colocação setorial por ano da Dipave Veículos no ranking nacional.
Setor: Comércio Subsetor: Revendedores de Autoveículos**

ANO	COLOCAÇÃO
1983	*
1985	22
1988	31
1990	17
1991	25
1992	28
1993	16
1995	19

Fonte: Revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil

* - não aparece entre as maiores

Outra empresa que se destaca é a Indústria Química **Carbomafra S/A**, uma empresa catarinense (Mafra - SC) com filial no Paraná³⁰. Os acionistas paranaenses são os mesmos que estão à frente da Lar S/A e da Civema, ou seja, nas mãos de Luiz Ary Radunz, Paulo Afonso de Souza e Faxinal Indústria e Comércio representada por Nilda Nair Radunz³¹ e Atilano de Oms Sobrinho.

Temos aqui 3 empresas diferentes, a Dipave, a Civema e a Carbomafra mas que têm à frente os mesmos acionistas e membros de conselhos e diretorias. A participação de Atilano Sobrinho em empresas de revenda de automóveis é uma diversificação do seu ramo de atividade, quem sabe, para garantir mais um pedaço do mercado empresarial paranaense.

O próximo representante do Grupo de Empresários é **Atilano de Oms Sobrinho**. Em suas mãos encontra-se um dos maiores grupos privados do país, o Inepar, onde suas empresas são responsáveis pela produção de equipamentos utilizados na transmissão de energia. Suas relações com as lideranças governamentais são muito estreitas.

O Inepar integra um número grande de empresas que atuam no ramo energético. As empresas componentes são: Inepar S/A Indústrias e Construções; Inepar Indústrias Eletro-mecânicas do Paraná S/A; IBR (Indústria Brasileira de Relês que foi incorporada pela Inepar); Inebrasa - Indústrias Eletro-mecânicas Brasileiras S/A; Tekenergia; SID Informática S/A; Inepar S/A Eletro-eletrônica (empresa fundada em 1990, resultante da incorporação da Semicondutores Inepar S/A, que anteriormente era a multinacional

³⁰ Está designado na Ata de fundação de 15.03.1974 homologada pela Junta Comercial do

Westinghouse Corporation) e que mais tarde vai se transformar em Landys & Gyr/Inepar S/A.(empresa sucessora da Inepar Eletro-eletrônica); a Carbomafra; a Mega-energia Participações Ltda; a Iridium Sudamérica; Iridium Brasil S/A; Iridium LLC; Inepar Hubbell Ltda; TV Cabo Resistência Ltda; Antenas Comunitárias Brasileiras Ltda. Todas estas empresas tratam com tecnologia de ponta no ramo da energia elétrica e tem contato com pólos de desenvolvimento tecnológico nacionais como COPEL, CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais S/A), CEFET, CITPAR, UNICAMP, PUC-PR, LAC (Laboratório Central de Eletroeletrônica) da Copel e UFPR e CEPEL (Centro de Pesquisa de Energia Elétrica do Grupo Eletrobrás).

Em sua carreira, Atilano sempre atuou no ramo da energia elétrica seja na iniciativa privada ou fazendo parte de órgãos estatais. Trabalhou em estudos sobre tarifação de energia, fontes alternativas e até mesmo sobre planejamento estratégico. No Estado atuou em programas de Ciência e Tecnologia promovidos pelo Governo do Paraná que visavam o desenvolvimento de novas técnicas de utilização de energia elétrica. Em 1986 participou da fundação do CITPAR - Centro de Integração Tecnológica do Paraná; trabalhou com grupos profissionalizantes na área tecnológica e foi fundador e membro do FITI - Fundação Instituto Tecnológico Industrial, trabalhando em projetos de monitoramento do Setor Elétrico, atuando na implementação do IBQP - Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade.

Estado de Santa Catarina, com cópia na Jucepar.

³¹ Ata da 40ª AGE de 01.02.1995, homologada pela Jucepar.

Destacou-se como um dos empresários mais influentes em sua fatia de mercado no que se refere a investimentos em energia elétrica. Despontou nas associações de classe que defendiam os interesses empresariais. Segundo o empresário Keizo Assahida (YOK) Atilano tem o que se pode chamar de ...*"consciência quanto aos problemas empresariais"*³²ⁿ. Ainda de acordo com Assahida, "Atilano é um dos poucos que pensa na classe empresarial como um todo e não apenas no seu lucro pessoal"³³ⁿ. Atitudes como essa levaram seus colegas empresários a elegê-lo para as associações reconhecidas oficialmente como: ABINEE (Associação Brasileira Da Indústria Eletro-eletrônica); CITPAR; COIND (Conselho Consultivo da Política Comercial e Industrial do Paraná); FIEP (atua como Vice Presidente e também nos Conselhos de Orientação de Economia e Finanças e no Conselho Temático de Energia e Telecomunicações); membro da CNI (Confederação Nacional das Indústrias); membro do CONDES (Conselho de Desenvolvimento da PUC-PR); membro do Conselho de Administração da UFPR participando em outros grupos que tem como objetivo o desenvolvimento tecnológico e empresarial e possível fundador do Grupo de Empresários de Curitiba.

Atilano foi apontado diversas vezes como um empresário de destaque nacional. Recebera mais recentemente duas indicações pela Gazeta Mercantil, uma em dezembro de 1996 e outra em julho de 1997, como um dos líderes empresariais que se destacaram em seu setor³⁴. É considerado um grande empresário por estar na ponta de vários projetos. Antes de instalação de suas

³² Depoimento de Keizo Assahida. Já referenciado anteriormente.

³³ Idem.

empresas em Curitiba, o equipamento produzido pela Inepar era apenas encontrado no eixo Rio - São Paulo - Minas Gerais. Explica ele mesmo a que se destina o seu produto final,

“o nosso produto destina-se à implantação de infra-estrutura. Então ele é tecnologicamente denso como engenharia de produto e como software de aplicação deste produto num projeto qualquer. Não existe nenhum projeto de grande porte que não tenha esse equipamento de manobra. Nós produzimos o coração de manobra de qualquer equipamento onde flua energia”(SOBRINHO, 1991:173).

Estava em meio às articulações políticas quando a Cidade Industrial de Curitiba foi implantada. Quando a empresa foi instalada ganhou subsídios semelhantes ao das multinacionais que estavam chegando ao Brasil, como a Siemens, Ford New Holland, Volvo, Philip Morris, sendo ela a 6ª empresa que aqui chegou. O grupo Inepar ocupa uma posição destacada dentre os 300 maiores grupos empresariais nacionais. Mas se é muito importante economicamente, podemos dizer que a sua influência política também o é, principalmente no que se refere ao atual Governo do Paraná.

Segundo o relatório oficial de prestação de contas da campanha de 1994 ao governo do Estado obtido no TRE, a Inepar apareceu como uma grande financiadora. Atilano Sobrinho o Presidente do grupo não apareceu oficialmente como pessoa física, mas foi possível identificar Mário Celso Petraglia, Vice-Presidente do grupo, e que foi um dos principais consultores econômicos da campanha de Jaime Lerner. Assim que o governador tomou posse e começou a elencar as suas prioridades, foi possível identificar a presença marcante do grupo Inepar em inúmeros investimentos sendo em

³⁴ Folha de Londrina, 03.07.97 www.folhadelondrina.com.br

alguns casos bastante beneficiado. Listaremos aqui alguns casos mais expressivos e que foram discutidos amplamente nos veículos de comunicação.

Em meados de 1996/97 estourou no Brasil o caso da venda de títulos públicos emitidos por alguns Estados da União e esses proporcionaram a algumas empresas um lucro exorbitante. Dentre as empresas que foram mencionadas apareceu a Inepar Indústrias e Construções. Foi aberta uma Comissão Parlamentar de Inquérito para as devidas investigações e o relator responsável foi o Senador paranaense Roberto Requião, inimigo confesso de Jaime Lerner. O caso ficou conhecido também como a CPI dos Precatórios. As acusações feitas pelo senador do PMDB, denunciaram Mário Celso Petraglia como um dos articuladores do esquema de corrupção levantado³⁵. Este último defendia-se acusando Requião de estar ...”interessado em diminuir os apoios políticos emprestados pelo grupo e em atingir a imagem conquistada pela Inepar”³⁶. Apesar das acusações e insinuações levantadas a CPI não foi adiante e o assunto não voltou a ser abordado.

No Paraná, a Inepar foi uma das maiores financiadoras de campanha do Governador Lerner, conforme poderemos observar pelo quadro dos financiadores de campanha (Vide anexo). Oficialmente financiou também as campanhas para os governos de Santa Catarina (Paulo Afonso Vieira)³⁷ e do Rio Grande do Sul (Antônio Brito)³⁸. Através de algumas notícias podemos perceber que há um certo relacionamento da Inepar e alguns estados

³⁵ Folha de São Paulo. “Relatório da PF afirma que a empresa chegou a lucrar até R\$ 1,3 milhões em um único dia”. 27.02.97 p. 1-10.

³⁶ Folha de Londrina, 10 de abril de 1997. www.folhadelondrina.com.br

³⁷ Folha de São Paulo, 11.03.97, p. 1-8.

brasileiros no que se refere a prestação de serviços. Em São Paulo a Inepar foi contratada sem concorrência pública para as obras de manutenção e recuperação dos trens e dos terminais da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos)³⁹. No Paraná firmou um contrato também sem concorrência com a COPEL onde a Inepar seria a construtora da subestação de energia que abasteceria a nova fábrica da Renault. "A subestação foi uma das exigências feitas pela Renault para instalar sua fábrica no Paraná"⁴⁰. O contrato com a Inepar só foi cancelado porque a Assembléia Legislativa entrou com um recurso alegando contratação ilegal. Além de outros casos já comentados anteriormente, envolvendo a COPEL e a Inepar.

O grupo Inepar possui uma variada gama de negócios por todo o Brasil. No Rio de Janeiro em parceria com a CSN, o Bradesco e a Sade Vigasa (empresa subsidiária do grupo Inepar), atuou na fabricação de estruturas metálicas e executou obras importantes como a construção da linha vermelha e o fornecimento de tubos destinados ao gasoduto que ligará Brasil e Bolívia. Está construindo também as unidades industriais da Renault e da Audi/Volkswagen no Paraná. No Mato Grosso em parceria com o grupo Rede (empresas de energia elétrica) arrematou a CEMAT - Centrais Elétricas Matogrossenses que foi privatizada pelo Governador Dante de Oliveira. Explora o sistema de TVs a Cabo no interior do Paraná e em Santa Catarina. Ganhou concessões na telefonia celular participando do consórcio Global Telecom que ganhou concessões no interior dos estados de São Paulo, Minas

³⁸ Folha de Londrina, 10 de abril de 1997. www.folhadelondrina.com.br

³⁹ Folha de São Paulo, "Contrato de Covas é irregular", 15.06.97, p. 1-10.

Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Por essas atuações ganha cada vez mais importância política nacionalmente.

Outro empresário atuante no grupo e que pode ser considerado um fundador do GEC é **Luiz Antônio Fayet** que era o representante da Labra Indústria Brasileira de Lápiz S/A. A Labra era uma sociedade aberta que continha inúmeros acionistas⁴¹, representados por pessoas físicas e jurídicas. Dentre as empresas acionistas destacava-se a Iapó - Administração e Participações representada por Luiz Antônio Camargo de Fayet. Destacavam-se também a família Zattar (Miguel Zattar e Miguel Zattar Filho). Apesar da Labra ser uma empresa relativamente nova (foi constituída em 1983) não sobreviveu às transformações ocorridas na década de 90. A partir de 1995, cada um de seus diretores começou a pedir desligamento de suas atribuições, e de acordo com as atas encontradas na JUCEPAR, oficialmente em 1996, a Labra teve o seu pedido de falência comunicado⁴².

Luiz Antônio Fayet atuou ainda na CODEPAR e mais tarde no BADEP, sendo o seu presidente de 1974 a 1979. Além de participar de cargos públicos importantes como Secretário Adjunto do Ministério da Fazenda no governo Figueiredo. Logo após elegeu-se deputado federal em 1982 e nos anos 90 assumiu a Diretoria de Crédito Rural do Banco do Brasil. Esteve também no projeto de elaboração da Cidade Industrial de Curitiba fazendo parte do processo industrializante da capital do Paraná.

⁴⁰ Folha de Londrina, 27.03.97. www.folhadelondrina.com.br

⁴¹ Ata de constituição datada de 21.03.1983, homologada pela Jucepar.

⁴² Ata de 09.05.1996. Documento arquivado sob o número 1239/96 de 19.04.1996

Outro representante do Grupo de Empresários é **Keizo Assahida** da Yok Equipamentos S/A, sendo ele um dos seus fundadores. A empresa foi constituída em 12.08.1966⁴³ e Assahida foi um dos sócios fundadores. Permaneceu até o início dos anos 90 como acionista e Diretor Vice-Presidente, renunciando ao cargo em 1995. Entre outras atividades Assahida sempre se destacou como um empresário voltado à área de equipamentos industriais. Recentemente atuou como um dos sócios fundadores da empresa Pólo de Software de Curitiba S/A, que tinha como objetivo a produção e distribuição de softwares para a região e demais Estados do Brasil. Atualmente participa nesta empresa, apenas como membro de Conselho de Administração. No que se refere às entidades de representação classista, Assahida sempre foi uma pessoa atuante, participando das principais: Federação das Indústrias do Paraná (atua como vice-presidente do CIEP - Centro das Indústrias do Estado do Paraná); membro atuante do Grupo de Empresários de Curitiba - GEC; membro do Conselho Superior da ACP em duas gestões consecutivas (a de Schrappe e Maria Cristina Vieira); membro do Conselho Deliberativo do Centro de Integração Empresa Escola; membro do Conselho de Administração da Emater (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) e membro do Conselho Empresarial da PUC-PR. Participou anteriormente de órgãos institucionais como a Secretaria de Estado da Indústria e Comércio do Paraná; foi membro fundador, Conselheiro e Diretor Tesoureiro da AECIC (Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba); membro

⁴³ A constituição da empresa foi homologada em 12.08.1966. Em 1977 a empresa passa a ser de capital aberto, passando a ser denominada de Yok Equipamentos S/A.

fundador e membro do Conselho Deliberativo do Centro de Integração de Tecnologia do Paraná - CITPAR e ex-membro do Conselho de Tecnologia do Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR. Concomitante a estas atuações em órgãos representativos, tanto de classe como do Estado, participou ativamente em campanhas políticas. Assahida em suas atuações, demonstra ser um empresário disposto a articular ações políticas em detrimento de causas que não sejam somente as suas. Refere-se em depoimento, que as gestões de Schrappe e Maria Cristina à frente da ACP, fora por eles articulada (o grupo de empresários).

Dentro do Grupo destacamos também a **Slaviero Comércio de Veículos Ltda.**⁴⁴: As principais acionistas são Maria Ondina Araújo Slaviero e Suzana Maria Araújo Slaviero. No decorrer dos anos permanecem além delas Reginaldo D'Almeida Gonçalves, que passa a ser o maior acionista o Diretor Presidente da empresa. A Slaviero destaca-se principalmente por estar sempre entre os maiores grupos de revenda de veículos automotores para passeio, conforme observamos pela tabela a seguir,

Tabela 12 - Colocação setorial por ano da Slaviero Veículos no ranking nacional. Setor: Comércio Subsetor: Revendedores de Autoveículos

ANO	COLOCAÇÃO
1983	107
1985	73
1988	89
1990	30***
1991	67

⁴⁴Empresa com sede em Palotina no Paraná e que foi constituída em 25.08.1987. Destaca-se por ser uma empresa de capital aberto.

1992	*
1993	77
1995	69

Fonte: Revista Balanço Anual da Gazeta Mercantil

* - Não aparece entre as maiores

*** - Em 1990 é classificada como revendedora de veículos pesados

Como afirmamos anteriormente dentre as várias iniciativas do GEC figura o estabelecimento de alianças mais ou menos permanentes com as principais lideranças políticas do Estado. Neste segundo momento trabalharemos com um dos Grupos que se destacou politicamente no Paraná, nos últimos anos. Dentre eles elencamos, José Richa, Jaime Canet Júnior e João Elísio Ferraz de Campos, assim como o próprio Jaime Lerner cuja trajetória também deve ser reconstituída para que possamos entender algumas das articulações efetuadas por esses políticos paranaenses com os empresários em exame.

Dos citados o mais importante certamente é **Jaime Lerner**, atual governador do Estado do Paraná. Arquiteto, atuou no início de sua carreira como professor universitário, cuja especialidade era o urbanismo. Foi Diretor-Presidente do IPPUC e em 1965 tomou a frente de um grupo que implementaria o planejamento urbano em Curitiba.

Lerner iniciou a sua carreira política em 1971 a partir da indicação do governador Haroldo Leon Perez à prefeitura de Curitiba. À época ele não estava diretamente vinculado a nenhum dos partidos existentes MDB ou ARENA, "a indicação de Lerner para prefeito marcava a chegada dos técnicos do IPPUC ao

poder. Era a primeira vez no Brasil que uma equipe de arquitetos e urbanistas dispunha de todo o poder para atuar numa cidade. (...) Assim que assumiu o cargo, Lerner nomeou para as chefias do departamento da Prefeitura todos aqueles membros do IPPUC que haviam trabalhado com ele no desenvolvimento de estudos e projetos na década de 1960.”(MENEZES, 1996:90/91). Essa gestão de Lerner foi marcada pela implantação efetiva do Plano Diretor da cidade e demonstrou desde aí a associação de sua equipe com os interesses das elites locais. A disponibilidade de recursos financeiros que Lerner sempre obtivera, provavelmente teve sua origem nas suas articulações com ilustres personagens da vida política e econômica do Paraná. Nesse período tomamos como exemplo as inovações que o Plano Diretor de Curitiba trazia. Para que as políticas de urbanização pudessem ser implementadas, Lerner precisou do apoio de lideranças empresariais de setores como os empresários do transporte coletivo, e também as suas articulações com os empresários do setor imobiliário (OLIVEIRA,1995).

A segunda gestão de Lerner na Prefeitura entre 1979-1982 deu-se a convite do governador Ney Braga e fora muito marcada pela conjuntura política do período. Viviam-se o final do domínio político da ARENA/PPS no Paraná e a Prefeitura de Curitiba dava uma grande importância às obras de infra-estrutura e remodelação da cidade. Com a abertura democrática houve uma maior preocupação com o social, onde o prefeito e sua equipe colocaram em ação uma série de programas que visavam o atendimento da população de baixa renda.

Após um período sem muitas definições partidárias Lerner segue sua trajetória sempre apoiado por integrantes da ARENA que mais tarde está transformada em PDS. De sua equipe de governo destacaram-se Karlos Rischbieter e Saul Raiz, ambos pessoas de confiança do ex-governador, que transitavam tranqüilamente entre as gestões governamentais e a iniciativa privada uma vez que participavam dos Conselhos Administrativos de empresas como a Volvo e a Clímax. Após o término de sua segunda gestão como prefeito permaneceu afastado da vida política paranaense retornando por um curto período em 1986.

Apoiado em seu passado de administrador, elegeu-se Prefeito de forma direta em 1989 já estando sob a sigla do PDT. Para alguns observadores, ..."Jaime não trazia a marca do político profissional rejeitado pela população. Além disso, tinha e tem a marca do bom administrador e uma profunda vinculação com a cidade."(MENEZES, 1996:153). Após a primeira vitória eleitoral, Lerner deu a arrancada para o que almejaria mais tarde, ou seja, o governo do Paraná. Ainda como prefeito foi responsável pela transformação de Curitiba com relação as questões ambientais lançando-a como a "capital ecológica" ainda que tal conceito não seja completamente adequado à realidade. Promoveu a cidade e a si mesmo utilizando uma estratégia até então inédita que foi a de compartilhar com todas as classes a manutenção da qualidade de vida. "Cada habitante deveria se sentir partilhando com a Prefeitura a responsabilidade de melhorar a qualidade de vida da "sua" cidade, da cidade com a qual se "identifica" e sente orgulho em "pertencer". Na concepção de Lerner, o maior patrimônio de uma cidade é a identidade de

seus moradores com ela. Respeitada e informada, sabendo-se co-responsável, responderá mais prontamente ao apelo em favor da parceria e da participação" (MENEZES, 1996:154)⁴⁵.

Lerner utilizou-se dessas estratégias de gerenciamento para se manter no poder. Quando se elegeu para o governo do Estado em 1994, definia como prioridade o desenvolvimento dos programas sociais, em especial àqueles destinados às áreas de saúde e transporte. No entanto, algumas evidências demonstram que ao longo do seu governo a prioridade se tornou o desenvolvimento industrial do Paraná. Quem sabe a ênfase nas políticas tenha sido mudada porque era preciso justificar os inúmeros benefícios fiscais concedidos às novas empresas que se instalarão no Estado, no quadro de intensa guerra fiscal então vivida.

Ainda com relação à sua eleição, levantamos a hipótese de que as elites econômicas que o apoiaram, assim o fizeram porque poderiam ter atendidas algumas das suas demandas e realizado as suas aspirações. Abaixo listaremos alguns dos financiadores oficiais da campanha ao governo de 1994.

"Movimento Paraná Novos Caminhos" (PDT/PFL/PSDB/PTB/PV).

Prestação de contas de Jaime Lerner/demonstração de recursos arrecadados: Total - R\$ 4.016.975,00

Lista dos 10 maiores contribuintes/doadores principais	
Pessoa jurídica	valor
Refrigeração Paraná	300.000,00
INEPAR S/A	240.000,00
Cia. Bras. De Projetos e Obras - CBPO	200.000,00
BMC S/A	160.000,00
CPM	150.000,00
Banco Rural S/A	125.400,00

⁴⁵ Grifos no original.

Klabin Fab. de papel e celul.	112.500,00
Ultrafertil S/A Ind.	100.000,00
Cia. De Cimento Portland	100.000,00
IBQ Ind. Químicas Ltda.	100.000,00
Pessoas físicas	valor
João Carlos Ribeiro	100.000,00
Paulo F. Tripoloni	40.000,00
Karlos Rischbieter	5.000,00
Giovani Gionedis	5.000,00
Mario Celso Petraglia	5.000,00
Maria C. L. Rosenmann	300,00
Saul Raiz	300,00
João Canet	200,00
Maurício Schulmann	200,00
Chana Teig Brami	100,00

Fonte: TRE - Paraná

Para se eleger, Lerner precisou não apenas das elites que se encontravam na capital, mas também das elites do norte do Estado, pois este não era um reduto em que o ex-prefeito poderia caminhar sem maiores problemas. Efetivou as alianças necessárias compondo sua chapa com a esposa de Antônio Belinatti (líder de grande expressão na região norte do Paraná⁴⁶).

Em 1996 durante a campanha para as eleições a prefeitura de Curitiba, a equipe governamental em ação conseguiu eleger ainda em 1º turno

⁴⁶ Belinatti sempre fora um político influente na região norte do Paraná, desde quando havia a bipolarização dos partidos políticos, entre MDB e ARENA. Belinatti foi Prefeito de Londrina (a 2ª maior cidade do Paraná) por duas gestões. Pertencia ao antigo MDB, indo mais tarde

Cássio Taniguchi⁴⁷, um dos mais importantes assessores de Lerner. Antes de se tornar candidato, suas atuações sempre foram mais relacionadas às questões técnicas do que à política. A sua vitória representou mais uma vez o triunfo do grupo aliado

“antes de ser eleito prefeito de Curitiba (...) o engenheiro eletrônico Cássio Taniguchi era um completo desconhecido. Um homem discreto de 54 anos, Taniguchi nunca foi político. (...) tornou-se o terceiro prefeito de Curitiba filiado ao PDT, numa seqüência ininterrupta que começou com o hoje governador Jaime Lerner e continuou com seu sucessor, Rafael Greca. O apoio dos dois políticos de carteirinha, respaldados pelos oito anos consecutivos de boa gestão que eles somaram, foi um fator decisivo para a vitória do paulista Taniguchi (...) eleito com 55% dos votos válidos”.⁴⁸

Mesmo com as vitórias que conquistava faltava em Lerner uma identificação dele com o seu partido. Havia uma discrepância entre as suas decisões e as da direção nacional do PDT. As diferenças chegaram ao ápice em 1997 quando Lerner se desligou do PDT e começou uma peregrinação rumo a um novo partido, gerando especulações e debates políticos quanto ao seu novo destino. Alguns analistas observavam,

“O governador do Paraná, Jaime Lerner, deixou ontem[15.08.97] o PDT. Ele saiu do partido junto com todos os secretários estaduais que também pertenciam à legenda. Saíram também o prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi, o vice-prefeito Algaci Túlio, e 19 dos 25 secretários municipais que eram filiados ao PDT. Dos dez vereadores do partido, oito também anunciaram a sua desfiliação. (...) O governador disse que a decisão de deixar o PDT já estava tomada (...) o governador disse que respeita e considera o ex-governador Brizola e que sua decisão foi *doída*. “Sempre defendi a tese de que um partido tem de representar o povo e o PDT estava reduzindo o espectro das forças que tem representatividade social”, disse”.⁴⁹

Inicialmente pretendia ingressar nos quadros do PSDB, partido com quem sempre se identificara. No entanto, o PSDB paranaense se encontrava nas mãos e sob a coordenação política do ex-governador Álvaro Dias, inimigo

terminar no PDT. Sua esposa foi escolhida estrategicamente para ser candidata a vice-governadora ao lado de Jaime Lerner.

⁴⁷ Já havia conseguido eleger Rafael Greca também no primeiro turno em 1992, enquanto era ainda prefeito de Curitiba.

⁴⁸ Revista Veja, 9.10.96 p. 75

declarado de Lerner. À medida que o partido recebera Dias, esse passou a estender cada vez mais o seu poder de atuação (os antigos líderes se afastaram). As decisões da ala "alvarista" foram decisivas para a recusa à entrada do atual governador e de sua equipe. Lerner iniciaria uma série de batalhas para tentar ser aceito no PSDB. Apesar das discussões sobre a sua aceitação ou não, houve inúmeras manifestações de membros do partido, alguns apoiando outros rechaçando tais idéias. Destacamos aqui a tese defendida nos meios de comunicação por Luiz Carlos Hauly, deputado federal que refutava inúmeros motivos para a não aceitação de Lerner.

Lerner: porque devemos recusá-lo.

Não sou daqueles que tem vergonha de afirmar-se político profissional, escondendo-se atrás de rótulos dentre os quais o mais opaco é o de técnico. (...) Do ponto de vista político, Jaime Lerner é um homem cuja trajetória está intimamente ligada ao período mais obscuro da história do Brasil. Desconhecido que era, foi lançado na arena política por obra e graça do arbítrio, recebendo de mão beijada dois mandatos como prefeito de Curitiba. Umbilicalmente ligado aos braços políticos da ditadura, a Arena e depois PDS, quando percebeu ventos novos apressou-se a buscar abrigo num partido de esquerdas, o PDT. Nele tem tido uma atuação tão ambígua que até hoje o Paraná não sabe se apoiou Brizola ou FHC. Acostumado a servir-se, mas jamais a servir, usou parasitariamente o PDT enquanto pôde, em função de seus próprios interesses e de seu grupo tentando descartar-se dele agora (...) querendo fazer do PSDB seu novo hospedeiro.⁵⁰

A imagem que se passava era a de que o político mais festejado do Paraná ou até do país, estava praticamente implorando um lugar no PSDB, provocando observações mais diversas como essa "uma das situações mais humilhantes já vividas por um político paranaense, se dá com o governador Jaime Lerner".⁵¹ Segundo alguns articuladores políticos tal fato se devia graças à inabilidade política de seus assessores que não demonstravam o mesmo talento que nas negociações econômicas. A recusa do PSDB estadual em receber o

⁴⁹ Folha de São Paulo, 16.08.97 p.3

⁵⁰ Folha de Londrina, 27.04.97 www.folhadelondrina.com.br

⁵¹ Folha de Londrina, 6 .06.97. www.folhadelondrina.com.br

governador foi acatada a nível federal, fazendo com que ele se filiasse ao PFL respondendo a um convite do presidente estadual do partido José Carlos Gomes de Carvalho. Seguiram-no outros dissidentes do PDT que logo iniciaram as discussões a respeito das eleições de 1998. O seu ingresso no PFL foi entendido como uma volta às suas origens, pois ele sempre esteve muito mais ligado a este partido do que ao que permaneceu filiado nos últimos 12 anos. O PFL é uma das muitas versões que a antiga ARENA ou PDS tomaram no Paraná.

No decorrer do seu governo tomou como premissas as políticas de desenvolvimento industrial do Estado, que se daria através da atração de empresas, principalmente automotivas, para o Paraná. A chegada dessas empresas estrangeiras provocou uma reviravolta na economia paranaense, levando alguns analistas a denominarem que o Paraná teria um novo ABC⁵², numa alusão à região paulista considerada um grande pólo automobilístico. Os benefícios atrativos concedidos pelo governo foram muitos, como: isenção de impostos, infra-estrutura básica nas regiões escolhidas e financiamentos que garantiriam a construção e instalação das mesmas. As empresas recebem todos os benefícios e em troca repassa ao Estado apenas um protocolo de intenções, ou seja, um documento que não garante a permanência das montadoras se algum dos pré-requisitos exigidos não for completamente atendido. Todos os benefícios prometidos às montadoras, provocaram em políticos opositores a Lerner grandes descontentamentos, o que ocasionou

⁵² Revista Veja. "O ABC do Paraná". 18.12.96, p.131-132.

uma longa batalha do governador e de outros representantes políticos paranaenses. Destacamos aqui um episódio ocorrido envolvendo o governador e lideranças empresariais paranaenses, mais dois senadores da república - Roberto Requião e Osmar Dias. O primeiro é inimigo declarado de Lerner desde as suas atuações no MDB e o segundo porque era irmão de Álvaro Dias. Os dois senadores bloquearam um pedido de empréstimo feito pelo Governador do Paraná, à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do governo federal no valor de R\$ 470 milhões. Em troca da liberação desse empréstimo, o governador apresentaria à CAE uma cópia do protocolo de intenções assinado pela primeira empresa que se instalaria no Estado, a Renault. Deveria também explicar o porquê de todas as vantagens econômicas oferecidas para a empresa. Refutava-se que para esta fábrica instalar-se na Região Metropolitana de Curitiba, o Estado do Paraná liberaria uma ajuda em torno de 300 milhões de dólares e que o governo não cobraria juros nem correção monetária e seu pagamento só começaria em dez anos, mais ou menos por volta do ano de 2006.

As discussões em torno desse assunto levantaram inúmeras polêmicas. Em Brasília os senadores haviam negado o empréstimo. Aqui o governo, assessores e empresários compartilhavam a idéia de que os representantes federais trabalhavam contra o próprio Estado o que depredava a imagem perante toda a nação. Lerner hostilizava em sua fala, "nós temos dois senadores trabalhando contra o Paraná. Ao tentarem me atingir, eles acabam atingindo o povo

do Paraná⁵³. Osmar Dias respondia completando, “o pedido de informações ao governo do Paraná sobre o empréstimo a Renault “é uma decisão da CAE e não dos senadores Dias e Requião. Não se trata de uma questão política mas de aritmética (....) A CAE suspendeu a análise dos empréstimos porque Lerner se recusa a apresentar o protocolo. Sem ele o senado não teria condições de saber qual a capacidade de endividamento do Paraná após a operação com a Renault”.⁵⁴

Esses enfrentamentos realizados através dos meios de comunicação certamente possuíam objetivos políticos. Com a aproximação do novo ano eleitoral podemos imaginar que os embates entre Lerner e Requião viriam demonstrar as diferenças que existiam entre os seus projetos de governo⁵⁵. As notícias foram veiculadas nacionalmente demonstrando uma incompatibilização entre os representantes do Senado e a elite dirigente estadual.

Durante todo o tempo em que esse debate prevaleceu, podemos perceber que, em nenhum momento os empresários paranaenses deixaram de oferecer apoio ao governador para apoiar os senadores, muito pelo contrário.

Importante também é a trajetória de **José Richa**, político paranaense que desde os anos 60 possuía uma cadeira no poder legislativo estadual através do PDC do governador Ney Braga. Em 1966 quando por ocasião do surgimento do bipartidarismo, Arena e MDB, Richa foi um dos que optaram por este último, tendo sido eleito senador em 1978. Após as reformas políticas institucionalizadas em 1979 que estabeleciam eleições diretas para

⁵³ Folha de Londrina, maio/97 www.folhadelondrina.com.br

⁵⁴ Folha de São Paulo, 22.05.97 p. 12

⁵⁵ Requião possivelmente será candidato ao governo do Paraná nas próximas eleições concorrendo com Jaime Lerner.

governador e a extinção do bipartidarismo, o MDB⁵⁶ passou a ser a mais nova força política do Estado. Durante a disputa para governador, a campanha foi polarizada em torno de José Richa (PMDB) e Saul Raiz (PDS e antiga ARENA), com o PMDB vencendo em todos os níveis eleitorais. Richa governou de 1983 até 1986 e nas eleições desse ano conseguiu eleger o seu sucessor (Álvaro Dias) elegendo-se ele mesmo Senador da República. Foi um dos políticos mais importantes do PMDB enquanto esteve no partido. No entanto, divergências estabelecidas com os membros do PMDB estadual o levaram em 1988 a constituir um novo partido, o PSDB. Richa teve papel importante nessa formação integrando a Comissão Diretora Nacional Provisória de constituição do PSDB, onde mais tarde ocupou a sua presidência. No Paraná as suas atuações políticas foram expressivas. Em 1990 concorreu ao governo do Paraná mas foi derrotado. Manteve-se como senador até 1994 (neste ano não candidatou-se a nenhum cargo eletivo) e aos poucos relatava publicamente que pretendia se retirar da vida pública e política. Nos noticiários tais assuntos eram muito abordados " Afastado do dia-a-dia da política, o ex-senador e ex-governador José Richa (PSDB) diz que hoje não disputaria reeleições e lembra que rejeitou a hipótese de ficar mais oito anos no Senado."⁵⁷ Apesar desses planos o seu nome foi envolvido em algumas situações importantes, como por exemplo, a tentativa de ingresso de Jaime Lerner ao PSDB. José Richa tornou-se importante também por ter-se convertido, em tempos recentes, em articulador político do grupo de Jaime Lerner junto ao PSDB, quando este se mostrou disposto a sair do PDT, partido

⁵⁶ No Paraná, o MDB foi incorporado ao PP (Partido Popular) e transformou-se em PMDB.

⁵⁷ Folha de Londrina, 22.02.97. www.folhadelondrina.com.br

que se elegeu prefeito e governador. Estava preparado para defender dentro de seu partido um de seus maiores rivais políticos, se levarmos em conta toda a sua trajetória política descrita anteriormente, já que Jaime Lerner apesar de estar filiado ao PDT sempre esteve ligado ideologicamente ao setor mais conservador da política paranaense representado pela antiga Arena/PDS e atualmente condensada em vários partidos como PFL, PTB, PPB entre outros.

As discrepâncias ideológicas dentro do PSDB atual foram acentuadas a partir do episódio promovido por Lerner. Acirraram-se porque a principal disputa em jogo não era apenas a filiação de um grupo, mas sim, discutia-se quem é que teria a hegemonia do poder. A cúpula estadual que atualmente é liderada pelo ex-governador Álvaro Dias, rejeitou o atual governador. O pequeno grupo do partido que o aceitaria, os chamados aliados (dentre eles o próprio filho de Richa), iniciavam uma série de manobras cujo objetivo era acolher Lerner. As várias articulações foram amplamente divulgadas no noticiário,

“hoje [6 de maio/97], o ex-senador e ex-governador José Richa, da intimidade do sistema, deve levar a Brasília informações sobre novas adesões à entrada de Lerner. É um trabalho que reúne Rubens Bueno e Euclides Scalco, que retornaria ao ninho tucano com o ingresso do governador”.⁵⁸

“Por volta das 18 horas [14 de maio/97], uma comitiva integrada pelos deputados Beto Richa, César Silvestri e pelo ex-prefeito de Campo Mourão Rubens Bueno, embarcou para Brasília. Os tucanos pretendiam entregar o documento ao presidente nacional do PSDB, Teotônio Vilela Filho. (...) O recurso [que pretendia a interferência da bancada federal nas decisões estaduais], redigido pelo advogado Juarez Dietrich, teve o aval do ex-governador José Richa.”⁵⁹

O pedido da não-adesão de Lerner foi acatado pelas lideranças federais e esse se viu obrigado a se filiar em outro partido. Tal fato serviu para

⁵⁸ Folha de Londrina, 06.05.97. www.folhadelondrina.com.br

⁵⁹ Folha de Londrina, 14.05.97. www.folhadelondrina.com.br

demonstrar que, com a ausência efetiva do ex-governador Richa, prevaleceu no PSDB os preceitos de sua nova liderança Álvaro Dias. Um fato a ser destacado é que, em anos anteriores, tanto Richa quanto Dias,

“faziam todos parte do mesmo grupo no PMDB. Eram oposição a Jaime Lerner, que integrava o grupo político de Ney Braga. Álvaro assumiu o governo e brigou com Richa, que, junto com Scalco e outros líderes nacionais, saiu para fundar o PSDB. Álvaro se confrontou com o PMDB paulista e foi aventurar outras siglas, tropeçou em algumas até chegar ao ninho tucano [PSDB] por outras mãos. Nesse meio tempo, Richa e Scalco se aproximaram de Lerner e deram as costas ao PSDB, contrariados com o ingresso de Álvaro. Agora os tucanos preparam o ninho para receber Lerner, que vai se juntar a Álvaro.”⁶⁰

A posição de destaque que Álvaro Dias havia ocupado, favoreceu a derrota no caso da filiação de Lerner no PSDB, afastando ainda mais Richa das decisões partidárias. Publicamente afirmava que as suas intenções eram a de abandonar a política e que passaria a se dedicar apenas às atividades empresariais, uma vez que integra o Conselho Consultivo da Vasp. No entanto, o partido o vê como um grande aliado político com relação as eleições de 1998⁶¹.

Outro político que podemos citar pelas suas vinculações ao GEC é **Jaime Canet Júnior** que também foi governador do Estado do Paraná. Nos últimos tempos destacou-se no ramo empresarial (imóveis e hotelaria). Na década de 60 foi um dos fundadores da empresa Horizonte Ltda - Administração e Participações, dedicada ao ramo imobiliário a Horizonte

⁶⁰ Folha de Londrina, 22.03.97. www.folhadelondrina.com.br

⁶¹ Em meio as **articulações** com relação as próximas eleições ele foi convidado por José Carlos Gomes de Carvalho(PFL) e Nelson Justus (PTB) a presidir o comitê político Lernerista (a princípio um comitê supra-partidário) que defendia as teses de reeleições presidenciais e governamentais.

trabalha com a compra, venda e administração de bens móveis e imóveis⁶². No ramo da hotelaria, Canet é sócio fundador do Hotel Deville Guaíra Ltda⁶³ (fundado em 1979). Destacam-se entre os maiores acionistas da empresa, a Deville Hotéis e Turismo que é representada por Jaime Canet Neto. Apareceram como sócias cotistas da Deville, o Banestado S/A Crédito Imobiliário e o Instituto de Tecnologia do Paraná -TECPAR. Em 1996, saem da sociedade permanecendo apenas os familiares. A própria composição da diretoria estará apenas nas mãos da família, não sendo eles necessariamente, acionistas.

Antes mesmo de ser político **João Elísio Ferraz de Campos** atuava na iniciativa privada. Foi procurador da Nova América Companhia de Seguros empresa que em 1975 foi incorporada pela Bamerindus Companhia de Seguros. Em 1973 assumiu a superintendência da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná. Durante o governo de Jaime Canet JR assumiu o cargo de Secretário de Administração e em 1978 elegeu-se Deputado Estadual com larga margem de votos (mais de 36.000). Em 1982 licenciou-se do cargo de Diretor do Bamerindus Cia de Seguros, para disputar pelo PMDB ao lado de José Richa o cargo de vice-governador do Estado no período de 1983/1986 para o qual foi eleito. Nesse período exerceu a função de presidente do BADEP (1983/1984) e Secretário de Finanças (1984/1986). Em 1986 assumiu o lugar de José Richa quando esse afastou-se para disputar as eleições de 1986. Fez parte da Diretoria do Banestado S/A, CEDES (Conselho de

⁶² Ata de fundação da Horizonte Ltda - Administração e Participações de 19.05.1960, homologada na Jucepar.

Desenvolvimento Econômico e Social), CONFAZ (Conselho de Política Fazendária), CEAG-PR (Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do PR, hoje o SEBRAE-PR), ABDE (Associação Brasileira de Desenvolvimento), CENDI (Centro de Desenvolvimento Industrial), CELEPAR (Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Paraná), EMOPAR (Empresa de Obras Públicas do Paraná, DER (Departamento de Estradas de Rodagem) e da COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná). Após afastar-se dos cargos públicos retornou à iniciativa privada como Presidente do Conselho Administrativo da Bamerindus Companhia de Seguros, fazendo parte também do Conselho Administrativo da INPACEL (Indústria de Papel Arapoti S/A). Desempenhou a função de membro do Conselho Administrativo da Paraná Companhia de Seguros e se tornou presidente em 1996. Participou como Conselheiro da Associação Comercial do Paraná durante a gestão de Maria Cristina Andrade Vieira.

Num terceiro momento trabalharemos com a categoria designada tecno-empresários⁶⁴, aqueles que exerciam as suas funções burocráticas no governo, mas também atuavam na iniciativa privada. Podemos destacar aqui Karlos Rischbieter, Saul Raiz e Maurício Schulmann.

O primeiro a ser abordado é Karlos Heinz Rischbieter que chefiou vários órgãos públicos e também empresas privadas. Foi do Departamento de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Curitiba na gestão do prefeito Ney Braga. Quando Braga estava à frente do Governo do Paraná nomeou

⁶³ Ata de fundação do hotel Deville Guaira Ltda homologada em 31.10.1979 - Jucepar.

⁶⁴ A esse respeito consultar DREIFFUS (1981).

Rischbieter como Diretor Técnico da CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento do Paraná (instituição que foi a financiadora do Planejamento Urbano de Curitiba) e mais tarde quando esta transformou-se em BADEP (Banco de Desenvolvimento do Paraná), retornou à sua presidência financiando importantes projetos que o destacariam no mundo da política. Nesse período já com financiamento do BADEP foi possível em Curitiba a implantação da CIC - Cidade Industrial de Curitiba. "O BADEP foi realmente um instrumento. Nós passamos a promover como entidade de fomento, a idéia da CIC, Curitiba e o Paraná. E a Prefeitura também fazia isso. Eu lembro que o Cássio (Taniguchi) também viajava para o Japão e outros lugares vendendo a CIC com o apoio do BADEP"⁶⁵. Em consonância com seu discurso e atitudes referentes ao desenvolvimento, apregoava que o Paraná não era um pólo industrial, possuindo apenas indústrias madeireiras e tradicionais. Na versão de Rischbieter, a intenção de se financiar projetos como a CIC era promover o Estado atraindo para cá empresas nacionais e multinacionais (em sua maioria). Os fundos utilizados para desenvolvimento vinham, a época da CODEPAR, do FDE - Fundo de Desenvolvimento Econômico criado por Ney Braga. No período do BADEP vinham basicamente da Caixa Econômica Federal, lugar onde Rischbieter foi após a sua saída do banco. Atuou na Caixa Econômica Federal de 1974 até 1977 e depois no Banco do Brasil de 1977 a 1979⁶⁶.

"É evidente que a década de 70 foi boa para o Brasil. O Brasil estava crescendo e aqui se estava atraindo empresários de fora do Paraná - de outros lugares do Brasil - e de fora do país. Nós tínhamos no BADEP um programa muito grande de promoção. (...) Naquele tempo já não era como na CODEPAR quando nós tínhamos um fundo de

⁶⁵ Depoimento de Rischbieter para a Memória da Curitiba Urbana. (1991:14)

⁶⁶ Manteve em todos estes órgãos o cargo de presidente.

desenvolvimento (...) mas tínhamos recursos basicamente (...) do PIS. (...) Quando eu deixei o BADEP, ele era o maior cliente da Caixa Econômica.⁶⁷

Foi também Ministro da Fazenda de 1979 a 1980 durante o governo de João Figueiredo. Após sair da gerência dos órgãos públicos efetivou-se em empresas privadas como Volvo, Refripar e Clímax, atuando em seus Conselhos Administrativos. De acordo com Minella, em 1978, quando era o então presidente da Caixa Econômica Federal foi acusado pelo deputado Gomes do Amaral (PMDB/PR) de receber remuneração (13 mil por reunião) para participar do Conselho de Administração da Phillip Morris Cia Brasileira de Cigarros. Ele desmentiu que recebesse qualquer remuneração por participar do conselho. O mesmo deputado denunciou então Rischbieter por ter ..."adquirido, para o Banco de Desenvolvimento do Paraná - BADEP, no tempo em que o presidiu, ações preferenciais da Phillip Morris sem direito a voto e de valor quase idêntico ao capital registrado e integralizado da empresa (60 milhões). Embora negasse na mesma época, empréstimos a grupos paranaenses"⁶⁸. No entanto, segundo seu próprio depoimento na série Memória da Curitiba Urbana especial sobre a implantação da Cidade Industrial de Curitiba e a chegada de empresas multinacionais ao Paraná, Rischbieter afirma que, ..."eu me empenhei muito, pessoalmente, no caso da Philip Morris e no caso da Volvo"⁶⁹.

Rischbieter desfrutava de posição privilegiada junto ao grupo de técnicos que ladeava Lerner. Era o consultor que traçava quais os investimentos que poderiam ser alavancados no município e no Estado, ao mesmo tempo em que exercia a presidência das principais instituições

⁶⁷ In: Memória da Curitiba Urbana, (1991:15).

⁶⁸ In: Movimento, num 176, 11 a 20 de novembro de 1978, p. 10 - Citado por Ary Minella

⁶⁹ Idem nota 66.

financiadoras de projetos como CODEPAR, BADEP, CEF e BB. Quando Lerner candidatou-se ao governo estadual em 1994 esteve à frente da campanha chegando até mesmo a aparecer oficialmente como um colaborador financeiro.

Desde a chegada de Jaime Lerner ao governo estadual participou direta e indiretamente do governo. Em 1997 em meio a uma grande crise financeira vivida pelo Banco do Estado do Paraná - Banestado, Rischbieter foi o nome mais cotado para assumir a presidência da instituição. "O ex-ministro e hoje consultor de empresas e de projetos especiais do governo da área de investimentos Karlos Rischbieter, será a âncora técnica da nova composição do Banestado. Rischbieter só não será o próprio presidente do banco porque não quer, e porque, estrategicamente, Lerner precisa queimar a bandeira do prefeito de Londrina, Antônio Belinatti, de que o governo não dá espaço ao Norte no primeiro escalão".⁷⁰ No entanto, Rischbieter não aceitou ser o presidente e nem mesmo uma espécie de consultor informal, passando tal tarefa para seu companheiro ex-presidente da Febraban e do Conselho Administrativo do Bamerindus, Maurício Schulmann. "Quanto a Rischbieter, o Secretário [da Fazenda] disse que ele foi convidado diversas vezes para integrar o governo mas nunca aceitou"⁷¹

A preferência de Rischbieter em cargos afetos à área financeira é muito festejada por vários motivos, já que além de fazer parte do "staff" de Lerner onde ele ocupa posição privilegiada, pode circular livremente entre a iniciativa privada e o setor público. E essa é a característica do governo de Lerner (sempre o foi durante as suas gestões como prefeito), ou seja, sempre existiu uma interação muito grande entre o poder público e a iniciativa privada

⁷⁰ Folha de Londrina, 12.04.97. www.folhadelondrina.com.br

⁷¹ Folha de Londrina, 20.05.97. www.folhadelondrina.com.br

e Rischbieter foi um grande responsável por isso, já que circulou por importantes instituições e atualmente atua como conselheiro de empresas nacionais e multinacionais.

Outro participante do grupo e homem de confiança de Lerner era **Saul Raiz**, que entrou na vida política participando da campanha de Ney Braga à Prefeitura de Curitiba ainda na década de 50. Trabalhou inicialmente com topografia se especializando mais tarde em Urbanismo e assim como Karlos Rischbieter, fez parte do Departamento de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura de Curitiba durante a gestão Braga. Assim que este chegou pela primeira vez ao Governo do Estado nomeou Raiz para a Presidência do Departamento de Estradas e Rodagem. Foi também Secretário Estadual de Obras Públicas de 1965 a 1966.

De 1975 até 1979 foi indicado prefeito de Curitiba (pela ARENA) sucedendo Jaime Lerner em sua primeira gestão. Sua principal marca foi a aridez com que tratava os problemas sociais na cidade. A essa época, Curitiba ainda implementava as primeiras determinações do Plano Diretor e havia algumas dificuldades que eram inerentes a ele. Quanto à Prefeitura, ela tentava à sua maneira, ou seja, rispidamente, resolver os problemas mais aparentes. Raiz “colocava abaixo” favelas e ocupações, numa tentativa de levar adiante o Plano de Desfavelamento que foi um dos grandes projetos de sua gestão⁷².

⁷² o Plano de Desfavelamento não conseguiu efetivar-se e destacou-se como um dos mais rígidos frente às populações que residiam nas favelas. Na tentativa de combater a proliferação dos barracos, a Prefeitura enviava fiscais que derrubavam e confiscavam os materiais utilizados para construção tendo o total apoio da polícia.

Após deixar a prefeitura foi também indicado por Ney Braga (em sua 2ª gestão) a assumir a Secretaria de Estado para Assuntos de Desenvolvimento dos Municípios de 1979 a 1982. Enquanto esteve à frente dessa Secretaria entrou em contato com inúmeros municípios, fato que seria estratégico para as eleições que se aproximavam. Em 1982 candidatou-se oficialmente ao governo do Estado pela ARENA, concorrendo com José Richa do PMDB. Foi derrotado porque tinha contra ele, o fato de ter se aposentado precocemente o que serviu para devastar as suas chances de eleição. Após sair dos órgãos públicos efetivou-se em empresas privadas, atuando na Refripar e Clímax. Atualmente exerce o cargo de Vice-Presidente Corporativo do Conselho Administrativo da Umuarama Administração de Bens e Participação S/A fazendo ainda parte do staff de Jaime Lerner, apesar de publicamente afirmar que está completamente afastado da vida política. Apesar dessas afirmações em 1997, recebeu vários apontamentos de que poderia ser o coordenador político da campanha de Lerner à reeleição ao governo do Estado. Ao final do ano afirmou publicamente que articularia a campanha de reeleição do Governador, mas se autodenominaria "incapaz" de fazê-lo sozinho, "...tentarei facilitar as coisas, para que fluam. (...) Estou muito tempo fora do meio. Não sou político de carreira"⁷³.

O último a descrevermos é o também tecno-empresário **Maurício Schulmann**. Esse se destacou inicialmente no serviço público e mais tarde ingressou na iniciativa privada através da coordenação da área de crédito imobiliário do Bamerindus. Durante o período em que esteve atuando no

⁷³ Folha de Londrina, 6.02.98. www.folhadelondrina.com.br

serviço público foi Presidente da Eletrobrás e do BNH (durante o governo Geisel). Nessa época foi Secretário de Finanças do Estado do Paraná. Em 1994 assumiu a presidência do Conselho Administrativo do Bamerindus e da Companhia Siderúrgica Nacional após a sua privatização (o Bamerindus havia assumido uma participação nesta empresa). Atualmente é acionista e Conselheiro Administrativo da Umuarama Administração de Bens e Participações Ltda, ao lado de Karlos Rischbieter e Saul Raiz.

Em 1996 foi escolhido pelo jornal Gazeta Mercantil como o líder setorial de maior destaque da área financeira de todo o Brasil. Em 1997 passou a integrar o Conselho de Desenvolvimento Estratégico da Inepar ao lado do ex-Vice-Presidente Aureliano Chaves. Em meio às crises financeiras vividas pelo Banestado durante a gestão Lerner, o governo do Estado nomeou nova diretoria para que essa reestruturasse todas as ações do banco. Para que tais mudanças fossem levadas a cabo, Schulmann foi indicado como conselheiro ou colaborador informal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações econômicas vividas no Brasil dos últimos anos, acarretaram mudanças estruturais no papel do Estado e principalmente no projeto chamado de “construção da Nação”. Até o início dos anos 90 o modelo de desenvolvimento brasileiro era o nacional-desenvolvimentista com ênfase nas funções do Estado como o promotor de desenvolvimento econômico, fosse como proprietário dos meios de produção, ou como financiador ou regulador das atividades produtivas numa economia fechada em grande parte à concorrência estrangeira.

Podemos dividir os anos 90 em dois momentos diferenciados. Num primeiro de 1990 à 1994, onde assistimos a várias ações que tinham por objetivo principal o desmonte do Estado empresário como reivindicação principal da classe empresarial como um todo. Num segundo de 1994 à 1997, onde vimos o definitivo sepultamento das políticas de desenvolvimento interno, com a valorização da política chamada neoliberal, que tinha como base principal a adoção de medidas como a desnacionalização da economia (o que proporcionou a chegada de um número elevado de empresas multinacionais) e a reforma administrativa que valorizavam um novo papel do Estado.

Sob esse contexto realizaremos algumas constatações a respeito do grupo de empresários.

Primeiro: de 1990 até 1994 algumas reivindicações foram aclamadas pela classe empresarial e membros do GEC através da ACP. Participaram de campanhas efetuadas como o Levanta Brasil e Luto pelo Brasil entre outros,

e objetivavam a reforma do Estado, um maior ajuste fiscal e uma articulação da classe empresarial com a classe trabalhadora. Tais campanhas de apelo também popular, foram realizadas no bojo de sérias transformações institucionais nacionais adequando as necessidades do empresariado estadual com as transformações que se operam em nível nacional. No segundo momento em questão de 1994 até 1997, quando as políticas de desnacionalização econômica e o desmonte do Estado estão vigorando, as campanhas empresariais parecem não ser mais a via ideal para o suprimento de suas necessidades. No ano de 1994 quando se realizaram as eleições gerais, os empresários do Grupo financiaram a campanha de Lerner e se reorganizaram politicamente.

É nessa conjuntura histórica que se assiste à desintegração aparente do grupo.

Segundo: o Grupo não possuía nenhuma vinculação estreita com partidos políticos, nem tampouco havia uma identidade ideológica. Isto era evidenciado ante a facilidade que alguns empresários e políticos se transferiam de um partido a outro. José Carlos Gomes de Carvalho (Corujão) iniciou a sua vida política nos quadros do PMDB, logo após foi vice-presidente nacional do PTB e atualmente é o presidente regional do PFL. São três partidos distintos sendo que os dois últimos têm propostas semelhantes, mas são muito diferentes do primeiro. Jaime Lerner é outro exemplo, após vir da antiga ARENA/PDS, filia-se tempos depois no PDT. No entanto, não possuía identificação com a linha que o partido adotava, estando suas idéias muitas mais ligadas aos partidos considerados mais

conservadores. E é essa diferença que o faz migrar em 1997 em busca de outra sigla ocasionando uma série de novas articulações partidárias. A princípio vai até o PSDB que se encontra dividido em duas alas distintas: a primeira “a ala alvarista” liderado pelo antigo opositor político Álvaro Dias e a outra ala liderada por José Richa, que apesar de no passado ter sido aliado de Dias e confrontador de Lerner, atualmente saiu em defesa da entrada do governador e de seu grupo político. Ou seja, foram deixadas de lado as antigas diferenças ideológicas (Lerner X Richa), mas acentuaram-se novas (Álvaro X Richa) apesar de pertencerem ao mesmo partido. Podemos concluir com esses fatos é que apesar do grupo de empresários estar articulado em torno de projetos políticos, não existe por parte de nenhum dos membros um comprometimento maior no que se refere às questões partidárias. Para eles, os partidos não têm a conotação de partido em si, mas apenas de siglas que agregam determinados nomes com maior ou menor expressividade política. Assim, a elite empresarial agrupada no GEC tem como característica importante o supra-partidarismo, ou mesmo é adepta do a-partidarismo.

Terceiro: o Grupo possuía uma identificação muito grande com Jaime Lerner, talvez pelo fato do governador sempre ter mantido ligações com a comunidade de negócios desde a implementação do Plano Diretor de Curitiba. Todos os membros elencados nessa pesquisa como pertencentes ao Grupo de Empresários financiaram a campanha de Lerner, fato que por si só já significa comprometimento de ambas as partes. Mas essa identificação com o governador foi realmente demonstrada no episódio referente a sua

tentativa de filiação ao PSDB. Em meio as discussões do núcleo estadual do PSDB (quanto a aceitação de Lerner), destacamos o seguinte caso: alguns membros do Grupo e políticos comandados pelo Prefeito de Curitiba Cássio Taniguchi, fretou um avião particular e foram diretamente à Brasília na tentativa de coagir as lideranças nacionais do PSDB, para que esse intervisse no PSDB estadual. Não houve uma concretização desse fato, apenas destacamos aqui a grande identificação e credibilidade do Grupo para com o governador e a credibilidade de que este goza frente à comunidade empresarial como um todo. Vide contraste nas empresas financiadoras das campanhas de Lerner e Álvaro, para o Estado; e de Cássio e Simões, para a prefeitura (vide quadros em anexos).

E finalmente identificamos que apesar dessas relações de comprometimento entre ambas as partes, a atual conjuntura histórica somada as políticas governamentais, causaram uma verdadeira revolução na economia paranaense ocasionando a decadência financeira e política de alguns empresários e conseqüentemente a desintegração do Grupo de Empresários.

Ao longo da pesquisa, já pudemos elencar alguns empresários que perderam as suas empresas, ou, para usar a retórica da época, no caso de empresas que o Paraná perdeu. Foi o caso de Sérgio Marcos Prosdócimo que perdeu a Refripar para a multinacional sueca Eletrolux A.B. e repassou a Sanyo do Brasil para os japoneses. Werner Schrappe teve a sua Impressora Paranaense comprada pela americana Dixie Toga. José Eduardo Andrade Vieira vendeu o Bamerindus (o terceiro maior banco privado do país) para o

Hong Kong and Shanghai Banking Corporation. Tais fatos estão intimamente ligados ao tipo de políticas governamentais adotadas. O governo do Paraná, vem se inserindo no mesmo contexto estrutural brasileiro, que prioriza a privatização de empresas estatais e insere a iniciativa privada num contexto mais amplo, ou como alguns autores se referem, globalizado.

Com a abertura da economia, o Paraná tornou-se um grande atrativo de investimentos, pois o governo tem oferecido inúmeros benefícios e incentivos fiscais que favoreceram a chegada de novas empresas. Não se preocupando em desenvolver e financiar os seus próprios empresários, o que aconteceu foi um verdadeiro desmanche do empresariado paranaense e por consequência a fragmentação do Grupo de Empresários de Curitiba.

Finalmente, cabe observar que o GEC foi um produto de uma certa conjuntura histórica vivida no Estado do Paraná até 1994. Ele foi formado em uma época em que a economia nacional estava fechada à concorrência estrangeira e fortemente afetada pelas políticas públicas emanadas de Brasília, num quadro de ainda intensa mobilização popular, que foi produto remanescente da conjuntura redemocratizante e que se iniciou com o fim do governo Figueiredo (1985) indo até a eleição de Collor (1989).

É assim que se torna compreensível, por um lado, a relativa heterogeneidade do grupo, que reúne uma gama bastante variada de representantes de vários setores importantes de uma economia que ainda se pretende paranaense. E, por outro, o sentido da sua atuação política, apelando para vastos setores populares, buscando incisivamente uma inserção social de relevância e, no limite, pretendendo a costura de um pacto

social entre todos os segmentos das classes produtoras. Tudo isso visa limitar e questionar a intervenção do poder público federal na economia.

A conjuntura histórica posterior a 1994 esvaziou o sentido desse padrão de atuação. Não se tinha mais a pretensão de se mobilizar a sociedade, nem mais razão de ser o questionamento das ações do poder público federal. Num contexto de *estabilidade econômica* proporcionada pelo Plano Real e com um governo comprometido com as teses da abertura econômica e da privatização, os anseios de que foram portadores as campanhas promovidas pela ACP sob a égide do GEC não tem mais razão de ser.

E, para completar, o próprio GEC perdeu sua razão de ser. As transformações ocorridas na economia paranaense liquidaram, como vimos, grandes e pequenos grupos empresariais que pertenciam ao GEC. Parece evidente que deve existir em algum grau, uma correlação entre o poder econômico e o poder político. Nesse caso, os grupos que atuam em setores monopolizados, caracterizados por serem indústrias concentradas, terão mais facilidade e possibilidade de influenciarem, sob formas diversas, o processo de decisão política e de formulação de políticas públicas. Mas ainda, numa fase de internacionalização acelerada da economia, parece sensato se supor que os grupos com mais ampla capacidade de inserção na economia mundial terão maiores chances de êxito no que diz respeito a não só sobrevivência econômica como também, ao sucesso no jogo do poder.

O caso do GEC parece confirmar essas hipóteses. Dos grupos examinados apenas a INEPAR, a CR Almeida e o Corujão parecem

permanecer como personagens importantes – cujo papel, aliás, se torna cada vez mais importante – no que diz respeito a política empresarial. Na medida em que a economia paranaense aprofunda a sua desnacionalização é sensato se supor que o lugar dos membros do GEC que desapareceram da cena política empresarial, seja ocupado por representantes de novas corporações multinacionais, que começam a se tornar centrais na economia paranaense. Se isso de fato ocorrer, estaremos diante do surgimento de um novo padrão de atuação da política empresarial, cujo sentido e conseqüências, ainda não podemos intuir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, Maria Helena Oliva. **Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista: Estudo sobre a CODEPAR**. São Paulo: Símbolo, 1978.

BACHA, Edmar L. ; MALAN, Pedro S. "A dívida externa brasileira: do milagre ao fundo". In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Participação Comunitária. Dimensões da Institucionalização**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1990.

BERGER, Suzanne **Organizing interests in Western Europe. Pluralism, corporatism, and the transformation of politics**. Cambridge: January, 1981.

BLOCK, Fred **Beyond relative autonomy: State managers as historical subjects**. London: The Socialist Register, 1980.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de Política**. 8ª ed. Brasília: UNB, 1995.

BOSCHI, Renato Raul **Elites industriais e democracia: hegemonia burguesa e mudança política no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Corpo e Alma do Brasil, 1972.

CASTRO, Demian. "Indústria". In: IPARDES, Fundação Edison Vieira. **Temas estratégicos para o Paraná**. Curitiba: IparDES, 1994. p. 26-49

CESÁRIO, Ana Cleide Chiarotti. **Industrialização e pequenos empresários em Londrina**. Curitiba: Secretaria do Estado e do Esporte, 1981.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: O discurso competente e outras falas**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 1981.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **A revisão constitucional: reforma ou contra reforma?** Trabalho apresentado ao 18º encontro anual da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais. Caxambu: ANPOCS, 1994.

CRUZ, Sebastião Carlos Velasco e. **Burguesia e Empresariado (notas teóricas e observações sobre o Brasil/1964)**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Elites Políticas. Rio de Janeiro, 1981.

_____. **Discurso econômico e conflitos políticos na transição brasileira**. Trabalho apresentado ao 18º encontro anual da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais. Caxambu: ANPOCS, 1994.

DEMO, Pedro. **Política Social nas décadas de 60 e 70**. Fortaleza : ed. UFCE, 1981.

DINIZ, Eli. **Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Governabilidade, Democracia e Reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90**. Trabalho apresentado ao 19ª Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais. Caxambu: ANPOCS, 1995.

_____. **As elites empresariais e a Nova República: corporativismo, democracia e reformas liberais no Brasil nos anos 90**. Porto Alegre: FEE, Ensaios FEE, v.17, n.2, p.55-79, 1996.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

FAYET, Luiz Antônio. **“Depoimento sobre os 18 anos da instalação da Cidade Industrial de Curitiba”**. In: Memória da Curitiba Urbana, Curitiba: IPPUC, vol 6, p.57-66, 1991.

GARCIA, Fernanda Ester Sánchez. **Curitiba Imagem e Mito: Reflexão Acerca da Construção Social de uma Imagem Hegemônica**. Dissertação. Rio de Janeiro : IUPERJ, 1993.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência Democrática: a repressão no Paraná**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – FUNDAÇÃO IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**. Brasília : IBGE, 1971.

IPARDES – Instituto Edison Vieira. **O Paraná Reinventado: Política e Governo**. Curitiba: Iparides, 1989.

_____. **Competitividade da Indústria Paranaense: uma análise setorial**. Curitiba: Iparides, 1994.

_____. **Temas Estratégicos para o Paraná**. Curitiba: Iparides, 1994.

KELLER, Suzanne. **O destino das elites**. Rio de Janeiro: Cia Editora Forense, 1967.

LEÃO, Igor Zanoni C Carneiro. **Pedro Calil Padis e a formação econômica do Paraná**. Análise Conjuntural, jul 1987, v.9, n.7. p.8-10, Curitiba: Iparides, 1987.

_____. **Os anos 80 e o Paraná.** Análise Conjuntural, jul/ago 1991, v.13, n.7/8, p. 17-20, Curitiba: IparDES, 1991.

_____. "Referências das economias brasileira e internacional", p.12-26. In: IPARDES. **Temas estratégicos para o Paraná.** Curitiba: IparDES, 1994.

LERNER, Jaime. "Discurso Comemorativo dos 18 anos da CIC" In: **Memória da Curitiba Urbana. Cidade Industrial de Curitiba 18 anos.** Curitiba: IPPUC, v.6, 1991.

LINDBLOM, Charles E. **O processo de decisão política.** Série o Pensamento Político v. 33, Brasília: Ed UNB, 1981.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. **O processo de industrialização no Paraná e suas perspectivas.** Análise Conjuntural, abr 1998, v.10, n.4, p.5-8, Curitiba, IparDES, 1988.

MAGALHÃES FILHO, Francisco. **Perspectivas Industriais do Paraná.** In: Revista Brasileira de Desenvolvimento, n.15, p.7-23, Curitiba: BADEP, 1969.

_____. **Incentivos à industrialização Paranaense.** In: Revista Brasileira de Desenvolvimento, n.30, 1972, p.7-23, Curitiba: BADEP, 1972

_____. **O Paraná em Revista.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, maio/ago, n.82 1994, Curitiba, IPARDES, 1994.

_____. **Agentes Sociais no Paraná.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, set/dez 1995, n.87, Curitiba: IPARDES, 1995.

_____. **Evolução histórica da economia paranaense.** Revista Paranaense de Desenvolvimento, set/dez 1995, n.87, Curitiba: IPARDES, 1995.

MARTINS, Luciano. **Plano Collor: avaliações e perspectivas.** Rio de Janeiro: LTC, 1990.

MENEZES, Claudino Luiz. **Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente: a experiência de Curitiba.** Curitiba: Papirus, 1996.

MINELLA, Ary Cesar **O discurso empresarial no Brasil: com a palavra os senhores banqueiros.** Ensaio FEE, 1994, v.15, n.2, p. 505-546, Porto Alegre: FEE, 1996.

NAMUR, Marly. **Estado e Empresariado em Curitiba. A formação da Cidade Industrial (1973-1980).** Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP, 1992.

OLIVEIRA, Dennison. **O Campo do Planejamento Urbano em Curitiba.** In: História: Questões e Debates, Curitiba, nº 22-23, p. 220-238, 1991.

- OLIVEIRA, Dennison. **A Política do Planejamento Urbano: O Caso de Curitiba.** Tese de Doutorado. Campinas : UNICAMP, 1995.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec, 1981.
- PAZ, Francisco Moraes. **As artimanhas da política.** Curitiba: Prephacio, 1990.
- PEREIRA, Luiz Carlos B. **Economia Brasileira: uma introdução crítica.** 3ª ed., São Paulo: ed. 34, 1998.
- PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: técnicas para análises de indústrias e da concorrência.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1986.
- PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e Social-Democracia.** São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- SAEZ, Décio. "Democracia e capitalismo no Brasil: balanço e perspectivas" In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** N.6/7, Curitiba: Ed. UFPR, 1996.
- SILVA, Pedro Luiz Barros. **A nova natureza do conflito federativo no Brasil.** Trabalho apresentado ao 19ª Encontro Anual, Caxambu: ANPOCS, 1995.
- SOBRINHO, Atilano de Oms. "Depoimento". In: **Memória da Curitiba Urbana. Cidade Industrial de Curitiba – 18 anos.** v. 6, Curitiba, IPPUC, 1991.
- SOLA, Lourdes. **Estado, regime fiscal e ordem monetária: qual Estado?** Trabalho apresentado ao 18º Encontro Anual ANPOCS, Caxambu: ANPOCS, 1994.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "A nova república: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred. **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SKOCPOL, Theda. **EL Estado regresa al primer plano: estrategias de análisis en la investigación actual.** Revista Zona Abierta, enero-marzo, 1989.
- TIRADO, Ricardo. **La élite del empresariado u la estructura de representación de intereses empresariales en México.** Ensaio FEE, v.17, n.2, p.262-288, Porto Alegre: FEE, 1996.
- USEEM, Michael. **Business and Politics in the United States and United Kingdom.** Theory and Society, vol 12 , nº 3 , may, 1983.
- VIDAL, J. W. Bautista. **O esfacelamento da Nação.** Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

FONTES CONSULTADAS

1- Documentos Oficiais

- a) TER – Tribunal Regional Eleitoral
Prestações de Contas da Campanha de 1994/PR
Prestações de Contas da Campanha de 1996/PR
- b) JUCEPAR – Junta Comercial do Paraná
Transcrições das atas de constituições das empresas; alterações cadastrais.
- c) DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

2- Fontes de Imprensa

Revistas

- a) Revista Balanço anual da Gazeta Mercantil
Anos:
1977;1978;1979;1980;1981;1982;1983;1984;1985;1986;1987;1988;1989;1990;1991;1992;1993;1994/1995;1995/1996;1997/1998.
- b) Revista Balanço Anual – Paraná
Anos: 1994/1995;1995;1996
- c) Revista Paraná e Cia
ano 3. n 36 Abril de 1998
- d) Revista Veja
anos 1996;1997;1998

Jornais

- a) Jornal “O Estado do Paraná”
- b) Jornal “Gazeta do Povo”
- c) Jornal “Folha de Londrina”
- d) Jornal “Folha de São Paulo”
- e) Jornal da ACP – Associação Comercial do Paraná
De agosto de 1991 até julho de 1994
Gestões Wener Schrappe e Maria Cristina Andrade Vieira

3- Depoimentos

- a) Keizo Assahida

4- Outros

- a) Currículos Pessoais: Atilano de Oms Sobrinho; João Elísio Ferraz de Campos; José Carlos Gomes de Carvalho; José Carlos Pisani; José Eduardo Andrade Vieira; Keizo Assahida; Renato Alcides Trombini; Sérgio Marcos Prosdócimo; Werner Egon Schrappe.
- b) Informações obtidas através do Banco de Dados sobre Empresariado da Universidade Federal de Santa Catarina.

ANEXOS

TABELA 5 - Classificação anual das Empresas Paranaenses no ranking nacional por Setores e subsetores.

Ano	Empresa	Setor	Subsetor	Colocação nacional
1987	Café do Paraná	Agropecuária	Agricultura e	3
1987	Agromalte	Agropecuária	Agricultura e	6
1987	Lincoln Junqueira	Agropecuária	Agricultura e	40
1987	Festugato	Agropecuária	Agricultura e	44
1987	Stá Terezinha	Agropecuária	Agricultura e	92
1987	Coamo	Agropecuária	Cooperativas	3
1987	Cocamar	Agropecuária	Cooperativas	6
1987	Coopervale	Agropecuária	Cooperativas	7
1987	Coopagro	Agropecuária	Cooperativas	9
1987	Banestado	Agropecuária	Reflorestamento	31
1987	Trofloral (Trombini)	Agropecuária	Reflorestamento	33
1987	Olsen	Agropecuária	Reflorestamento	39
1987	Rebrasa	Agropecuária	Reflorestamento	41
1987	Usina Bandeirante	Alimentos	Açúcar e álcool	79
1987	Stá Terezinha	Alimentos	Açúcar e álcool	80
1987	Vale do Ivaí	Alimentos	Açúcar e álcool	110
1987	Sabarálcool	Alimentos	Açúcar e álcool	169
1987	Damisa	Alimentos	Açúcar e álcool	186
1987	Cacique	Alimentos	Café solúvel	1
1987	Iguaçu	Alimentos	Café solúvel	2
1987	Emílio Romani	Alimentos	Torrefações	5
1987	Café Damasco	Alimentos	Torrefações	7
1987	Café Alvorada	Alimentos	Torrefações	12
1987	Curitibano	Alimentos	Moinhos	48
1987	Todeschini	Alimentos	Massas	6
1987	Olvepar	Alimentos	Óleos vegetais	19
1987	Caramuru	Alimentos	Óleos vegetais	23
1987	Germani	Alimentos	Óleos vegetais	35
1987	Norpa	Alimentos	Óleos vegetais	36
1987	Imcopa	Alimentos	Óleos vegetais	44
1987	Irpasa	Alimentos	Óleos vegetais	45
1987	Wosgrau	Alimentos	Óleos vegetais	47
1987	Chapecó (Pr)	Alimentos	Frigoríficos	25
1987	Frigma (Maringá)	Alimentos	Frigoríficos	26
1987	Refripar (Pr)	Eletroeletrônica	Eletrodomésticos	13
1987	Britânia	Eletroeletrônica	Eletrodomésticos	21
1987	Equitel	Eletroeletrônica	Equipamentos para	2
1987	Harald	Eletroeletrônica	Equipamentos para	19
1987	Schause	Eletroeletrônica	Equipamentos para	20
1987	Inepar	Eletroeletrônica	Diversos	8
1987	Madeira Dal Pai	Madeira e móveis	Laminados	13
1987	Madeira do	Madeira e móveis	Laminados	15
1987	J.J. Zattar	Madeira e móveis	Laminados	16
1987	Antonio de Pauli	Madeira e móveis	Laminados	22
1987	Irmãos Fernandes	Madeira e móveis	Laminados	23

1987	Placas do Pr	Madeira e móveis	Aglomerados	3
1987	Indústrias Bonet	Madeira e móveis	Aglomerados	5
1987	Pinhalão	Madeira e móveis	Aglomerados	13
1987	Ibema	Madeira e móveis	Aglomerados	17
1987	Compensados	Madeira e móveis	Aglomerados	19
1987	Nippodenso	Mecânica	Compressores	3
1987	Schiffer	Mecânica	Diversos	32
1987	Yok	Mecânica	Diversos	46
1987	Kamyr do Brasil	Mecânica	Diversos	49
1987	Sund - Emba BHS	Mecânica	Diversos	70
1987	Maclinea	Mecânica	Diversos	77
1987	Motortec	Mecânica	Diversos	92
1987	Guaíra	Metalurgia	Aços não planos	15
1987	Cimento Rio Branco	Não metálicos	Cimento e cal	3
1987	Itaú	Não metálicos	Cimento e cal	23
1987	Itambé	Não metálicos	Cimento e cal	29
1987	Incepa	Não metálicos	Cerâmica	1
1987	Porcelana Schmidt	Não metálicos	Cerâmica	8
1987	Florença	Não metálicos	Cerâmica	29
1987	Polovi	Não metálicos	Cerâmica	39
1987	Facelpa	Papel e celulose	Papel	5
1987	Grupo Ibema	Papel e celulose	Papel	22
1987	Elias J. Curi	Papel e celulose	Papel	34
1987	Popasa	Papel e celulose	Papel	47
1987	Iguaçu	Papel e celulose	Integradas papel e	10
1987	Arapoti	Papel e celulose	Integradas papel e	17
1987	(Trombini) Tesa	Papel e celulose	Embalagens	1
1987	Curipel	Papel e celulose	Embalagens	11
1987	Londripel	Papel e celulose	Embalagens	31
1987	Cunha	Papel e celulose	Embalagens	38
1987	Arpeco	Papel e celulose	Embalagens	39
1987	Nortox	Química e	Fertilizantes, adubos	23
1987	Tintas Renner	Química e	Tintas	21
1987	Britanite	Química e	Pólvora/fósforos/mu	4
1987	Irati Fósforos	Química e	Pólvora/fósforos/mu	6
1987	Prado	Química e	Prod. farmacêuticos	63
1987	Providência	Química e	Transformadores de	11
1987	Brasholanda	Química e	Transformadores de	23
1987	Malas Ika	Química e	Transformadores de	30
1987	Cacique de	Química e	Transformadores de	62
1987	Diamantina	Química e	Transformadores de	63
1987	Automaton	Química e	Transformadores de	70
1987	Tortuga (Record)	Química e	Artefatos de	6

Fonte: Balanço Anual da Gazeta Mercantil/1987.

FINANCIADORES DE CAMPANHA/BASES ELEITORAIS PARANÁ
JAIME LERNER - Governador / PR - PDT

DOADOR	DATA	VALOR URV/REAL	VALOR UFIR
B M C S A	17/08/94	160.000,00	270.681,78
BANCO RURAL S/A	21/10/94	125.000,00	198.161,07
KLABIN FAB PAPEL CELUL	20/09/94	100.000,00	161.108,43
INEPAR SA IND CONSTR	13/10/94	100.000,00	158.528,85
CPM	16/08/94	100.000,00	169.176,11
ULTRAFERTIL SA IND	02/09/94	100.000,00	161.108,43
REFRIGERACAO PARANA	01/09/94	100.000,00	161.108,43
IIBQ IND QUIMICAS LTDA	04/10/94	100.000,00	158.528,85
JOAO CARLOS RIBEIRO	05/10/94	90.000,00	142.675,97
REFRIGERACAO PARANA	12/07/94	70.000,00	124.599,50
CIVEMA CIA VEIC MARUM	20/09/94	70.000,00	112.775,90
CACIQUE EMBALAGEM LTDA	01/09/94	55.000,00	88.609,63
PRO COMPUT COMPUTAC	13/10/94	50.000,00	79.264,43
CAMARGO CORREIA SA	09/09/94	50.000,00	80.554,21
CIA DE CIM PORTLAND	06/09/94	50.000,00	80.554,21
CPM	16/08/94	50.000,00	84.588,06
PORTAL CONSTR INC LT	13/10/94	50.000,00	79.264,43
CONSTR PUSSOLI SA	20/09/94	50.000,00	80.554,21
CAVO LTDA	09/09/94	50.000,00	80.554,21
COMBRASHOP	24/08/94	50.000,00	84.473,73
REFRIGERACAO PARANA	03/08/94	50.000,00	84.588,06
CBPO	22/08/94	50.000,00	84.588,06
CIA DE CIM PORTLAND	06/09/94	45.000,00	72.498,79
SIDERURGICA GUAIRA SA	16/08/94	40.000,00	67.670,44
CIA SIDERUG NACIONAL	06/09/94	40.000,00	64.443,37
MAUA SERVICOS SA	22/08/94	40.000,00	67.670,44
SIGMA DATASERV INFORM	17/08/94	40.000,00	67.670,44
PAULO F TRIPOLONI	05/10/94	40.000,00	63.411,54
CBPO	22/07/94	40.000,00	71.199,72
REFRIGERAÇÃO PARANÁ	29/09/94	30.000,00	48.332,53
BANCO PONTUAL S/A	30/09/94	30.000,00	48.332,53
B M D	22/09/94	30.000,00	48.332,53
CIA SUZANO DE PAPEL	16/09/94	30.000,00	48.332,53
DEMETERCO E CIA LTDA	22/08/94	30.000,00	50.752,83
TROMBINI PAPEL EMBAL	24/08/94	30.000,00	50.684,24
COCELPA CIA CELULOSE	21/10/94	29.000,00	45.973,37
COCELPA CIA CELULOSE	29/09/94	25.000,00	40.277,11
CIA SUZANO DE PAPEL	23/08/94	25.000,00	42.294,03
MERCADO CONST EMPR	21/10/94	25.000,00	39.632,21
TIBAGI ENG CONSTR E MINER LTDA	21/10/94	25.000,00	39.632,21
PARNAPLAST IND PLAST	13/10/94	22.000,00	34.876,35
ROCHAMED REP COM LTDA	03/08/94	20.000,00	33.835,22
REFRIGERACAO PARANA	12/07/94	20.000,00	35.599,86
CIA IGUACU CAFE SOLUV	31/08/94	20.000,00	32.900,15
ITAJUI ENG OBRAS LTDA	27/09/94	20.000,00	32.221,69
BRA CRED ARRENDAM	28/09/94	20.000,00	32.221,69
DEMETERCO E CIA LTDA	15/07/94	20.000,00	35.599,86

CBPO	22/08/94	20.000,00	33.835,22
SINODA CONSTR LTDA	22/09/94	20.000,00	32.221,69
CIA SUZANO DE PAPEL	30/09/94	20.000,00	32.221,69
REFRIGERAÇÃO PARAN	29/09/94	20.000,00	32.221,69
SERVOPA SA COM IND	23/08/94	20.000,00	33.835,22
INEPAR SA ENG CONSTR	13/10/94	20.000,00	31.705,77
TROMBINI PAPEL EMBAL	24/08/94	16.000,00	27.031,59
RIZOTOLANDIA IND COM ALIM LTDA	21/10/94	15.000,00	23.779,33
MILI DISTR DE PAPEIS S/A	27/09/94	15.000,00	24.166,26
MERCADO CONST EMPR	13/10/94	15.000,00	23.779,33
SOC CENTRAL COM IND	30/09/94	15.000,00	24.166,26
STC TELECOMUNICAÇÕES	28/09/94	15.000,00	24.166,26
BERNARDI KRONE BRASIL	24/08/94	15.000,00	25.342,12
INEPAR SA IND CONSTR	13/10/94	15.000,00	23.779,33
CIA DE CIMENTO ITAMBE	29/08/94	15.000,00	25.235,53
INEPAR SA IND CONSTR	13/10/94	15.000,00	23.779,33
IDMA SA IND PLASTICOS	30/09/94	15.000,00	24.166,26
CIA PROV IND COM S/A	10/10/94	15.000,00	23.779,33
CONSTR GUSTAVO BERM	30/09/94	15.000,00	24.166,26
TIBAGI ENG CONSTR E MINER LTDA	21/10/94	15.000,00	23.779,33
FIBRA SA	24/08/94	15.000,00	25.342,12
MERCADO CONST EMPR	21/10/94	12.500,00	19.816,11
PARNAPLAST IND PLAST	13/10/94	11.000,00	17.438,17
PARNAPLAST IND PLAST	13/10/94	10.000,00	15.852,89
EMP HOTELARIA MABU	09/09/94	10.000,00	16.110,84
REFRIGERACAO PARANA	12/07/94	10.000,00	17.799,93
CONSTR WYSLING GOMES	27/09/94	10.000,00	16.110,84
EMBEL LTDA	29/09/94	10.000,00	16.110,84
EMBEL LTDA	04/08/94	10.000,00	16.917,61
EMBEL LTDA	26/07/94	10.000,00	17.513,13
EMBEL LTDA	05/09/94	10.000,00	16.110,84
CONSTR GUSTAVO BERM	12/09/94	10.000,00	16.110,84
SUAT PROSDOCIMO ASS	27/09/94	10.000,00	16.110,84
OBERDORFER S/A	21/09/94	10.000,00	16.110,84
LEAO JR SA	27/09/94	10.000,00	16.110,84
ROMANI S A IND COM	23/08/94	10.000,00	16.917,61
ROMANI SA IND COM	15/09/94	10.000,00	16.110,84
KLABIN FAB PAPEL CELULOSE	30/09/94	10.000,00	16.110,84
SUP CONDOR LTDA	19/08/94	10.000,00	16.917,61
BERNECK AGLOM SA	13/09/94	10.000,00	16.110,84
PENNACCHI IND PROD AL	14/09/94	10.000,00	16.110,84
GIACOMET M IND DE MAD	20/09/94	10.000,00	16.110,84
AVIPAL S A AVIC E AGRO	05/09/94	10.000,00	16.110,84
SUAT PROSDOCIMO ASS	12/07/94	10.000,00	17.799,93
ACMA CONSTR CIVIL	30/09/94	10.000,00	16.110,84
CIA SUZANO DE PAPEL	16/09/94	10.000,00	16.110,84
INEPAR SA IND CONSTR	13/10/94	10.000,00	15.852,89
INEPAR SA IND CONSTR	13/10/94	10.000,00	15.852,89
INEPAR SA IND CONSTR	13/10/94	10.000,00	15.852,89
INEPAR SA IND CONSTR	13/10/94	10.000,00	15.852,89

BANDEIRANTES DRAG	06/10/94	10.000,00	15.852,89
GRONAU S/A IND TEXTEIS	26/09/94	10.000,00	16.110,84
INEPAR SA IND CONSTR	13/10/94	10.000,00	15.852,89
INEPAR SA IND CONSTR	13/10/94	10.000,00	15.852,89
SUAT PROSDOCIMO ASS	13/09/94	10.000,00	16.110,84
SUAT PROSDOCIMO ASS	04/08/94	10.000,00	16.917,61
INEPAR SA IND CONSTR	13/10/94	10.000,00	15.852,89
INEPAR SA IND CONSTR	13/10/94	10.000,00	15.852,89
MULTIPLA ENG LTDA	22/09/94	10.000,00	16.110,84
JOAO CARLOS RIBEIRO	05/10/94	10.000,00	15.852,89
IND TODESCHINI SA	13/09/94	10.000,00	16.110,84
DECORPRINT	17/08/94	5.000,00	8.458,81
MAUA SERVICOS SA	22/08/94	5.000,00	8.458,81
V SANTOS E CIA LTDA	06/10/94	5.000,00	7.926,44
ROCHA SA	08/08/94	5.000,00	8.458,81
YOK EQUIPAMENTOS SA	15/09/94	5.000,00	8.055,42
YOK EQUIPAMENTOS SA	12/09/94	5.000,00	8.055,42
USIMEC USINAGEM REC	16/09/94	5.000,00	8.055,42
INEPAR SA IND CONSTR	13/10/94	5.000,00	7.926,44
SR ENG PLANEJAMENTO	16/09/94	5.000,00	8.055,42
LEMBRASUL SUPERM LTDA	15/08/94	5.000,00	8.458,81
PVC BRAZIL IND COM	27/09/94	5.000,00	8.055,42
INEPAR SA IND CONTR	13/10/94	5.000,00	7.926,44
EXIMERCO	19/09/94	5.000,00	8.055,42
RIZOTOLANDIA IND COM ALIM LTDA	21/10/94	5.000,00	7.926,44
RIZOTOLANDIA IND COM ALIM LTDA	21/10/94	5.000,00	7.926,44
EMILIO ROMANI SA	24/08/94	5.000,00	8.447,37
GIOVANI GIONEDIS	16/09/94	5.000,00	8.055,42
MERCADO CONST EMPR	21/10/94	5.000,00	7.926,44
ENEFER CONS PROJ	05/09/94	5.000,00	8.055,42
BANCO FORTALEZA S/A	22/09/94	5.000,00	8.055,42
NAUN GALPERIN	15/08/94	5.000,00	8.458,81
KARLOS RISCHBIETER	02/08/94	5.000,00	8.458,81
OBERDORFER SA	21/07/94	5.000,00	8.899,96
MARIO CELSO PETRAGLIA	16/09/94	5.000,00	8.055,42
MERCADO CONST EMPR	21/10/94	4.500,00	7.133,80
BANCO ARAUCARIA SA	16/08/94	4.000,00	6.767,04
BANCO ARAUCARIA SA	03/08/94	4.000,00	6.767,04
OBERDORFER SA	21/07/94	4.000,00	7.119,97
CONSTR GUSTAVO BERM	30/09/94	4.000,00	6.444,34
MERCADO CONST EMPR	13/10/94	4.000,00	6.341,15
COCELPA CIA CELULOSE	29/09/94	4.000,00	6.444,34
PLAENGE SA	09/08/94	3.000,00	5.075,28
CBPO	22/08/94	3.000,00	5.075,28
MORADA REAL CONT INC	13/09/94	3.000,00	4.833,25
ETSUL TRANSP LTDA	22/09/94	3.000,00	4.833,25
RIZOTOLANDIA IND COM ALIM LTDA	21/10/94	3.000,00	4.755,87
ANTONIO F SCANAVACCA	29/09/94	3.000,00	4.833,25
HM ADM DE CONSORCIOS SC	13/09/94	3.000,00	4.833,25

BRITANIA ELETRO LTDA	24/08/94	2.500,00	4.223,69
BRITANIA ELETRO LTDA	31/08/94	2.500,00	4.112,52
H COSTA ENG E COM LTDA	30/09/94	2.000,00	3.222,17
COMISARIA GALVAO S/A	21/10/94	2.000,00	3.170,58
ERON CUNHA	20/09/94	2.000,00	3.222,17
LEMBRASUL SUPER LTDA	29/07/94	2.000,00	3.414,72
CIA SUZANO DE PAPEL	16/09/94	2.000,00	3.222,17
LEMBRASUL SUPERM LTDA	15/08/94	2.000,00	3.383,52
CONSTR ELEVAçãO LTDA	30/09/94	2.000,00	3.222,17
CENTRO SUL SER MARIT	02/09/94	2.000,00	3.222,17
CONSTR ELEVAçãO LTDA	30/09/94	2.000,00	3.222,17
URBASA	27/09/94	2.000,00	3.222,17
CASA VISCARDI SA	22/09/94	2.000,00	3.222,17
TROMBINI PAPEL EMBAL	24/08/94	2.000,00	3.378,95
TROMBINI PAPEL EMBAL	24/08/94	2.000,00	3.378,95
PAULO PAIVA LOPES	02/09/94	2.000,00	3.222,17
DISTRIB ZAID LTDA	28/09/94	2.000,00	3.222,17
H COSTA ENG E COM LTDA	30/09/94	2.000,00	3.222,17
A O P P	02/09/94	1.000,00	1.611,08
MEDITERRANEO ENG PRO	20/09/94	1.000,00	1.611,08
DE AMORIM CONST OBRAS	16/08/94	1.000,00	1.691,76
CONSTR ESOPAR	18/10/94	1.000,00	1.585,29
CONSTR ANCIUTTI LTDA	05/08/94	1.000,00	1.691,76
CONSULT CONSULTORIA	21/09/94	1.000,00	1.611,08
INCOLUGUS	20/09/94	1.000,00	1.611,08
RAPHAEL GRECA FILHO LTDA	16/08/94	1.000,00	1.691,76
VIAPLAN ENG LTDA	21/09/94	1.000,00	1.611,08
MARAN GEHLEN ADV	21/09/94	1.000,00	1.611,08
IND TODESCHINI S/A	21/09/94	1.000,00	1.611,08
CENTRO SUL SER MARIT	02/09/94	1.000,00	1.611,08
CONSTRUTORA MOGNO	18/10/94	1.000,00	1.585,29
GAZAMUSA CONST CIVIL	05/08/94	1.000,00	1.691,76
INFIBRA CIM AMIANTO LTDA	09/08/94	1.000,00	1.691,76
CONSTR PROJECON	18/10/94	1.000,00	1.585,29
REFINADORA OLEOAS BRA	02/09/94	1.000,00	1.611,08
CONSTR PUSSOLI SA	11/08/94	1.000,00	1.691,76
SANEAM TERRAPL SUL	09/08/94	1.000,00	1.691,76
ADM TERMINAL LTDA	02/09/94	1.000,00	1.611,08
SANEAM TERRAPL SUL	16/08/94	1.000,00	1.691,76
CONSTRUTORA LUSA LTDA	26/08/94	1.000,00	1.684,64
CONSTR ATENAS ATENAS	15/08/94	1.000,00	1.691,76
JOSE MOREIRA CHEMURE	28/09/94	1.000,00	1.611,08
RAPHAEL GRECA FILHO LTDA	11/08/94	1.000,00	1.691,76
EBRASEN EMPR BRAS	03/08/94	1.000,00	1.691,76
MARCOS CURI	27/09/94	1.000,00	1.611,08
NIPONDENSO COMP LTDA	26/09/94	1.000,00	1.611,08
PRIMO UNIVERSAL SINAL	19/08/94	1.000,00	1.691,76
BRITANIA ELETRO LTDA	22/09/94	1.000,00	1.611,08
RAPHAEL GRECA FILHO LTDA	05/08/94	1.000,00	1.691,76
AUTO POSTO PORTELAO	06/09/94	1.000,00	1.611,08
PROTENGE ENG PROJET	20/09/94	1.000,00	1.611,08
CONSTR GRECA LTDA	20/09/94	1.000,00	1.611,08
SOTIL LTDA	05/09/94	1.000,00	1.611,08
PARANA INCORP CONS	21/10/94	1.000,00	1.585,29
DEL RIO COM ROUPAS	01/09/94	1.000,00	1.611,08

ESC GALVAO ADM SA	12/09/94	1.000,00	1.611,08
LABOTANICK NUTRIL LAB	29/09/94	1.000,00	1.611,08
CARLOS ROBERTO SILVA	19/09/94	1.000,00	1.611,08
MORADA REAL CONT INC	13/09/94	1.000,00	1.611,08
CONSTR ADRIATICA LTDA	20/09/94	1.000,00	1.611,08
RPM INCORP IMOB LTDA	13/09/94	1.000,00	1.611,08
NIVEL EMP IMOB LTDA	20/08/94	1.000,00	1.691,76
TOTAL DOL FINANCIAMENTO		3.824.675,00	6.250.579,37
FONTE: DIAP - www.diap.org.br			

* Não constam nesse quadro todos os financiadores de campanha.

Dados das Prestações de Contas da Campanha Eleitoral de 1996/Curitiba

Cássio Taniguchi - candidato a prefeito. Total das receitas:
R\$ 2.469.582,39

Demonstração dos recursos arrecadados: relação dos doadores/contribuintes mais importantes.

Nome	Valor
CBPO	500.000,00
Cotrans Com. e Transp. Ltda.	216.000,00
INEPAR S/A Eletr.	150.000,00
Esteio - Eng. e Aerolevantamentos S/A	100.000,00
Cia. de Cimento Portland Rio Branco	100.000,00
Tucuman Eng. Empreend.	100.000,00
Posigraf	100.000,00
Inc. e Adm. Curitiba de Shopping	50.000,00
Sita - Transp. Rod. de Carga	50.000,00
Britanite S/A Ind. Quim.	41.265,00
C.R. Almeida S/A	41.265,00
Maximiliano Gaidzinski S/A	40.000,00
Emadel Eng. Obras Ltda.	35.000,00
Brafer Const. Metálicas S/A	30.000,00
CESBE S/A Eng.	30.000,00
Autoplan Adm., de Cons	26.501,31
Sind. Transp. Rod. Aut. do PR	25.697,03
Ciro Frare Adm. e Part. Ltda.	25.000,00
Ouro Verde Transp. e Locação Ltda.	25.000,00
Elco Eng. de Obras.	25.000,00
Klabin	25.000,00
Cia. Suzano de Papel e Celulose	21.000,00
Banco Ind. e Com.	20.000,00
Transp. Sulista S/A	20.000,00
Jaakko Pöyry Eng. Ltda.	20.000,00
Cia. Bras. de Petróleo Ipiranga	16.335,00
Peróxidos do Brasil Ltda.	15.000,00
Benito Raggio & Hijos do Brasil	15.000,00
Viaplan Eng. Ltda.	12.000,00
Furukawa Indl. S/A	10.000,00
Ind. Todeschini S/A	10.000,00
	13.000,00

Cassol Ind. e Com. Ltda.	10.000,00
Isdralit ind. do Paraná Ltda.	10.000,00
Elcosul Com. Prod. Eletr. Ltda.	10.000,00
AZ Imóveis Ltda.	10.000,00
Brasil - SAT Harald S/A	10.000,00
Banco Araucária S/A	10.000,00
Dalcon Eng. Ltda.	9.000,00
Cia. Paulista de Seguros	8.000,00
América Bank Note Gráfica Ltda.	7.000,00
Sbuerger Constr. Civil	6.000,00
Constr. Greca Ltda.	6.000,00
Toyota Sulpar Ltda.	6.000,00
Itajuí Eng. Obras Ltda.	5.000,00
New Huber Flexible Usinagem	5.000,00
Nippondenso Compressores Ltda.	5.000,00
Furukawa Ind. S/A	5.000,00
Viaplan Eng. Ltda.	5.000,00
Yok Equip. Ltda.	5.000,00
C.M. Eng. Elétrica Ltda.	5.000,00
Constr. Alexandria Ltda.	5.000,00
Cia. Com. de Máq. CCM Ltda.	5.000,00
Trena Ste. Pavimentação Ltda.	5.000,00
Emadel Eng. de Obras. Ltda.	5.000,00
Suzuki ind. e Com. Maq. Ltda.	5.000,00
Employer	5.000,00
Bunor Constr. Empr.	5.000,00
Pirelli Cabos S/A	5.000,00
Gran Master Alimentação Ltda.	5.000,00
Girando Comércio de Peças Ltda.	5.000,00
Catedral Const. Civis Ltda.	5.000,00
Selectas S/A Ind. e Com. Mad.	5.000,00
Neje Adm. e Part. S/A	5.000,00
Isdralit Ind. do PR Ltda.	5.000,00
Itajuí Eng. de Obras Ltda.	5.000,00
Daitoh Pacific Exp. e Imp.	4.500,00
Lembrasul Supermercados	4.000,00
Engefoto - Eng. e Aerolev.	4.000,00
Poliservice Sist. De Seg.	3.000,00
Guia-Veículos Ltda.	3.000,00

Gaspam Com. Transp. Ltda.	3.000,00
Transp. Cargas Tração Ltda.	3.000,00
Tecon Téc. e Consult. Ltda.	3.000,00
Plastipar Ind. e Com.	3.000,00
Cal Const. Ass.	3.000,00
Ass. Rep. Usuários CEASA	3.000,00
Autommec Veículos Ltda.	3.000,00
Coninfo - Consultoria e Serviços	3.000,00
Digidata Proc. de Dados Ltda.	3.000,00
Cetesul Eng. e Serv.	3.000,00
Paraná Equipamentos	2.500,00
J. Malucelli Constr. Obras Ltda.	2.000,00
Embrasil - Emp. Bras. de Limpeza Ltda.	2.000,00
Gea - Geologia e Eng. Ambiental Ltda.	2.000,00
Lojas do Pedro Ltda.	2.000,00
Federação Paranaense de Handebol	2.000,00
Pólo de Software de Curitiba	1.000,00
Abrão Assad Arq. E Urb.	1.000,00
BrasHolanda S/A	

Pessoas Físicas

Nome	Valor
Themístocles Formighieri	10.000,00
Antonio Ueno	5.000,00
Carlos Alberto Botarelli	5.000,00
Ivo Leisner	5.000,00
Nelson Luiz Silva Fanaya	2.000,00
Roberto A Almeida	1.500,00
Marcos Isfer	1.350,00
Luiz Fernando Macedo	1.000,00
João Moacir Gionédis	1.000,00
Lubomir Ficinski Dunin	1.000,00
Eduardo da Rocha Virmond	1.000,00
Eduardo Guy de Manoel	330,00

FONTE : TRE

* Dados obtidos pelo Prof. Dennison de Oliveira